

ao pē da letra

revista dos alunos da graduação em letras — 2024.2, ISSN 1984-7408



vol 26.2

Política editorial

O Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, em 1988, criou a Revista Ao Pé da Letra com os seguintes objetivos:

- Estimular e valorizar a escrita acadêmica dos futuros professores e pesquisadores na área de Letras.
- Legitimar a escrita acadêmica em línguas maternas e estrangeiras.
- Divulgar as pesquisas realizadas em diferentes IES do Brasil, possibilitando o intercâmbio entre alunos e professores da graduação.

Ao Pé da Letra é uma revista semestral que se destina à divulgação de trabalhos, de cunho teórico e aplicado, realizados por alunos da graduação em Letras do país. Publica artigos, ensaios, resenhas e traduções, com acesso livre, gratuito e completo aos textos. A avaliação das submissões segue o sistema duplo cego.

Catálogo na fonte

Bibliotecária Marina de Souza Fonte – CRB-4/2105

A638 Ao Pé da Letra / Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Letras. – v. 26, n. 2 (jul./dez. 2024). – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2024.

v.: il.

Revista dos alunos da graduação em Letras.

Semestral.

ISSN 1984-7408

1. Linguística. 2. Literatura. 3. Ensino em Letras. 4. Alunos de graduação. 5. Revista Ao Pé da Letra. 6. APL. I. Edição da Universidade Federal de Pernambuco. II. Departamento de

400 CDD (22. ed.)

800 CDD (22. ed.)

Expediente

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Alfredo Macedo Gomes

Vice-reitor: Prof. Moacyr Cunha de Araújo Filho

Pró-reitoria de Graduação: Profa. Magna do Carmo Silva

Direção do Centro de Artes e Comunicação: Prof. Murilo Artur Araújo da Silveira

Chefe do Departamento de Letras: Profa. Nídia Nunes Máximo

Revista Ao Pé da Letra

Editores-chefe: Tiago Hermano Breunig, Ricardo Postal

Equipe de Editoração: Bianca Patrícia de Medeiros Nascimento, Heitor Holanda Vaz de Souza, Maria Letícia Rufino Santana de Souza, Maria Paula Anacleto Benetti, Raquel Almeida Moraes e Silva, Vitória Figueirôa Paes Barreto Araújo da Fonseca

Revisão Técnica: Ana Cecilya Porto Vieira, Bianca Patrícia de Medeiros Nascimento, Camila Aragão de Oliveira, Estefany Lima Gomes da Silva, Evelyn Lemos Pereira, Geizibel Lopes Rodrigues, Guilherme Vinicius de Moraes, José Carlos Ferreira de Freitas, Kaylane Vitória Oliveira dos Santos, Nierlis Kaliane Lopes Melo, Raissa Nascimento dos Santos

Equipe de Mídias Sociais: Ariadne Ferreira da Luz Silva, Larissa Gabriela de Mendonça Martins Cavalcanti, Michel de Oliveira Silva, Rayane, Rayanne Vanderlei Santos

Diagramação: Beatriz Farias Gomes, Marcella Andrade Gomes, Maria Eduarda de Paula

Capa: Tiago Hermano Breunig

Conselho Editorial

Adna de Almeida Lopes (UFAL)

Alexandre Nodari (UFSC)

Anco Márcio Tenório Vieira (UFPE)

Anna Faedrich (UFF)

Artur de Vargas Giorgi (UFSC)

Caio Ricardo Bona Moreira (UNESPAR)

Cláudia Grijó Vilarouca (UFPA)

Cléber Alves de Ataíde (UFPE)

Cristiano de Sales (UTFPR)

Félix Valentín Bugeño Miranda (UFRGS)

Francisco Eduardo Vieira da Silva (UFPB)

Helano Ribeiro (UFPB)

José Herbertt Neves Florencio (UFCG)

José Vilián Mangueira (UEPB)

Júlio Cezar Bastoni Da Silva (UFC)

Kelvin Falcão Klein (UNIRIO)

Láise Ribas Bastos (UFRJ)

Larissa Costa da Mata (UFERSA)

Laura Cabezas (UBA)

Marco Antonio Lima do Bonfim (UFPE)

Marina Chiara Legroski (UEPG)

Paulo da Luz Moreira (Oklahoma University)

Ricardo Postal (UFPE)

Rogério Mendes Coelho (UFRN)

Sandro Brincher (Fujian Normal University)

Sherry Morgana Justino de Almeida (UFRPE)

Tiago Guilherme Pinheiro (UFSC)

Pareceristas deste volume

Anco Márcio Tenório Vieira (UFPE)

Clarissa Catarina Barletta Marchelli (PUC - Rio)

Gilson Costa Freire (UFRRJ)

Helder Santos Rocha (UFOB)

Henrique Canary Rodrigues Pinto (IF Sudeste MG - Barbacena)

Jonas Leite (UFPE)

Jussivania de Carvalho Vieira Batista Pereira (UFMT)

Ludmila Ameno Ribeiro Martins

Santiago (IFNMG)

Márcia Valéria Martínez de Aguiar (UNIFESP)

Moab Duarte Acioli (UNICAP)

Nathália Luiz de Freitas (IFSULDEMINAS)

Marco Valério Colonnelli (UFPB)

Renata Esteves

Renata Pimentel Teixeira (UFRPE)

Ruan Nunes Silva (UESPI)

Williane Silva Corôa (UNEB)

Sumário

Apresentação

Guilherme Vinícius de Moraes
Maria Letícia Rufino Santana de Souza

[7]

Comentários sobre o testemunho em "A terceira margem do rio", de João Guimarães Rosa

Thalisson De Oliveira Machado

[12]

Invasão ou reivindicação? um estudo sobre a narrativa da "invasão" indígena sob a Análise Crítica do Discurso

Ana Cecilya Porto Vieira
Raissa Nascimento dos Santos

[30]

O comportamento dos clínicos no jornal *Diário de Pernambuco* do século XIX ao século XXI

Eronildo dos Santos Arruda

[48]

Queering the Canon: a Queer Reading of *The Great Gatsby* by F. Fitzgerald

Sarah Beatriz de Andrade Bezerra

[78]

O temor da inexistência a partir de Ivan Ilitch

Amanda da Silva Madeira

[96]

Afasia e Demência: complicações no acesso lexical de pacientes com Alzheimer

Bárbara Maria da Silva Alves

[109]

Os aspectos parodísticos e metaficcionalis na obra *O evangelho segundo Jesus Cristo*, de José Saramago

Débora Vitória Pereira dos Santos

[128]

apresentação

artigo

Apresentação

Guilherme Vinícius de Moraes
Maria Letícia Rufino Santana de Souza

Prezados leitores, é com grande satisfação que apresentamos o volume 26.2 da revista *Ao Pé da Letra*. Mantendo o compromisso com a divulgação de trabalhos de graduandos e recém-graduados nos diversos cursos de Letras presentes no nosso país, esta edição da *Ao Pé da Letra* reúne sete artigos, sendo três dedicados à Linguística e quatro à Literatura.

Esta segunda edição do volume é aberta pelo artigo “Comentários sobre o testemunho em ‘A terceira margem do rio’, de João Guimarães Rosa”, de Thalisson de Oliveira Machado, estudante de Letras – Português/Inglês no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), que propõe uma abordagem pouco explorada do conto rosiano ao focar em seu caráter testemunhal. Thalisson Machado examina os limites do testemunho do personagem-narrador e a possibilidade — bem como a sua impossibilidade — de expressar eventos catastróficos, estendendo sua reflexão a outras obras de Rosa, como *Grande sertão: veredas* e *Campo geral*. Baseando-se em nomes como Jacques Derrida, Walter Benjamin e Beatriz Sarlo, o trabalho compreende que o conto reflete sobre a sobrevivência e percebe o testemunho como algo intrinsecamente paradoxal, ligado à busca de sentido em eventos difíceis de compreender e comunicar.

Em seguida, “Invasão ou reivindicação?: um estudo sobre a narrativa da ‘invasão’ indígena sob a Análise Crítica do Discurso”, escrito por Ana Cecilya Porto Vieira e Raissa Nascimento dos Santos, graduandas em Letras – Bacharelado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apresenta uma análise crítica de uma notícia do jornal *Correio do Estado* sobre a ocupação de uma fazenda pela comunidade indígena Guarani-Kaiowá. Ancorado teoricamente na Análise Crítica do Discurso (ACD) a partir da perspectiva decolonial de Aníbal Quijano, o trabalho sonda como a escolha de termos da matéria jornalística, como “invasão” e “reivindicação”, molda as percepções sobre os direitos territoriais indígenas. Ademais, o artigo contextualiza a luta histórica pela demarcação de terras, evidenciando as relações de poder e ideologia presentes na linguagem jornalística.

Escrito pelo graduando em Letras – Português/Espanhol na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Eronildo dos Santos Arruda, o artigo “O comportamento dos clíticos no jornal *Diário de Pernambuco* do século XIX ao século XXI” tem o objetivo de analisar o uso dos clíticos — ou seja, pronomes pessoais oblíquos — em cartas de leitores e editoriais presentes no jornal *Diário de Pernambuco* entre 1830 e 2020. Utilizando métodos hipotético-dedutivo, comparativo e estatístico, além de basear-se no modelo de Princípios e Parâmetros estabelecido por Noam Chomsky, o texto revela uma

predominância da próclise e uma redução dos clíticos de terceira pessoa ao longo do tempo e destaca como fatores históricos e sociais moldam a gramática do português brasileiro, diferenciando-o do europeu.

Adaptando seu Trabalho de Conclusão de Curso em Letras – Inglês pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Sarah Beatriz de Andrade Bezerra, no artigo “Queering the Canon: a queer reading of *The Great Gatsby*, by F. Scott Fitzgerald”, procura investigar a narrativa de Fitzgerald a partir de uma lente e de uma sensibilidade *queer*. Para verticalizar sua leitura, o artigo explora o contexto em que a obra estava inserida, ou seja, os Estados Unidos da década de 1920 e as relações que as personagens desenvolvem entre si e com seus desejos no decorrer das páginas do romance. Baseando-se especialmente nas contribuições de Eve Sedgwick e em seus conceitos de leitura paranoica e leitura reparadora, a autora analisa a personagem de Nick Carraway e os aspectos homosociais e homoeróticos que envolvem a sua relação com o extravagante Jay Gatsby.

O artigo intitulado “Afasia e Demência: complicações no acesso lexical de pacientes com Alzheimer”, por sua vez, é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Bárbara Maria da Silva Alves, graduada em Letras – Português/Literatura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Instituto Multidisciplinar (UFRRJ-IM), que teve como objetivo estudar a afasia lexical em pacientes com Alzheimer. Por meio do método hipotético-dedutivo e da pesquisa bibliográfica, a autora compara duas teorias, uma pertencente à Neurociência da Linguagem, o Localizacionismo, e a segunda à Psicologia, sendo esta a relação Pensamento/Linguagem elucidada por Lev Vygotsky, para apontar como o acesso às classes gramaticais é afetado durante o desenvolvimento da patologia.

Em “O temor da inexistência a partir de Ivan Ilitch”, Amanda da Silva Madeira, graduanda em Letras – Português/Inglês pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), toma como objeto de estudo a novela *A Morte de Ivan Ilitch*, de Liev Tolstói, para analisar a morte da personagem que nomeia a obra e a significação — religiosa e existencial — de sua morte para as demais personagens. A autora observa a relação entre morte e consciência para o indivíduo moderno, destacando a negação da finitude, o distanciamento social do moribundo e a religiosidade como respostas a essa angústia existencial. Dessa maneira, argumenta que a narrativa reflete a alienação e a objetivação da vida e morte do indivíduo em uma sociedade capitalista marcada por uma ascensão burguesa e por um vazio formalista dentro do ambiente jurídico.

O último artigo da edição, “Os aspectos parodísticos e metaficcional na obra *O evangelho segundo Jesus Cristo*, de José Saramago”, utiliza dos conceitos de paródia e metaficção historiográfica, tendo como aporte teórico os estudos de Mikhail Bakhtin e Linda Hutcheon respectivamente, para ler o romance de Saramago. Assim, a graduanda do curso de Letras Português/Espanhol na Universidade de Pernambuco (UPE) Débora Vitória Pereira dos Santos busca compreender os diálogos entre a literatura e a história,

tensionando a obra analisada e o cenário português contemporâneo, do qual José Saramago retirava informações e acontecimentos para inseri-los criticamente em suas obras.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Comentários sobre o testemunho em “A terceira margem do rio”, de João Guimarães Rosa

Comments on the testimony in “The third bank of the river”, by João Guimarães Rosa

Thalisson de Oliveira Machado*

Resumo: “A terceira margem do rio”, do autor João Guimarães Rosa (1908-1967), apresenta uma clara estrutura testemunhal. Apesar dos inúmeros estudos acerca do conto, ainda há aspectos a serem explorados, notadamente em relação ao caráter testemunhal do conto. Uma questão não respondida: quais são os limites do testemunho do personagem-narrador? Em sua maioria, os estudos já existentes buscam analisar o conto a partir de perspectivas relacionadas à loucura ou ao paroxismo do pai canoieiro (Albert, 2003; Goulart, 2013). Mas talvez seja possível e interessante aprofundar uma análise do conto à luz de outras obras do autor cujas estruturas também simulam um testemunho. As obras mencionadas aqui, a modo de comparação, são *Grande Sertão: Veredas* e “Campo Geral” — textos do famoso ciclo de 1956, portanto anterior às *Primeiras Estórias*. Não menos importantes para a reflexão sobre o caráter testemunhal da obra são as fontes que aprofundam e problematizam conceitos de testemunho e seu relacionamento intrínseco com a literatura (Derrida, 2015; Benjamin, 1995; Felman, 2014; Sarlo, 2007; Seligmann-Silva et al., 2009). A partir de uma análise com base nessas referências, é possível chegar a algumas considerações. Talvez a principal delas nos diga que o componente metafísico e transcendental do conto (relacionado a seu caráter insólito, paradoxal), diz respeito não tanto à loucura, mas ao próprio testemunho; mais precisamente à sua possibilidade (e, também, à sua impossibilidade) de pôr em palavras acontecimentos catastróficos, sejam coletivos ou individuais.

Palavras-chave: Testemunho; Literatura Comparada; João Guimarães Rosa.

Abstract: “The third bank of the river”, by the author João Guimarães Rosa (1908-1967), presents a clear testimonial structure. Despite the numerous studies on the short story, there are still aspects to be explored, notably in relation to the testimonial character of the short story. An unanswered question: what are the limits of the character’s testimony? Most of the existing studies seek to analyze the tale from perspectives related to the madness or paroxysm of the canoeist father (Albert, 2003; Goulart, 2013). But perhaps it is possible and interesting to deepen an analysis of the short story in the light of other works by the author whose structures also simulate a testimony. The works mentioned here, by way of comparison, are *The Devil to Pay in the Backlands* and “General Field” — texts from the famous 1956 cycle, therefore prior to the *First Stories*. No less important for the reflection on the testimonial character of the work are the sources that deepen and problematize concepts of testimony and its intrinsic relationship with literature (Derrida, 2015; Benjamin, 1995; Felman, 2014; Sarlo, 2007; Seligmann-Silva et al., 2009). From an analysis based on these references, it is possible to reach some considerations. Perhaps the main one tells us that the metaphysical and transcendental component of the short story (related to its unusual, paradoxical character) concerns not so much to madness, but testimony itself; more precisely its possibility (and its impossibility) of putting catastrophic events, whether collective or individual, into words.

Keywords: Testimony; Comparative Literature; João Guimarães Rosa.

* Aluno de graduação do curso de Letras Português/Inglês no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Osório, Osório, RS, Brasil. E-mail: 08320233@aluno.osorio.ifrs.edu.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-0975-9813>. DOI: <https://doi.org/10.51359/1984-7408.2024.264151>. O presente artigo foi orientado pelo Prof. Dr. Abel da Silveira Viana, a partir da participação no projeto de iniciação científica intitulado “Literatura e Testemunho: os casos de Guimarães Rosa e Clarice Lispector”.

1. Introdução

Primeiro, cabe dizer que não se busca aqui contrariar as diversas análises de viés psicológico¹ acerca do conto “A terceira margem do rio”, mas propor uma breve análise com foco no caráter testemunhal do conto. Encontramos em muitos textos de João Guimarães Rosa construções de caráter testemunhal. É o que fica explícito, por exemplo, em passagens como a do texto “Entremeio – com o vaqueiro Mariano”: “Também as estórias não se desprendem apenas do narrador, sim o performam; narrar é resistir” (Rosa, 2021, p. 98); ou esta, de *Grande Sertão: Veredas*: “Narrei ao senhor. No que narrei, o senhor talvez até ache mais do que eu, a minha verdade” (Rosa, 2021, p. 529). Entre tantas possibilidades, trabalharemos “A terceira margem do rio”, presente nas *Primeiras Estórias*, publicado originalmente em 1962. Além disso, com o propósito de vislumbrar um recurso literário estruturante na obra de Guimarães Rosa, abordaremos outras duas obras do autor: *Grande Sertão: Veredas* e “Campo Geral”, ambas do ciclo de 1956.

É importante ressaltar também que não pretendemos *rastrear* um testemunho de João Guimarães Rosa através de sua obra. Em outras palavras, o texto não buscará uma análise autobiográfica do autor por meio dos textos. Dito isso, buscaremos no texto a possibilidade do testemunho, visando mostrar que em Rosa existe um processo desconstrutivo do trauma, que parte do pressuposto de que, ao narrar uma estória, estamos resistindo. A palavra *resistir* nos leva, conseqüentemente, à outra palavra: *sobreviver*. A sobrevivência é o que possibilita o testemunho.

Jacques Derrida (2015) afirma que a impossibilidade é circunstancial no testemunho na medida em que transporta em um movimento anacrônico o passado para o presente, “[...] pois todo testemunho convoca essencialmente um determinado regime de crença, uma crença sem prova, um ato de fé evocada por um tipo de sermão transcendental, e, também, a crença em uma ordem do tempo” (Derrida, 2015, p. 58). “A terceira margem do rio” possui algumas das características citadas acima. Quando, no relato, o pai quebra a estrutura do cotidiano (a partir de um ato, em si mesmo, difícil de entender e de expressar), o testemunho ganha uma dimensão transcendental e, portanto, paradoxal. Os acontecimentos mais importantes no testemunho são aqueles mais difíceis de serem ditos — o que vale dizer, aqueles menos confiáveis. Por isso a busca incessante do narrador em dar coerência, sentido ao seu testemunho e, por conseguinte, ao ato de seu pai.

2. O aspecto paradoxal do testemunho

¹ Neste texto, o termo *psicológico* diz respeito à realidade psíquica que, segundo Elisabeth Roudinesco e Michel Plon (1988, p. 646), objetiva mostrar a existência do sujeito, ao mesmo tempo em que afasta o próprio sujeito da realidade material, aproximando-o da fantasia.

Em 1962, era publicado por João Guimarães Rosa o livro *Primeiras Estórias*, composto por 21 contos, entre eles “A terceira margem do rio”². De modo geral, temos o testemunho de um filho que presencia, ainda cedo, a partida do pai, que manda construir uma canoa e adentra o rio sem dar qualquer explicação à família: “Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais” (Rosa, 2019, p. 33). Dessa situação insólita, temos o título do conto.

Como apresentado por Paulo Rónai (2020), percebe-se nas personagens dos diversos contos do livro *Primeiras Estórias* duas categorias, representadas por loucos e crianças: “[...] campo propício à invasão do irreal, do irracional, do mágico — numa palavra, da poesia” (Rónai, 2020, p. 143). “A terceira margem do rio” pertence ao universo dos loucos e das crianças. Citando Carl Jung, Dante Moreira Leite, na obra *Psicologia e Literatura*, afirma:

Essa literatura decorre de uma visão ‘que é verdadeira expressão simbólica – isto é, a expressão de algo realmente existente, mas imperfeitamente conhecido’. Essa visão ultrapassa a experiência humana e pode ser indicada por intuições de coisas desconhecidas e escondidas (Jung *apud* Leite, 2002, p. 192).

Essa expressão *simbólica* é testemunhada a partir do filho. É ele quem nos permite adentrar na complexidade da estória. Mas, apesar de o filho testemunhar os instantes — quase uma vida toda — do distanciamento do pai, ele permanece sem compreender os motivos que levaram a uma ação tão incomum. O narrador não nos permite adentrar em seu psicológico, não nos permite descobrir os segredos. Conforme Derrida (2015, p. 40), trata-se de “testemunhar um segredo, declarar que existe o segredo, porém sem revelar o coração do segredo”. O testemunho do filho é incompleto, fragmentário. Esse testemunho imperfeito, como qualquer testemunho, a partir da perspectiva abordada pela crítica argentina Beatriz Sarlo, pode ser considerado matéria-prima, “pois quem deveria ter sido o sujeito em primeira pessoa do testemunho está ausente, é um morto do qual não existe representação vicária” (Sarlo, 2007, p. 34). Percebe-se que a matéria que dá possibilidade ao testemunho do filho é o pai; é o personagem do pai quem deveria ser o sujeito, a primeira pessoa do testemunho.

Em seu testemunho, há dois momentos que quase fazem do filho matéria propriamente dita, ou seja, a primeira pessoa do testemunho. Primeiro, quando, ainda no começo do conto, o filho pede para ir junto com o pai na canoa: “O rumo daquilo me animava, chega que um propósito perguntei: — ‘Pai, o senhor me leva junto, nessa sua

² Guimarães Rosa, em tom confessional, no livro *Tutameia*, revela como algumas estórias surgem para o escritor. Por exemplo, “Buriti”, novela que encerra *Corpo de Baile*, surge, segundo o escritor, em um sonho que se repete duas noites seguidas em 1948 (Rosa, 2009). No que tange “A terceira margem do rio”, o autor revela: “A Terceira Margem do Rio (Primeiras estórias) veio-me, na rua, em inspiração pronta e brusca, tão ‘de fora’, que instintivamente levantei as mãos para ‘pegá-la’, como se fosse uma bola vindo ao gol e eu o goleiro” (Rosa, 2009, p. 239). Apesar de formulada acerca do conto, isto é, “de fora”, essa afirmação diz do aspecto misterioso, transcendental do conto em sua própria concepção.

canoa? Ele só retornou o olhar em mim, e me botou a bênção, com gesto me mandando para trás” (Rosa, 2019, p. 33-34). Nesse primeiro momento, o pai recusa o filho. Porém, já ao fim do relato, há um outro momento, quando o filho afirma ter tido a ideia de substituir o pai na canoa, mas, ao perceber que o pai poderia aceitar a troca de papéis, foge, com medo. Nesse segundo momento, que é o ponto alto da culpa testemunhada, é o filho quem recusa o pai.

Há, da parte de parentes, amigos e até mesmo de pessoas de fora da comunidade, diversas tentativas de resgatar o pai; todas frustradas. Com o passar do tempo, a família se desestrutura, desmantela-se e, por fim, há a própria extinção da família. O único que permanece estático, parado no tempo, é o filho, ainda preso à esperança, talvez não do retorno do pai (retorno esse que, durante o relato, já se sabe que não aconteceu), mas do desvendar do mistério. Assim elabora Derrida (2015, p. 54): “[...] a testemunha não é sempre um sobrevivente? Isso pertence à estrutura testemunhal. Só se testemunha lá onde se viveu mais tempo do que aquilo que acabou de acontecer”. Percebe-se que o filho é o único que sobrevive, ou seja, ele é o único que permanece com os acontecimentos em si, com a possibilidade (ou a impossibilidade) de restituir a estória para a história. Segundo Sarlo (2007, p. 35), “o testemunho dos que se salvaram é a ‘matéria-prima’ de seus leitores ou ouvintes, que devem fazer algo com o que lhes é comunicado e que, justamente porque conseguiu ser comunicado, é só uma versão incompleta”. Ao mesmo tempo em que o testemunho do filho é uma versão incompleta, ela é a versão mais completa — eis o paroxismo inerente a qualquer testemunho.

Então é importante, ao tratarmos do conto, refletir sobre a relação entre experiência e sua capacidade de transmissão (Benjamin, 1994). Podemos pensar que sem experiência não há o que testemunhar, ou seja, seria preciso narrar o acontecimento para, a partir de então, termos o testemunho, “[...] a relação inseparável entre experiência e relato; e também o fato de que chamamos experiência o que pode ser posto em relato, algo vivido que não só se sofre, mas se transmite” (Sarlo, 2007, p. 26). Ter a consciência dessa tríade — experiência, narração e testemunho — parece fundamental. Walter Benjamin (1994, p. 198) vai afirmar que: “Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até hoje. No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”. O fato de voltarem mudos advém dos absurdos incomunicáveis vividos na guerra. O trauma leva a testemunha a buscar esquecer os acontecimentos violentos, como mecanismo de defesa. “A terceira margem do rio” é o testemunho de um acontecimento absurdo, de algo insólito e, assim, incomunicável.

A própria personagem do filho traz à tona a possibilidade de tudo se passar no campo aporético da loucura: “Sou doido? Não. Na nossa casa, a palavra doido não se falava, nunca mais se falou, os anos todos, não se condenava ninguém de doido. Ninguém é doido. Ou, então, todos” (Rosa, 2019, p. 38). Essa passagem pode, à primeira vista, parecer contraditória, já que o filho busca dar coerência ao seu testemunho. Ao trazer ao

relato a questão da loucura, o narrador inclui em seu testemunho a dúvida acerca do próprio testemunho. Entretanto, é importante notar que essa autodesignação problemática do sujeito que testemunha é indissociável do testemunho (Sarlo, 2007).

Encontramos em *Grande Sertão: Veredas* uma situação semelhante. Nesse caso, a palavra autodesignada por Riobaldo é a mentira, do falso (Galvão, 1972), o que se faz visível no trecho: “O senhor mire e veja, o senhor: a verdade instantânea dum fato, a gente vai departir, e ninguém crê. Acham que é um falso narrar” (Rosa, 2021, p. 387). Há na estrutura desses textos um testemunho que assume uma dimensão transcendental³, recurso usado muitas vezes por Guimarães Rosa.

Nesse sentido, Márcio Seligmann-Silva expõe com clareza aforística essa relação entre potência do testemunho e sua relação com a razoabilidade dos acontecimentos: “[...] o impossível que persuade é preferível ao que pode acontecer, mas não é persuasivo” (Seligmann-Silva, 2009, p. 136)⁴. Nos textos de estrutura testemunhal de Rosa, quando o transcendental tem lugar, por um lado, a veracidade do testemunho assume segundo plano; por outro, o testemunho se torna mais persuasivo.

Podemos perceber que esse movimento, presente em *Grande Sertão*, é semelhante em “A terceira margem do rio”. Temos dois narradores atormentados pela culpa e pela dúvida. O que difere é o modo de exclusão que implica a dúvida. Para um, a ideia da loucura, seja do narrador, seja do pai — os familiares, sem formular explicação alguma acerca das motivações que levaram o pai a adentrar o rio, logo tornaram-se objeto de curiosidade local e, logo na sequência, os moradores passam, então, a formular hipóteses para as escolhas nada convencionais que envolvem a personagem do pai: “Nossa mãe, vergonhosa, se portou com muita cordura; por isso, todos pensaram de nosso pai a razão em que não queriam falar: doideira” (Rosa, 2019, p. 34); para o outro, a dúvida sobre o pacto com o diabo, sobre o certo e o errado, a verdade e a mentira, sobre sua sexualidade. Em uma passagem em que salva Zé Bebelo, ao dizer aos colegas jagunços

³ Aqui não se atribui à palavra “transcendental” qualquer sentido restrito, por tanto; a palavra é tomada em seu sentido lato. Entretanto, recomenda-se a leitura dos artigos “A insatisfação com as margens do rio” (2013), de Audemaro Taranto Goulart, e “Finitude e transcendência em ‘A terceira margem do rio’” (2003), da autora Andréia Dutra Albert. Ambos os textos aprofundam o aspecto transcendental e/ou misterioso do conto.

⁴ Seligmann-Silva chega a questionar a possibilidade de a confissão final referente a Diadorim ser mentirosa: “Diadorim na verdade, é claro, na verdade da ficção, era um homem” (Seligmann-Silva, 2009, p. 144). Porém, na perspectiva assumida nesta reflexão, entendemos que a possibilidade da mentira no testemunho de Riobaldo está dada desde as primeiras linhas da obra: “— Nonada. Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja” (Rosa, 2021, p. 13). Como diria Walnice Nogueira Galvão: na narrativa de Riobaldo tudo é e não é (Galvão, 1972). Por exemplo, do encontro entre Diadorim e Otacília testemunha-se uma disputa entre duas mulheres: “Digo ao senhor que alegria que me deu. Ela não gostava de Diadorim — e ele tão bonito moço, tão esmerado e prezável. Aquilo, para mim, parecia um milagre. Não gostava? Nos olhos dela o que vi foi asco, antipatias, quando em olhar eles dois não se encontraram. E Diadorim? Me fez medo. Ele estava com meia raiva. O que é dose de ódio — que vai buscar outros ódios. Diadorim era mais do ódio do que do amor? Me lembro, lembro dele nessa hora, nesse dia, tão remarcado. Como foi que não tive um pressentimento?” (Rosa, 2021, p. 173). Vamos ter também, de maneira menos teórica e mais confessional, esse mesmo questionamento em carta de Manuel Bandeira a Rosa: “E o caso de Diadorim, seria mesmo possível? Você é dos gerais, você é que sabe. Mas eu tive a minha decepção quando se descobriu que Diadorim era mulher” (Bandeira, 1957, n.p.).

que o chefe Joca Ramiro queria o inimigo vivo, Riobaldo afirma: “A que nem não sei como tive o repente de isso dizer — falso, verdadeiro, inventado...” (Rosa, 2021, p. 226).

3. Rememorar as lembranças: o pai, Diadorim e Dito

Ainda tratando-se do testemunho, temos, de forma implícita ou explícita, uma relação testemunho-julgamento. A partir do momento em que estamos a relatar um testemunho a outrem, estamos dando a esse outrem o poder de julgamento sobre o que está a ser testemunhado (Seligmann-Silva, 2010). A partir do momento em que o filho testemunha sua experiência, o leitor pode julgá-lo louco, pelo caráter insólito do testemunho apresentado.

Felman reflete sobre uma característica do testemunho, destacando sua ligação à memória em seu sentido coletivo:

A imortalidade torna do outro. A vida pode tornar-se imortal somente na medida em que é ligada às vidas de outros. O que é imortal é o outro, não o eu. O que é imortal é, em outras palavras, não o narrador, mas a própria narrativa da repetição, uma narrativa que, repetida no mínimo duas vezes, não é simplesmente individual (Felman, 2014, p. 79).

Riobaldo afirma que com o fim da guerra, torna-se um ex-jagunço. Quando a estória está sendo contada, apresenta-se como fazendeiro estabelecido, alguém que tem disponibilidade de tempo e que necessita transmitir seu testemunho. Porém, o doutor da cidade não é a primeira pessoa com quem ele compartilha os acontecimentos marcantes de sua vida. O próprio testemunho inclui o fato de a estória estar sendo contada pela terceira vez. Em uma passagem, ao final do longo relato, afirma, referindo-se ao momento logo após o fim da guerra: “[...] naqueles três dias, [Zé Bebelo] não descansou de querer me aliviar, e de formar outros planejamentos para encaminhar minha vida” (Rosa, 2021, p. 534). O outro a quem Riobaldo já havia testemunhado é Quelemém, alguém indicado pelo próprio Zé Bebelo:

Compadre meu Quelemém me hospedou, deixou meu contar minha história inteira. Como vi que ele me olhava com aquela enorme paciência — calma de que minha dôr passasse; e que podia esperar muito longo tempo. O que vendo, tive vergonha, assaz (Rosa, 2021, p. 535).

O testemunho de Riobaldo se imortaliza como memória no processo de (re)contar, o que implica, no texto, isto é, no próprio testemunho, a ideia de processo de simbolização dos acontecimentos. Projeto de antemão sem sucesso, mas processo fundamental para a sobrevivência. O sentido dos acontecimentos cuja violência torna impensáveis tem lugar apenas no momento do relato. No caso de *Grande Sertão*, o que de fato chega ao leitor é a terceira versão do testemunho de Riobaldo: “Ao considerar o passado acabamos dando-lhe novas significações, o que faz com que os indivíduos repensem os fatos e acabem referindo-os mais de uma vez, a fim de tentar certificar-se, ou precisar melhor, o dito” (Costa, 2008, p. 9).

É ainda possível e, aqui, importante estabelecer uma conexão com outra narrativa de Guimarães Rosa: “Campo Geral”. Como já afirmamos anteriormente, no livro *Primeiras Estórias*, as personagens principais podem ser divididas em duas categorias: loucos e crianças (Rónai, 2020). Nela temos como personagens centrais figuras marginalizadas pela sociedade. “Rosa costuma elevar personagens marginais — meretrizes, loucos e irmãos menores — a especialistas do ver e do fazer-ver” (Rosenfield, 2002, p. 16).

Na novela “Campo Geral”, as personagens principais são os irmãos Dito e Miguilim, duas crianças. Ainda que sua narrativa esteja em terceira pessoa, o narrador tem onisciência exclusivamente em relação ao pensamento de Miguilim, de modo que a própria linguagem assumida na narrativa é a de uma criança — pensar poético, por natureza. Digamos, então, que não está ausente o *eu* do testemunho, o que temos é um testemunho que usa de uma máscara. Narrador e Miguilim estão exatamente no mesmo nível na narrativa.⁵

Em termos estruturantes na construção da narrativa, o narrador de “Campo Geral” só tem conhecimento daquilo que Miguilim presenciou ou viveu diretamente. Há aqui uma semelhança com o narrador do conto “A terceira margem do rio”. Temos de ressaltar o fato de que o narrador que se apresenta em terceira pessoa não é uma entidade no sentido de ser onisciente e onipresente, pelo contrário, apesar de colocar-se em terceira pessoa, esse narrador tem uma identidade. “Em ‘Campo Geral’ há uma parceria entre o narrador e Miguilim, a voz reflexiva dentro da narração” (Silva, 2015, p. 11).

Há outras máscaras e entrelaçamentos no *Corpo de Baile* (Rohden, 2015). Miguilim é o Dr. Miguel, da novela “Buriti”. Chegamos a duas observações. Apesar de apresentar-se em terceira pessoa, o relato é de Miguilim adulto, que rememora sua própria infância como a de uma outra pessoa. A outra observação diz respeito à importância do tempo na narrativa, um tempo que não é baseado na cronologia, mas na importância dos acontecimentos. Essa característica, muito presente nos três textos, é uma das principais marcas do testemunho. Dr. Miguel estaria no presente — fase adulta — contando a história de sua infância, trazendo para o seu presente a personagem Miguilim.

A questão central é que há nos três textos uma busca dos narradores — Dr. Miguel/Miguilim, Riobaldo e o Filho — no sentido de testemunhar para preservar a memória de outro que é, na verdade, a testemunha primeira do relato, aquela pessoa que,

⁵ Essencialmente, existe uma relação narrador-personagem que, segundo Jean Pouillon, no seu livro *O tempo no romance*, é construída a partir do termo *visão com*. Esse conceito, de acordo com Ligia Chiappini Moraes Leite, no livro *O foco narrativo* (Pouillon, 1946 *apud* Leite, 2007, p. 19-21), seria uma espécie de onisciência exclusiva a um único personagem. Cabe destacar que a teoria apresentada por Pouillon busca relacionar questões narrativas ao tempo (Leite, 2007). A teoria assume, então, notável relevância no caso de *Corpo de Baile* (Silva, 2015), uma vez que “Campo Geral” abre a sequência de sete novelas. “Buriti”, por sua vez, é a novela que encerra *Corpo de Baile*. Ao ler a obra, podemos notar que a primeira e a última novela unem o conjunto de novelas, principalmente quando descobrimos que Miguilim e Dr. Miguel são uma mesma personagem, apenas afastados no tempo. Mas, por outra, também podemos dizer que, devido ao tempo transcorrido, são duas personagens, como o narrador de “O Instante de Minha Morte” na análise de Derrida (2015).

por ter vivido os acontecimentos integralmente, não sobreviveu para narrar: Dito, Diadorim e o Pai. Os narradores querem preservar e transmitir o legado daqueles. Para além de transmitir o legado, querem entender-se dentro desse processo traumático do testemunho; querem entender por que sobreviveram (Derrida, 2015). É importante lembrar que Riobaldo participa de uma guerra longa e cheia de mortes. Já “A terceira margem do rio” e “Campo Geral” não abordam fatores bélicos em seus contextos. Temos a violência presente no testemunho de Miguilim, sofrida ou presenciada por ele, certamente um dos mais enigmáticos entre os textos de Rosa. Em “A terceira margem do rio”, o personagem-narrador testemunha a ausência de sentido de uma ação não violenta, mas que marca violentamente a vida do filho.

Giorgio Agamben (2008) vai nos lembrar da origem da palavra *testemunha*:

Em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (**terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso (Agamben, 2008, p. 27, grifo do autor).

Riobaldo narra a travessia, não como alguém que está do lado de fora do testemunho, ele é parte dos acontecimentos daquilo que está narrando, sua posição testemunhal se assemelha à de *superstes*. O mesmo ocorre em “Campo Geral”, Miguilim está narrando a sua conturbada infância, é parte integrante da vida da personagem. Porém, esses narradores também narram sobre um outro que não sobreviveu: Dito e Diadorim. Além disso, ou por isso, eles se colocam como outro em relação aos personagens que viveram os acontecimentos. Entre os três, talvez apenas o filho poderia, em princípio, ser pensado como *testis*. Porém, o poder de sua linguagem, suas admissões de culpa, o caráter paradoxal e transcendental de seu relato o coloca no centro dos acontecimentos. Sua vida para no tempo depois da ação insólita do pai.

Ainda, é interessante perceber que “Miguilim, por sua vez, assume o dito do Dito para ser feliz, ser alegre com a morte que tece a vida” (Rohden, 2015, p. 46). Miguilim assume o legado que Dito verbaliza, transmite como experiência, momentos antes de morrer:

Miguilim, Miguilim, vou ensinar o que agorinha eu sei, demais: é que a gente pode ficar sempre alegre, alegre, mesmo com toda coisa ruim que acontece acontecendo. A gente deve de poder ficar então mais alegre, mais alegre, por dentro!... (Rosa, 2019, p. 86).

Já Riobaldo depara-se com o mistério da personagem Diadorim, ao descobrir seu nome verdadeiro, Maria Deodorina Fé Bettancourt Marins, segundo ele, aquela “[...] que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, sem gozo de amor... [...]” (Rosa, 2021, p. 533). O *sentido* do relato se encontra verbalizado ao final do romance. Ou seja, é fruto do testemunho, mas não significa uma verdade

imutável, é apenas algo válido no instante do testemunho, que poderia facilmente ser questionado, no instante seguinte, pelo próprio Riobaldo. Ainda parece mais sábio assumir a ambiguidade que, segundo Walnice Nogueira Galvão (1972), é o princípio organizador do romance. Essa mesma ambiguidade, aliás, pode ser ampliada também para o testemunho de uma maneira geral. Acerca da ambiguidade, Walnice, na introdução de *As formas do falso*, diz: “Nas linhas mais gerais tem-se o conto no meio do romance, assim como o diálogo dentro do monólogo, a personagem dentro do narrador, o letrado dentro do jagunço, a mulher dentro do homem, o Diabo dentro de Deus” (Galvão, 1972, p. 13).

4. O lugar do pai

Derrida afirma que “a ideia de um testemunho secreto seria uma contradição em termos” (2015, p. 40). Partindo dessa perspectiva de (re)contar histórias e de se fazer imortal através do outro, podemos chegar a um questionamento: a quem estaria o narrador de “A terceira margem do rio” confiando o testemunho seu e de seu pai?

O filho é um remanescente de sua própria história, permeada pela representação do *eu*, um *eu* condenado ao silêncio, pela ausência das palavras. Essa ausência de palavras e esse silêncio são vinculados ao trauma. Temos aí a literatura relacionada “[...] por meio do sem-expressão, não só a um silêncio e a uma mudez, mas também a um momento que conota morte, trauma e petrificação” (Felman, 2014, p. 42). O filho se torna alguém oprimido pela culpa, traumatizado em tamanho grau que vive da rememoração dos acontecimentos, buscando expiar o que considera sua culpa: “Sou homem de tristes palavras. De que era que eu tinha tanta, tanta culpa? [...] Sou o culpado do que nem sei, de dor em aberto, no meu foro. Soubesse — se as coisas fossem outras. E fui tomando ideia” (Rosa, 2019, p. 37-38). Percebe-se que, a partir do ponto em que o filho anuncia que foi “tomando ideia”, seu testemunho transcende o imaginário e se efetiva em algo real. Não por acaso, pela primeira vez o pai vai ao encontro do filho:

Chamei, umas quantas vezes. E falei, o que me urgia, jurado e declarado, tive que reforçar a voz: — “Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... O senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...” E, assim dizendo, meu coração bateu no compasso do mais certo. Ele me escutou. Ficou em pé. Manejou remo n’água, proava para cá, concordado. E eu tremi, profundo, de repente: porque, antes, ele tinha levantado o braço e feito um saudar de gesto — o primeiro, depois de tamanhos anos decorridos! E eu não podia... Por pavor, arrepiados os cabelos, corri, fugi, me tirei de lá, num procedimento desatinado. Porquanto que ele me pareceu vir: da parte de além. E estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão (Rosa, 2019, p. 38, grifo do autor).

Essa fuga multiplica exponencialmente a culpa do filho; sua ideia tomada como algo que o iria salvar acabou por torná-lo mais paralisado. Após esse acontecimento, o pai, que até então representava uma presença ausente, acaba por se ausentar por

completo. Importante ainda reparar que, a respeito desse acontecimento, que julga central em seu testemunho, a personagem se ausenta de palavras, ou melhor, de pensamentos cujas palavras representem aquele instante. O que ele descreve nesse trecho são ações: *Corri, fugi, desatinado e arrepios de cabelo*. São todas ligadas ao corpo, sensações corporais, logo passíveis de rememorar com maior clarividência. Por outro lado, os sentimentos, as ideias, sensações ligadas àquele instante, não são por natureza passíveis de uma fácil rememoração. Há algo semelhante no testemunho de Riobaldo, no que se refere ao surgimento do corpo e da memória de sensações, isto é, de uma memória do corpo, nos momentos mais marcantes, mais traumatizantes, do relato (Viana, 2019)⁶. Derrida (2015, p. 75) comenta o paradoxo dessa “[...] experiência insólita e ao mesmo tempo banal. Cada um de nós pode dizer a cada instante: pois bem, não me lembro bem o que senti, não posso descrever o que senti naquele momento; é impossível, não posso analisá-lo, em todo caso”.

O acontecimento que merece ser testemunhado sempre apresenta algo insólito, inconcebível ao ponto de escapar à significação; ao ponto de não poder ser simbolizado em discurso. Testemunhar o sentido do acontecimento seria impossível. Se no momento-instante em que foi vivenciada essa passagem não foi possível compreender o que acontecia, podemos pensar que no testemunho, isto é, no presente do testemunho de um acontecimento, então perpétuo ainda que do passado, também haverá dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de termos um testemunho pleno, sem falhas, tanto para o narrador-testemunha, quanto para o leitor.

Vale ainda outra observação referente à passagem que aqui se julga central no conto. Segundo Georges Didi-Huberman, “para saber é preciso tomar posição” (2017, p. 15), e ainda: “Não se sabe nada na imersão pura, no ‘em si’, no terreno do ‘perto demais’. Não se saberá nada, tampouco, na abstração pura, na transcendência ativa, no céu do ‘longe demais’” (Didi-Huberman, 2017, p. 16). No decorrer do conto, o filho se apresenta assolado pelas incertezas: “Tiro por mim, que, no que queria, e no que não queria, só com nosso pai me achava: assunto que jogava para trás meus pensamentos” (Rosa, 2019, p. 35). Seu testemunho nos diz que, depois do momento em que é tomado pela ideia de aproximar-se do pai e é, de certa forma, correspondido, a imersão pura — o estar “perto demais”, no caso, do pai — leva o filho a uma tomada de decisão: ele decide, talvez inconscientemente, não saber. O que justifica, explica o fato de o filho ter fugido do encontro com o pai. Há algo forte demais a ser descoberto, de tão difícil compreensão, que se torna preferível não descobrir, não compreender as razões da ação do pai.

⁶ Já na reta final de *Grande Sertão: Veredas* (2021), vamos presenciar algo semelhante, quando Hermógenes, principal antagonista, encontra Diadorim para um confronto nada amigável, tendo por resultado a morte de ambos. Porém, durante o duelo, Riobaldo está estabelecido a uma curta/média distância do embate entre Diadorim e Hermógenes. Sendo assim, Riobaldo narra desse momento suas vertigens, desfocando dos detalhes do embate: “— eu me, em mim, gemi: alma que perdeu o corpo. O fuzil caiu de minhas mãos, que nem pude segurar com o queixo e com os peitos. Eu vi minhas agarras não valerem! Até que trespassei de horror, precipício branco” (Rosa, 2021, p. 524).

Para saber é preciso tomar posição, o que supõe mover-se, e constantemente assumir a responsabilidade de tal movimento. Esse movimento tanto é “aproximação” quanto “afastamento”: aproximação como reserva, afastamento como desejo. Ele supõe um contato, mas o supõe interrompido, se não for quebrado, perdido, impossível ao extremo (Didi-Huberman, 2017, p. 16).

Segundo seu testemunho, paradoxalmente, depois do movimento de aproximação, que sugere também uma imposição perante o pai, temos um afastamento, uma recusa ao pai. A responsabilidade, a consciência dessa rejeição ganha força no testemunho: “E estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão” (Rosa, 2019, p. 38). Podemos ainda perceber que, quando decide de maneira inconsciente não tomar a posição do pai, sobrevém a culpa, “[...] porque o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência” (Seligmann-Silva, 2010, p. 10). A personagem sobrevive com a culpa de ter recusado o lugar do pai. Decorrente dessa recusa, vamos ter o desaparecimento e, assim sendo, a morte do pai, presente no testemunho do filho; afinal, ele continua sendo aquele que testemunha em nome de quem não viveu para testemunhar sua própria experiência. Eis o segredo do testemunho. Testemunha-se a existência do segredo, da impossibilidade de dizer; não se testemunha o conteúdo do segredo, uma vez que ele é desconhecido da própria testemunha, no caso do conto, do filho e narrador (Derrida, 2015).

É importante aprofundar uma noção apresentada anteriormente, referente à *matéria* do testemunho, para entendermos mais uma faceta de sua complexidade:

Os que não foram assassinados não podem falar plenamente do campo de concentração; falam então porque outros morreram, e em seu lugar. Não conheceram a função última do campo, cuja lógica, portanto, não se operou por completo neles (Sarlo, 2007, p. 34).

A personagem do filho não pode chegar ao limite do testemunho, a partir do momento em que recusa tomar a posição do pai na canoa. Não tomar a posição do pai implica a sobrevivência do filho e a morte do pai. O testemunho do pai escapa da própria condição de testemunha; a personagem do pai não pode oferecer ao filho uma experiência comunicável, pois ele está no espectro do não-dito.

De modo radical, não se pode representar os ausentes, e dessa impossibilidade se alimenta o paradoxo do testemunho: quem sobrevive a um campo de concentração sobrevive para testemunhar e assume a primeira pessoa dos que seriam os verdadeiros testemunhos, os mortos (Sarlo, 2007, p. 35).

A partir de então, o testemunho se torna reduzido à condição de sobrevivente do filho: “O severo que era, de não se entender, de maneira nenhuma, como ele aguentava. [...] Não adoecia? E a constante força dos braços, para ter tento na canoa, resistido [...]” (Rosa, 2019, p. 35-36). Percebe-se que o único com capacidade de responder tais questões seria o pai, na condição limite do testemunho. Dada a complexidade da rede testemunhal, o filho não pode representar o lugar do pai e, por conseguinte, formular

entendimentos sobre a experiência, única, do pai. O que a personagem do filho pode — e faz — é testemunhar os acontecimentos presenciados por ele; em outras palavras, como ele, no lugar de sobrevivente, encara as ações do pai. “Essa perspectiva do testemunho é dubitativa e finalmente cética quanto a seu poder de restauração do sujeito-testemunha, e poderia explicar o destino suicida de alguns ‘sobreviventes’ [...]” (Sarlo, 2007, p. 36). Aqui chegamos a uma questão importante: enquanto em *Grande Sertão Riobaldo* parece se encontrar no processo de cura por meio do seu testemunho; em “A terceira margem do rio”, vamos ter o filho como que definindo à medida que seu testemunho, ainda pouco elaborado, tenta avançar.

Enquanto o testemunho de Riobaldo parece chegar, pelo menos em parte, ao mistério de Diadorim, o filho testemunha principalmente o peso de sua culpa. Podemos encontrar no testemunho de Riobaldo muitos acontecimentos da sua estória esclarecidos para si próprio (em grande parte em suas conjecturas metafísicas extremamente profundas). A sequência que encerra o romance, antes da Lemniscata, é: “Nonada. O Diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é o homem humano. Travessia” (Rosa, 2021, p. 536).

Podemos perceber que em ambos os testemunhos destaca-se um tom de confissão. Ainda que em “A terceira margem do rio” não seja possível identificar um narratário, o conto também assume traços confessionais, como em *Grande Sertão: Veredas*. Porém, o testemunho presente no conto não se encontra em um processo de cura, assumindo o texto ares mais pessimistas. Sarlo nos lembra que “para Levi, seu testemunho não representa uma epifania do conhecimento nem tem poder de cura da identidade. É, simplesmente, inevitável por motivos psicológicos e morais” (Levi *apud* Sarlo, 2007, p. 36). Neste espectro testemunhal se encontra o testemunho do filho: não o processo de cura pela palavra, mas os ensejos de morte. Ele afirma: “Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não para, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro — o rio” (Rosa, 2019, p. 38). Não há no conto epifanias, muito menos relativas a temas metafísicos (suporte para a simbolização dos eventos traumáticos). No testemunho do filho há perguntas, dúvidas; não há respostas para as ações do pai. “[...] a história jamais poderá ser totalmente contada e jamais terá um desfecho, porque nem todas as posições podem ser percorridas e sua acumulação tampouco resulta numa totalidade” (Sarlo, 2007, p. 42). Na verdade, também não podemos afirmar que o testemunho de Riobaldo seja objetivo e definitivo; porém, é possível perceber que, pelo menos enquanto testemunha, Riobaldo organiza suas ideias por meio das palavras, o que se justifica pelo fato de estar testemunhando por uma terceira vez. E, assim, encontra algum alívio, algum sentido, pelo menos no instante do testemunho.

Tomando a morte do pai como acontecimento concreto, as possibilidades do filho se reduzem a zero quanto à oportunidade de obter um conhecimento das motivações que levaram o pai a adentrar o rio e de lá não sair. Isso é a derrocada do filho, já que ele dedica

a vida em prol do pai: “[...] diz-que-disseram: que constava que nosso pai, alguma vez, tivesse revelado a explicação, ao homem que para ele aprontara a canoa. Mas, agora, esse homem já tinha morrido, ninguém soubesse, fizesse recordação, de nada, mais” (Rosa, 2019, p. 37). Por não chegar a nenhum entendimento em relação aos acontecimentos; por ter fugido no momento em que, supostamente, poderia encontrar as respostas, isto é, o sentido de sua própria vida, a personagem se encontra, durante e, principalmente, ao final do testemunho, metaforicamente morto. Seu testemunho ainda precisaria ser trabalhado, para que ele pudesse *voltar à vida*, voltar ao tempo presente. Diferentemente de Riobaldo, que por ter testemunhado mais de uma vez a violência que vivenciou — a ponto de, em *Grande Sertão*, chegar a simbolizar, justificar, metafisicamente sua travessia —, a projeção que se faz ao final do testemunho do filho do homem da canoa, é a da própria morte do narrador.

5. Considerações finais

Visou-se, aqui, buscar lançar luz sobre o caráter estruturalmente testemunhal do conto “A terceira margem do rio”, já que a fortuna crítica sobre o texto, em sua maioria, aborda-o a partir de perspectivas alegóricas e psicológicas. Nessa linha surgiu a questão: é possível atribuir coerência, sentido, para o testemunho da personagem do filho? Textos teóricos e críticos referentes à relação testemunho-literatura mostram que o “sentido” do testemunho não é algo objetivo, uma verdade exposta no momento do relato, mas sim algo que diz respeito à própria sobrevivência do sujeito do testemunho. A estrutura do conto — embora transcendental — é pertencente à estrutura testemunhal.

Ampliando um pouco mais o *corpus* roseano, vamos encontrar também na principal obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, uma estrutura testemunhal. Essa característica levou não apenas a algumas breves observações comparativas entre essas duas narrativas, mas também a uma visada maior sobre a obra do autor, de modo a mostrar que muitos textos (contos, romances e novelas) na obra de Rosa têm estrutura testemunhal. Entre tais textos, merece destaque “Campo Geral”, por se tratar de um texto narrado em terceira pessoa, mas com claras características de um testemunho.

Tal recorrência estrutural na obra de Guimarães Rosa confirmou a possibilidade de uma análise do conto “A terceira margem do rio” a partir de conceitos relacionados ao testemunho, ou melhor, à relação testemunho-literatura (Derrida, 2015; Sarlo, 2007; Seligmann-Silva, 2009; 2010). No percurso desta reflexão, foi possível descrever o testemunho como um conceito altamente complexo, em que se fundem dicotomias, como possibilidade ou impossibilidade, verdade e mentira ou, no caso do conto em questão, loucura e lucidez — o que nos leva à ideia do testemunho como algo intrinsecamente paradoxal. Digamos que, no conto, desconsiderada a possibilidade de loucura por parte do narrador, temos o filho ocupando o lugar do sobrevivente, posição com a qual coincide qualquer testemunho.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. A testemunha. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 25-49.

ALBERT, Andréia Dutra. Finitude e transcendência em “A terceira margem do rio”. *Revista Contexto*, Espírito Santo, n. 10, p. 84-91, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/6792>. Acesso em: 07 set. 2024.

BANDEIRA, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: João Guimarães Rosa. [S. l.], 13 mar. 1957. Disponível em: <https://www.revistaprosaveroarte.com/joao-guimaraes-rosa-carta-de-manuel-bandeira-o-romance-de-riobaldo/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

COSTA, Rosilene Silva da. Riobaldo: rememorando para viver o que faltava. *Nau Literária*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/6140/0>. Acesso em: 02 set. 2023.

DERRIDA, Jacques. *Demorar*. Maurice Blanchot. Florianópolis: editora UFSC, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A posição do exilado. In: DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 15-38.

FELMAN, Shoshana. *O Inconsciente Jurídico: Julgamento e Traumas no século XX*. São Paulo: Edipro, 2014.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Introdução. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Editora perspectiva, 1972. p. 11-17.

GOULART, Audemaro Taranto. A insatisfação com as margens do rio. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 465-476, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5496>. Acesso em: 07 set. 2024.

LEITE, Dante Moreira. A análise de Carl G. Jung. In: LEITE, Rui Moreira (Org.). *Psicologia e Literatura*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 191-198. Livro eletrônico.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. As “visões” de Jean Pouillon. In: LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O Foco Narrativo*. São Paulo: Ática, 2007. p. 19-21.

- ROHDEN, Luiz. Entre filosofia e literatura: exercício de transfigurar a morte para viver. In: ROHDEN, Luiz (Org.). *Entre filosofia e literatura: recados do dito e do não dito*. Belo Horizonte: Relicário, 2015. p. 40-58. Livro eletrônico.
- RÓNAI, Paulo. *Rosa e Rónai: o universo de Guimarães Rosa por Paulo Rónai, seu maior decifrador*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Livro eletrônico.
- ROSA, João Guimarães. Sobre a escova e a dúvida. In: ROSA, João Guimarães. *Tutameia*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009. p. 224-253.
- ROSA, João Guimarães. Campo Geral. In: ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim*. São Paulo: Global, 2019. p. 15-115.
- ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: ROSA, João Guimarães. *Primeiras Estórias*. São Paulo: Global, 2019. p. 33-38. Livro eletrônico.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.
- ROSA, João Guimarães. Entremeio: com o vaqueiro Mariano. In: ROSA, João Guimarães. *Estas Estórias*. São Paulo: Global, 2021. p. 90-128. Livro eletrônico.
- ROSENFELD, Kathrin. Apresentação. In: LAGES, Susana Kampff. *João Guimarães Rosa e a saudade*. São Paulo: Ateliê, 2002. p. 13-19.
- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das letras; Belo horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 1, p. 130-147, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/yVcBx745WkQX8TBPNy4GmyK/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. O universo concentrado: narração e reflexão em “Campo Geral”. In: ROHDEN, Luiz (Org.). *Entre filosofia e literatura: recados do dito e do não dito*. Belo Horizonte: Relicário, 2015. p. 9-21. Livro eletrônico.

VIANA, Abel Silveira da. *Corpo e linguagem em Grande Sertão: Veredas ou “a verdade instantânea dum fato” “sem tempo nenhum para pensamento”*. 2019. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215107>. Acesso em: 17 out. 2023.

Recebido em 07 de setembro de 2024
Aceito em 31 de outubro de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Invasão ou reivindicação?: um estudo sobre a narrativa da "invasão" indígena sob a Análise Crítica do Discurso

¿Invasión o reivindicación?: un estudio de la narrativa indígena de la "invasión" bajo el Análisis Crítico del Discurso

Ana Cecilya Porto Vieira
Raissa Nascimento dos Santos*

Resumo: Este trabalho visa analisar formas de nomeação em uma notícia do jornal Correio do Estado, intitulada "Família que vivia em fazenda invadida por indígenas há 1 ano passa por dificuldades", com foco na Análise Crítica do Discurso (ACD) para compreendermos como diferentes discursos, políticas e narrativas influenciam na percepção e no tratamento dado aos povos indígenas e aos seus direitos territoriais. Esta pesquisa, de caráter qualitativo (Gil, 2002), ancora-se em Van Dijk (2005) com seus estudos sobre discurso e gênero textual, em Vieira e Macedo (2018) e Resende e Ramalho (2006) por suas contribuições sobre a ACD e também em Quijano (2006), com base em seu estudo sobre o "movimento indígena". A partir da abordagem da ACD, torna-se possível iluminar as complexidades das questões de demarcação das terras indígenas, destacando as relações de poder e ideologia envolvidas e identificando caminhos para uma transformação social e política.

Palavras-Chave: Análise Crítica do Discurso; Demarcação de terras indígenas; Notícia; Formas de nomear.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar las formas de nombrar en una noticia del periódico Correio do Estado, titulada "Familia que vivía en finca invadida por indígenas hace un año pasa por dificultades", con un enfoque de Análisis Crítico del Discurso (ACD) para entender cómo los diferentes discursos, políticas y narrativas influyen en la percepción y el tratamiento dado a los pueblos indígenas y sus derechos territoriales. Esta investigación cualitativa (Gil, 2002) se ancla en Van Dijk (2005) con sus estudios sobre discurso y género textual, en Vieira & Macedo (2018) y Resende & Ramalho (2006) por sus aportes sobre ACD y también en Quijano (2006), a partir de su estudio sobre el "movimiento indígena". A partir del enfoque del ACD, es posible destacar las complejidades de las cuestiones de demarcación de tierras indígenas, las relaciones de poder y la ideología involucradas e identificando caminos hacia la transformación social y política.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso; Demarcación de tierras indígenas; Noticias; Formas de nombrar.

* Graduandas de Letras-Bacharelado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: cecilya.portov@ufpe.br; raissa.nsantos@ufpe.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-9518-8636>; <https://orcid.org/0009-0008-7785-0747>. DOI: <https://doi.org/10.51359/1984-7408.2024.264006>. Artigo produzido a partir de pesquisas realizadas durante a disciplina Português IV - Semântica, ministrada pelo Prof. Dr. Marco Bonfim (UFPE).

1. Introdução

Este trabalho objetiva explorar como as diferentes nomeações de um mesmo evento podem refletir marcas políticas, sociais e ideológicas, através de estratégias argumentativas presentes no gênero textual notícia — especificamente, uma notícia do jornal Correio do Estado intitulada “Família que vivia em fazenda invadida por indígenas há 1 ano passa por dificuldades”. A matéria escolhida como *corpus* trata da ocupação de uma fazenda na cidade de Rio Brillante (MS) que, segundo o proprietário José Raul das Neves Jr., foi invadida indevidamente por famílias indígenas da etnia Guarani-Kaiowá, mas, pelo olhar dos indígenas, a terra foi ocupada para ser reivindicada, já que aquele espaço é tido como *tekoha*¹. Contudo, pela falta de documentação provando que a área é um território indígena, Neves Jr. busca recuperar a fazenda depois de passar por dificuldades financeiras e de saúde junto aos seus familiares.

Esta pesquisa, de natureza qualitativa (Gil, 2002), fundamenta-se em Resende e Ramalho (2006) e Vieira e Macedo (2018) acerca de suas contribuições sobre Análise Crítica do Discurso (doravante ACD); em Dambrós (2019), para a contextualização dos eventos históricos analisados no trabalho, assim como em Van Dijk (2005) por seus estudos sobre o discurso no gênero notícia; também se apoia em Quijano (2006), com base em seu estudo sobre o “movimento indígena”. A partir disso, buscamos avaliar as *formas de nomear* encontradas na notícia, aplicando a ACD, visto que “todo ato de nomear dá-se sempre no bojo de uma política de representação que, por sua vez, está diretamente relacionada com o processo de construção de identidade” (Freitas, 2006, p. 228).

Nas seguintes seções apresentaremos o conceito mais aprofundado de ACD, o contexto histórico da demarcação de terras e toda a complexidade política que a envolve, além das estratégias argumentativas presentes no texto analisado e uma reflexão crítica sobre as consequências do discurso manifestado no jornal.

2. Explorando a Análise Crítica do Discurso: um breve percurso

Bakhtin foi o precursor dos estudos ideológicos na linguagem e na semiótica, em contraposição aos conceitos formalistas de Saussure, tendo posto que “a ‘verdadeira substância da língua’ não repousa na interioridade dos sistemas linguísticos, mas no processo social da *interação verbal*” (Bakhtin, 2002, p. 123 *apud* Resende; Ramalho, 2006, p. 14-15, grifos das autoras). A visão bakhtiniana da linguagem está associada à luta de classes da filosofia marxista, na intenção de analisar e revelar marcas linguísticas de luta pelo poder, presentes nas diferentes esferas sociais, além de nos apresentar

¹ Lugar sagrado, estabelecido como “uma unidade política, religiosa e territorial, que deve ser definida em virtude das características efetivas – materiais e imateriais – de acessibilidade ao espaço geográfico por parte dos Guarani” (PIB, 2018a).

uma visão dialógica e polifônica da linguagem, segundo a qual mesmo os discursos aparentemente não-dialógicos, como textos escritos, sempre são parte de uma cadeia dialógica, na qual respondem a discursos anteriores e antecipam discursos posteriores de variadas formas (Resende; Ramalho, 2006, p. 17-18).

Com isso, a partir dos anos 60 – porque, anteriormente, os estudos linguísticos eram, em sua maioria, estruturalistas –, diversos teóricos focaram nessa modalidade sociodiscursiva de pesquisa e avançaram seus estudos, dando origem, por exemplo, a abordagens como a Análise do Discurso, de Pêcheux e a Análise Crítica do Discurso, de Fairclough.

De acordo com Resende e Ramalho (2006), a ACD surge em 1985 como uma área transdisciplinar — decorrente da Linguística Crítica —, citada pela primeira vez em um artigo do linguista Norman Fairclough. Essa abordagem “centra-se nos modos como as estruturas do discurso põem em prática, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e de dominância na sociedade” (Van Dijk, 2005, p. 20). Sua investigação parte da observação de gêneros textuais, pois estes funcionam como um elo entre a língua e a sociedade, já que são “formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem” (Marcuschi, 2008, p. 156). Além disso, a ACD constitui-se pelos critérios de visão científica de crítica social, pesquisa social crítica e análise linguística e semiótica:

A visão científica de crítica social justifica-se pelo fato de a ADC ser motivada pelo objetivo de prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e de poder. O enquadramento no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia é resultado do amplo escopo de aplicação da ADC em pesquisas que, diretamente ou não, contemplam investigações sobre discurso em práticas sociais da modernidade tardia, período em que a linguagem ocupa o centro do modo de produção do capitalismo. A teoria e a análise lingüística e semiótica, por sua vez, auxiliam a prática interpretativa e explanatória tanto a respeito de constrangimentos sociais sobre o texto como de efeitos sociais desencadeados por sentidos de textos (Fairclough, 2003, p. 15 apud Resende; Ramalho, 2006, p. 23, grifos nossos).

Para compreendermos esses critérios e os efeitos dos estudos críticos da linguagem, precisamos abordar um dos principais conceitos da teoria: o discurso. Apoiando-nos em Vieira e Macedo (2018), entendemos por discurso a linguagem como *prática social*, ou seja, ela representa uma forma de interagir com o mundo e com os outros. Essa interação entre os sujeitos gera relações sociais (simétricas e assimétricas), que trazem em si efeitos ideológicos e de poder e/ou dominação. Esses efeitos, porém, são instáveis e seus agentes dependem da produção, distribuição e consumo de suas

ideias para continuarem dominando informações e construindo ideologias² (Vieira; Macedo, 2018).

Por essa razão, escolhemos o gênero textual *notícia* por compreendermos que “a maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva das dúzias de relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias” (Van Dijk, 2005, p. 63). A importância da análise e crítica desse gênero parte do pressuposto de que, para entendermos uma notícia, precisamos de vivências ou experiências compartilhadas, que Van Dijk (2005) dispõe como a *dimensão ideológica* desse tipo de discurso, dado que muitas das informações são concebidas pelo leitor de forma implícita. Essa leitura implica em uma opinião que pode ser vista como senso comum, salientado por Fairclough (2003 *apud* Resende; Ramalho, 2006) como sendo uma *ideologia efetiva*, tornando-se necessário revelar, através do lado crítico da ACD, as partes ocultas dos textos, pois “a análise do ‘não-dito’ é por vezes mais reveladora do que o estudo daquilo que é realmente expresso em um texto” (Van Dijk, 2005, p. 66).

Outro ponto a ressaltar sobre nossa escolha, é de que esse gênero nos permite reconhecer diferentes discursos, políticas e narrativas que influenciam a percepção e o tratamento dado ao povo indígena, com foco na polaridade: terra (invasão) *versus* território (reivindicação).

3. Entre conflitos e coexistência: um percurso histórico da demarcação de terras indígenas no Brasil

Van Dijk (2005) destaca que a análise feita pela ACD em notícias não se limita apenas ao texto, por considerar o contexto, as relações entre texto e fala e os processos de compreensão, “ou seja, a notícia não é um gênero isolado, ela está carregada de dimensões culturais, políticas e sociais, logo o seu discurso é construído a partir de fatos antecedentes” (Soares, 2021, p. 184). Esses fatos antecedentes, em nossa pesquisa, são os eventos históricos que marcaram a construção dos direitos dos povos originários no Brasil e sua luta constante por reconhecimento e garantia de seus territórios.

Tais eventos começaram a ocorrer a partir da vinda dos europeus às terras brasileiras, pois “não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas” (Oliveira, 1996, p. 9 *apud* Gallois, p. 39). Nesse período, inúmeras políticas públicas foram criadas para delimitar e separar as terras, que, historicamente, eram espaços ocupados por comunidades indígenas, que passaram a ser frequentemente usurpados, explorados ou degradados por interesses econômicos e políticos. A desapropriação das terras indígenas

² Ideologia é o modo como o significado opera e sustenta as relações de poder e dominação expressam assimetrias sociais, e o modo como elas são sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso, é o objeto de estudo da ACD (Vieira; Macedo, 2018).

na América Latina foi consequência da “apropriação de minas, plantações e fazendas pelo capital norte-americano. [...] a resistência do campesinato indígena foi reprimida e derrotada de forma sangrenta, a maioria das populações ‘índias’ foram forçadas a submeter-se à servidão”³ (Quijano, 2006, p. 650-651, tradução nossa).

Mesmo com a proclamação da independência, no Brasil e em outros países da América Latina, continuou a perpetuação, mesmo que inconsciente, de uma colonialidade de poder. Como exemplo disso, as categorias “indígena”, “aborígene”, “nativos”, “originários” só possuem sentido se estão relacionadas ao padrão da colonialidade, na medida em que, como afirma Quijano (2006), sua origem remete a um passado colonial de poder. Então, sempre que essas categorias são entextualizadas, elas reproduzem a memória de domínio.

Atualmente, esse padrão está relacionado com a questão de raça, em que aquele que detém o poder faz uso dessas categorias para classificar e, conseqüentemente, dominar a sociedade em questão — os colonizadores passaram a se identificar como brancos e europeus, a partir da nomeação dos “outros” (Quijano, 2006) — criando assim espaço para novas formas de discriminação, que, por conta dessas categorias, estão muito presentes na sociedade atual.

Essas novas formas de discriminar são postas em prática na organização social, como, nos dias de hoje, ao mesmo tempo que temos avanços econômicos no país, o número de povos indígenas que sofrem com ataques criminosos não diminui, pois “os grupos com maior poder econômico e que influenciam diretamente o governo tendem a esmagar os grupos sociais economicamente desfavorecidos” (Dambrós, 2019, p. 176), criando tensões e impasses nessa coexistência. Conseqüentemente, grupos minoritários, como os indígenas, sofreram (e sofrem) com o descaso imposto pelos colonizadores desde os primeiros contatos, com o estabelecimento de regras e leis para mediar um convívio social.

Diante do que foi exposto, trazemos uma linha do tempo para ilustrar os eventos ocorridos e a história dos direitos indenistas no Brasil de 1680 até 1988:

³ No original: “[...] apropiación de minas, plantaciones y haciendas por parte del capital norteamericano. [...] la resistencia del campesinado indígena, se forzó a la mayoría de las poblaciones ‘índias’ someterse a la servidumbre” (Quijano, 2006, p. 650-651).

Imagem 1 - Linha do tempo



Fonte: Dambrós (2019, p. 178).

Com base na linha do tempo, destacamos dois períodos importantes para considerar as demarcações de terras indígenas: 1973 e 1988. A Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que ficou conhecida como “Estatuto do Índio”, retratou o povo indígena como uma “categoria social transitória” (PIB, 2024b) incapaz e, por conta disso, precisaria ser amparada pelo governo até que se desenvolvesse o suficiente para integrar a sociedade brasileira – além de considerar a delimitação de terras “apenas a moradia e as áreas associadas às atividades agrícolas, desconsiderando qualquer outra atividade que exigiam extensões mais amplas, como por exemplo, caça, coleta e pesca” (Dambrós, 2019, p. 177). No entanto, como aponta Quijano (2006, p. 661, tradução nossa), “trata-se de modificar fundamentalmente a estrutura institucional do Estado, para que possa efetivamente representar mais de uma nação. Ou seja, trata-se de cidadania múltipla, pois na existente os ‘índigenas’ não têm, não podem ter, lugar pleno”⁴.

Com o crescimento dos movimentos indigenistas no Brasil, na Constituição de 1988, “foi possível incluir o princípio da diversidade cultural, superando a ideia de tutela dos povos indígenas” (Dambrós, 2019, p. 177), e como exemplo disso, em seu artigo 231, está reservado aos indígenas “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988).

A partir daí, os estudos indigenistas passaram a trabalhar com as questões territoriais, o que ajudou a estabelecer as etapas de garantia e recuperação das terras indígenas, sendo elas: a) Estudos de identificação; b) Aprovação da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas); c) Contestações; d) Declarações dos limites da terra indígena; e) Demarcação física; f) Homologação; e g) Registro (PIB, 2024a).

⁴ No original: “Se trata de que la estructura institucional del Estado sea modificada en sus fundamentos, de modo que pueda representar efectivamente a más de una nación. Es decir, se trata de una múltiple ciudadanía, ya que en la existente los ‘índigenas’ no tienen, no pueden tener, plena cabida” (Quijano, 2006, p. 661).

No entanto, mesmo com a inclusão de um artigo na Constituição reservado aos povos originários, e com o crescimento da luta pelos direitos indígenas, é notável que uma parte significativa das terras indígenas no Brasil continua sofrendo com “invasões de garimpeiros, pescadores, caçadores, madeireiras e posseiros. Outras são cortadas por estradas, ferrovias, linhas de transmissão ou têm porções inundadas por usinas hidrelétricas” (PIB, 2018b).

Visto estas questões, em 2009, criou-se o marco temporal, definido como “uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição” (Agência Câmara de Notícias, 2023), com o intuito de demarcar oficialmente e devolver aos indígenas suas terras invadidas. Contudo, a tese foi fortemente criticada por suas possíveis consequências, e estudiosos defendem que estipular um marco temporal para legalizar o direito ou não sobre determinada terra ignora todo o passado de violência e opressão que os povos indígenas sofreram.

Muitos argumentam que essa tese dificultará a demarcação das terras e incitará novas disputas, isto é, as terras indígenas poderão ser invadidas e ações poderão ser iniciadas na Justiça com o intuito de expulsar povos indígenas de determinados locais. Mesmo depois de anos e avanços consideráveis, as disputas e tensões sobre a ocupação dessas terras continuam de forma intensa e são relatadas nos noticiários. Assim, na próxima seção iremos analisar melhor como esses conflitos territoriais ocorrem e como eles estão relacionados ao discurso.

4. Invasão indígena ou resistência ancestral?: análise do *corpus*

Como vimos, a escolha do *corpus* levou em consideração um gênero textual jornalístico que constrói diferentes discursos através de nomeações de um evento, com base na ACD, já que, “em outras palavras, a ACD almeja investigar, criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso” (Vieira; Macedo, 2018, p. 49-50). Posto isso, compreendemos por notícia

o relato de uma série de fatos, a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los (Lage, 2006, p. 17).

Escolhemos então uma notícia retirada do jornal *online* Correio do Estado intitulada “Família que vivia em fazenda invadida por indígenas há 1 ano passa por dificuldades”. Seguindo o caráter qualitativo de pesquisa, consideramos a natureza dos dados selecionados e, com base nisso, categorizamos, interpretamos e analisamos as pressuposições da nossa investigação (Gil, 2002).

A matéria do Correio do Estado, publicada no dia 04 de março de 2024, retrata a situação da Fazenda do Inho, na cidade de Rio Brilhante (MS), que, segundo o autor da notícia, foi invadida por mais ou menos 50 indígenas da etnia Guarani-Kaiowá. Percebemos que as estratégias argumentativas do texto giram em torno da falta de provas/documentos que garantam a posse indígena da área, transformando-a, assim, discursivamente, em *invasão* – criando uma bipolaridade com o termo *reivindicação*, retirado dos fragmentos de uma entrevista cedida pelos indígenas que habitam a área.

O presente trabalho interessa-se pelo modo como essa dicotomia será retratada no jornal. Portanto, nossa análise está separada em três momentos: primeiramente, observaremos a nomeação dada pelo jornal ao acontecimento retratado; em seguida investigaremos a nomeação do espaço sob as três óticas do texto (jornal, Neves Jr. e dos Guarani-Kaiowá) e finalizaremos analisando as formas de nomear os agentes do evento noticiado (Neves Jr. e os Guarani-Kaiowá).

4.1 Nomeação do evento (notícia)

Para a construção de uma notícia é necessário levar em consideração a semântica global do texto, que guiará intuitivamente a leitura através dos tópicos e temas selecionados (Van Dijk, 2005). Esses tópicos são como macroposições que indicam a importância que deve ser dada a certa parte do assunto, como por exemplo, no caso da notícia, o termo “invadida” já é apresentado no título, levando o leitor a capturar esse lado da bipolaridade (invasão X reivindicação), tendo em vista que “expressar um determinado tópico num título de uma notícia pode influenciar poderosamente a forma como um acontecimento é definido em termos de um modelo mental ‘preferencial’” (Van Dijk, 2005, p. 27). Esse jogo de diferenças é expresso durante a matéria e nota-se certa semelhança de posicionamento do Correio do Estado com Neves Jr., como mostra a seguinte tabela:

Tabela 1 - Nomeação do evento sob as três óticas da notícia

Jornal	“Fazenda invadida”, “drama”, “invasão que ele reputa injusta”, “reivindicação guarani-kaiowá”, “ocupação da fazenda”, “esbulho possessório” e “reocupação”
José Raul das Neves Jr.	“invasão”, “injustiça”, “reivindicação informal” e “uma forma de fascismo”
Guarani-Kaiowá	“luta por nossos tekoha” e “território [sagrado] que foi roubado”

Fonte: As autoras.

Dialogando com os termos acima, Van Dijk (2005, p. 32) cita ainda que notícias podem representar problemas sociais entre grupos ao usarem estratégias semânticas e lexicais que promovem um contraste entre o Civilizado e o Bárbaro, sendo que “os Outros são associados por este meio não apenas à diferença, mas também ao desvio (‘ilegitimidade’) e à ameaça (violência, ataques)”, o que fica perceptível nos trechos

“injustiça”, “reivindicação informal” — e também no fragmento: “Na ocasião, Neves Jr. e seus familiares foram surpreendidos pelos indígenas quando estavam dormindo, sendo agredidos e expulsos da área” (Correio do Estado, 04/03/2024). Rotular a “reivindicação guarani-kaiowá” como “informal” é desrespeitoso e desconsidera o longo histórico de luta e resistência dos povos indígenas para proteger suas terras e modos de vida. Muitas vezes, essas reivindicações se manifestam através de formas não institucionais de resistência, como ocupações de terras. Essas ações podem não ser reconhecidas oficialmente pelo Estado, mas representam uma forma legítima de afirmar a identidade e a conexão dos povos indígenas com seu “território [sagrado] que foi roubado” (Correio do Estado, 04/03/2024).

No último depoimento, Neves Jr. traça um paralelo entre o regime fascista de Portugal, que fez com que seu avô viesse para o Brasil, com um fascismo que estaria enfrentando em seu caso, relacionado ao desprezo que estão oferecendo à sua situação. Porém, em nossa leitura, percebemos dois sentidos para esse discurso. Trata-se de um “fascismo indígena”⁵ ou um fascismo por parte do governo? Para melhor esclarecimento, trazemos a definição de fascismo de Sousa Santos (2016, p. 6 *apud* Rodrigues, 2018, p. 49, tradução nossa):

Capacidade de alguns grupos sociais – com grande poder social e econômico – de exercerem direitos de veto sobre as oportunidades de vida dos que estão abaixo, que dependem da sua benevolência, da sua filantropia, da sua disponibilidade para ajudar ou não ajudar, porque não têm capacidade para exercer seus direitos devido à desigualdade de direitos.⁶

Ou seja, o fascismo é uma ideologia autoritária e ultranacionalista que promove a supremacia de um grupo étnico sobre outros e busca reprimir qualquer forma de oposição. Na primeira hipótese, a de um “fascismo indígena”, o grupo social que estaria exercendo seu poder, de acordo com Neves Jr., seria os Guarani-Kaiowá, no entanto, como vimos anteriormente, é esse grupo que sofre com a desigualdade de direitos. Rotular a luta dos povos indígenas por autodeterminação e proteção de seus territórios como “fascismo” é uma tentativa hipócrita de vilanizar esses movimentos legítimos de resistência. Na verdade, são os povos indígenas que há séculos têm sido vítimas de políticas coloniais e genocidas perpetuadas pelo Estado e por empresas poderosas.

Levando isso em consideração, também não poderíamos concordar com a segunda hipótese, pois considerar um fascismo governamental como um apoio à reivindicação dos Guarani-Kaiowá em suas terras, é uma nomeação incompatível com a situação já que,

⁵ Trecho retirado da matéria: “O paradoxo é que meu avô se refugiou de um regime fascista em Portugal e hoje, nós, que sempre agimos com boa-fé, também somos alvo de uma forma de fascismo, em que muitos desprezam a nossa versão e a nossa história”.

⁶ No original: “capacidad que tienen algunos grupos sociales – con gran poder social y económico – de ejercer derechos de veto sobre las oportunidades de vida de los de más abajo, que dependen de su benevolencia, de su filantropía, de su disponibilidad para ayudar o no ayudar, porque no tienen capacidad de ejercer sus derechos debido a la desigualdad de derechos” (Sousa Santos (2016, p. 6 *apud* Rodrigues, 2018, p. 49).

historicamente, são os indígenas que enfrentam um desamparo estatal. Para resumir, o uso desses termos para descrever a luta dos povos indígenas por suas terras ancestrais é injusto, desrespeitoso e perpetua estereótipos prejudiciais. É necessário reconhecer a validade das reivindicações indígenas e apoiar sua luta por justiça e dignidade.

4.2 Nomeação do espaço (fazenda)

Na matéria, José Raul das Neves Jr. também relata sua insatisfação com o que está acontecendo em sua fazenda e expõe que desafiou a Funai a mostrar alguma documentação que provasse que a terra está em área indígena, mas, por não haver nenhum documento, considera o ocorrido como “apenas uma reivindicação informal”.

Como visto anteriormente, a demarcação de terras é uma medida legal, política e de grande importância para garantir a autonomia, a preservação cultural e ambiental, além dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras. No entanto, é necessário separar o conceito jurídico de Terra Indígena da noção de território, proposto por Gallois (2004, p. 39):

Como expuseram vários estudos antropológicos, a diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

Pensando nisso, identificamos na notícia as diferentes perspectivas — do jornal, de Neves Jr. e dos Guarani-Kaiowá — que são retratadas através das nomeações sobre a área, indicadas na tabela abaixo:

Tabela 2 - Nomeações sobre o espaço noticiado

Jornal	“terra”, “propriedade”, “250 hectares de terras agricultáveis”, “local sagrado – isto é, um tekoha – para os guarani-kaiowá”, “fazenda que seu avô comprou em 1967” e “a propriedade que seu avô Manoel das Neves comprou quando chegou ao Brasil”
José das Neves	“terra” e “minha fazenda”
Indígenas	“tekoha” e “território [sagrado]”

Fonte: As autoras.

A partir dessas visões sobre a área da fazenda, compreende-se que os lados que enxergam o espaço como terra — o jornal e Neves Jr. — retratam o ocorrido como invasão, como veremos mais à frente. Já os Guarani-Kaiowá compreendem o caso como reivindicação e retomada de um lugar que é sagrado a eles, associado à ideia de território.

Essa dicotomia é transmitida através de discursos que propõem documentações e provas sobre a necessidade de se passar a terra aos indígenas. Neves Jr. aponta que a ocupação é uma injustiça pelo “fato de não haver estudo antropológico ou laudo nenhum, qualquer documento que ateste que a matrícula da propriedade de sua família é um local sagrado” (Correio do Estado, 04/03/2024). Percebe-se, aqui, uma relação entre a dominância da escrita e do poder nas sociedades colonizadas, visto que, como traz Orlandi (2002, p. 28), “[...] o peso da ideologia colonizadora europeia (que ‘naturaliza’ a relação com a escrita)” leva a um desconhecimento de que houve um tempo na nossa história em que a língua falada era total, e, assim, “faz com que não tenhamos em conta esse fato fundamental da cultura brasileira que é a sua relação com uma tradição oral ‘outra’” (Orlandi, 2002, p. 28). Não podemos esquecer também dos impasses colocados a essas comunidades, de silenciamento e apagamento, tanto linguístico, quanto político e social, uma vez que não lhes foi dada alguma oportunidade de materialização de suas culturas e tradições durante o período colonial, que iam contra a homogeneidade proposta pelo eurocentrismo.

Nota-se também, na notícia, uma construção lógica de trazer a ideia de uma fazenda passada por gerações na família Neves – criando uma narrativa histórica de pertencimento à família de Neves Jr., não aos indígenas –, além de ter terrenos extensos e que valem muito dinheiro, trazendo um caráter político-econômico como critério para a utilização do lugar.

Retomando o sentido de *tekoha* para os Guarani-Kaiowá, veremos que a instituição de uma ocupação vai muito além de termos e documentações, como apontam os membros da *Kuñangue Aty Guasu* (Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani) em depoimento ao jornal, “isso vem de cada comunidade, que não aguenta mais viver massacrada enquanto espera a demarcação [de terra] e que sabe onde fica seu território [sagrado] que foi roubado”. Logo, como aponta Gallois (2004, p. 39):

Nessa acepção, terra seria simplesmente uma parcela dentro de um território historicamente mais amplo. Como se sabe, praticamente todos os grupos indígenas perderam grandes porções de seus territórios, fragmentados em parcelas que são reivindicadas e demarcadas, num parcelamento que gera novas reivindicações, assentadas no direito constitucional que enfatiza os “direitos originários” dos índios sobre suas terras, independentemente da demarcação.

O conceito de *territorialidade*, para os indígenas, não cabe a todas as comunidades, assim, a ideia de território surge com “uma abrangência mais ampla, no sentido de ‘modo de vida’, ‘bem viver’ ou ‘qualidade de vida’, o que significa que as condições ambientais, ecológicas e materiais são componentes obrigatórios na definição” (Gallois, 2004, p. 38), e esse território passa a ser um *tekoha*. Por isso, cada grupo estabelece suas formas de organização e ocupação do espaço, com base em sua cultura, de modo que Gallois (2004, p. 41) defende um estudo de caso a caso em “função da existência de diferentes lógicas espaciais indígenas”. Assim, essa confusão semântica

entre terra e território acaba se espalhando no estabelecimento das etapas de demarcação de terras, ignorando as diversas maneiras de se apropriar (e posteriormente, se apossar) um espaço.

4.3 Nomeação dos participantes da ação

Neste momento da análise, investigaremos as nomeações escolhidas pelo jornal para apresentar José Raul das Neves Jr. e os Guarani-Kaiowá, dialogando com as ideias já expostas. Os nomes estão alinhados abaixo:

Tabela 3 - Nomeações dos agentes do evento

José Raul das Neves Jr.	“engenheiro agrônomo”, “integrante da terceira geração” e “foi presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) de Rio Brillante”
Guarani-Kaiowá	“invasores” e “ocupantes da área”

Fonte: As autoras.

O uso da nomeação “integrante da terceira geração” traz uma ideia de ancestralidade e tradição da família Neves, e além disso, o jornal passa ao leitor uma imagem de José Raul como um homem trabalhador e “estudado” quando o nomeia como “engenheiro agrônomo” e, também, quando ressalta que ele “foi presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) de Rio Brillante”. Sabemos que, ao usar e destacar essas designações, o jornal influencia a leitura dos consumidores, pois como afirma Van Dijk (2005, p. 26) “[...] dado um contexto específico, certos significados e formas de discurso têm mais influência sobre as mentes dos indivíduos do que outras”.

É importante salientar que “a prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e a interpretação de textos, facetas da luta hegemônica, contribuem para a reprodução ou para a manutenção da ordem do discurso e das relações sociais” (Vieira; Macedo, 2018, p. 58-59), e a partir do momento que o jornal retrata a comunidade indígena como invasora e ocupante, ele contribui para a ordem do discurso de poder colonialista, onde existe um dono da terra. Contudo, a ideia de “dono” de terras indígenas muitas vezes é utilizada de forma pejorativa por aqueles que buscam deslegitimar as reivindicações territoriais dos povos indígenas. Essa terminologia sugere uma visão distorcida na qual os povos indígenas são vistos como obstáculos à “propriedade” e ao “desenvolvimento” das terras, ignorando completamente os direitos históricos e constitucionais dessas comunidades sobre seus territórios.

Ademais, os termos “ocupantes da área” e “invasores” implicam uma apropriação ilegítima de terras, sugerindo que os povos indígenas estão invadindo espaços que não lhes pertencem. Quando, na verdade, são eles que resistem à invasão de seus territórios – feita por empresas, colonos e governos que buscam explorar recursos naturais e expandir suas fronteiras sem respeitar os direitos dos povos originários.

Portanto, essa narrativa é falsa e perpetua a ideia de que as terras indígenas são disponíveis para serem colonizadas, ignorando completamente os direitos dados pela Constituição de 1988 que destinou o princípio de que os indígenas são os *primeiros e naturais senhores da terra*, fazendo com que seu direito de posse de uma terra seja independente a qualquer reconhecimento formal (PIB, 2018b).

5. Considerações finais

Diante das diversas formas de nomear expostas anteriormente, torna-se evidente a importância da reflexão crítica sobre o uso da linguagem, pois, como postula Rajagopalan (2000, p. 15), “toma-se consciência de que trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta”, isto é, torna-se crucial reconhecer que as palavras que escolhemos para descrever e interpretar a realidade não são neutras, mas carregadas de significados e poder. Reconhecemos esse papel crítico da linguagem com base na ACD, vista como uma teoria “que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político” (Van Dijk, 2005, p. 19).

Com base nessa visão crítica da linguagem, avaliamos as nomeações encontradas no *corpus*, analisando como tal discurso desempenha um papel de reafirmação de relações e políticas de poder e dominância contemporâneas (Van Dijk, 2005). O discurso em questão retratou uma forma específica de interpretação do mundo atual, que mostra como as relações sociais estão repletas de efeitos ideológicos de poder e de domínio das informações para a construção de novas crenças e para o convencimento do “outro”, pois, como afirma Van Dijk (2005, p. 24) “aqueles que têm maior controle sobre mais - e mais influente - discurso (e mais características do discurso) são por definição também mais poderosos”.

Em suma, compreendemos que o tratamento dado pelo jornal ao conflito, que envolve a demarcação de terras indígenas, não apenas ignora os direitos históricos e constitucionais dos povos indígenas sobre seus espaços ancestrais, mas também desconsideram a importância vital desses territórios para a preservação da biodiversidade e para a manutenção da cultura e da identidade indígena, visto que o “território de um grupo pode ser pensado como um substrato de sua cultura” (Gallois, 2004, p. 41).

Portanto, é preciso adotar uma linguagem mais precisa e respeitosa que assuma plenamente os direitos dos povos indígenas à terra, promovendo uma narrativa mais inclusiva e justa em relação a esses espaços, dialogando também com os propósitos atuais da ACD de “estabelecer diálogos, fazer conexões, tudo em prol de uma sociedade que se busque, a cada dia, mais democrática e menos desigual” (Pereira *et al.*, 2020, p. 23). Logo, negar o direito à ocupação é também negar a história, cultura e validade desses povos e das reivindicações indígenas, que devem ser reconhecidas e assentadas — como garantido na Constituição Federal.

Referências

AGÊNCIA. Câmara de Notícias. *O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários*, 2023. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. *Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=Cabe%20aos%20índios%20ou%20silvícolas,Parágrafo%20único. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=469704#:~:text=Art.,respeitar%20todos%20os%20seus%20bens. Acesso em: 06 mar. 2024.

DAMBRÓS, Cristiane. Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, p. 174-189, 2019. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6371>. Acesso em: 06 mar. 2024.

DEMARCAÇÕES. *Povos Indígenas do Brasil*, 2024a. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/Demarcações>. Acesso em: 06 mar. 2024.

ESTATUTO do Índio. *Povos Indígenas do Brasil*, 2024b. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/Estatuto_do_Índio. Acesso em: 06 mar. 2024.

FAMÍLIA que vivia em fazenda invadida por indígenas há 1 ano passa por dificuldades. *Correio do Estado*, Rio Brillhante, 04 mar. 2024. Disponível em: <http://correiodoestado.com.br/cidades/familia-que-vivia-em-fazenda-invadida-por-indigenas-ha-1-ano-passa-por/427227/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

FREITAS, Alice Cunha de. As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as diferenças? In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Maria Martins (orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006. p. 227-253.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany Pantaleoni (org.). *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GUARANI KAIOWÁ. *Povos Indígenas do Brasil*, 2018a. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Kaiowá#Popula.C3.A7.C3.A3o. Acesso em: 06 mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSCHI, Luís Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

O QUE são terras indígenas?. *Povos Indígenas do Brasil*, 2018b. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/O_que_são_Terras_Indígenas%3F. Acesso em: 06 mar. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A língua brasileira. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 21-32.

PEREIRA, Adriana dos Santos et al. Análise de Discurso Crítica: os porquês. In: IRINEU, Lucineudo Machado et al. (org.). *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 17-24.

QUIJANO, Aníbal. El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes en América Latina. *Argumentos*, Cidade do México, n. 50, v. 19, p. 51-77, 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-57952006000100003&script=sci_abstract. Acesso em: 17 mar. 2024.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 8, n.14, p. 13-20, 2000. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/900>. Acesso em: 6 mar. 2024.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Noções preliminares. In: RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-24.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 33-56, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://docplayer.com.br/161772418-A-nocao-de-direitos-linguisticos-e-sua-garantia-no-brasil-entre-a-democracia-e-o-fascismo.html>. Acesso em: 06 mar. 2024.

SOARES, Érica Alves. Gênero notícia: análise de discurso alheio e a representação na ACD. *Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem*, n. 13, p. 182-191, ago. 2021.

Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php/revistadissol/article/view/898>. Acesso em: 06 mar. 2024.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das letras, 2005.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira (orgs.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 49-77.

Recebido em 21 de agosto de 2024

Aceito em 29 de outubro de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O comportamento dos clíticos no jornal *Diário de Pernambuco* do século XIX ao século XXI

El comportamiento de los pronombres personales átonos (clíticos) en el periódico *Diário de Pernambuco* desde el siglo XIX hasta el siglo XXI

Eronildo dos Santos Arruda*

Resumo: O Português Brasileiro apresenta diferenças em relação à gramática do Português Europeu em alguns aspectos, dentre eles, a colocação dos pronomes clíticos – ou pronomes pessoais oblíquos átonos, conforme os manuais de gramática normativa. Tendo em vista esse fenômeno, esta pesquisa visa analisar o comportamento dos clíticos em dados da língua escrita em textos jornalísticos do português de Pernambuco, tomando por base *Cartas do Leitor* e *Editoriais* publicados no *Diário de Pernambuco* entre os anos de 1830 e 2020. Para tanto, o *corpus* é composto de 80 textos, sendo 40 do gênero *Carta do Leitor* e 40 do gênero *Editorial*, a fim de verificar a ocorrência dos pronomes clíticos diacronicamente na língua. Adotou-se o método hipotético-dedutivo como método de abordagem e, como métodos de procedimento, o comparativo e o estatístico. Durante a análise dos dados, levou-se em consideração o modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), tendo como enfoque a perspectiva da mudança paramétrica, seguindo a perspectiva de investigação de Cyrino (2018) e de Pagotto (2018). Na primeira parte, o trabalho descreve a ordem dos clíticos pronominais como um todo; na segunda parte, enfoca-se o desaparecimento dos clíticos de terceira pessoa. Como resultado, constatou-se maior ocorrência da próclise em relação à ênclise em ambos os gêneros textuais analisados entre a primeira metade do século XIX até o século XXI; quantitativo maior de próclise e redução acentuada de clíticos de 3ª pessoa a partir da segunda metade do século XIX, principalmente, nas *Cartas do Leitor*.

Palavras-chave: Clíticos; Diacronia; Textos Jornalísticos; Variedades do Português.

Resumen: El Portugués Brasileño presenta diferencias en relación a la gramática del Portugués Europeo en algunos aspectos, entre ellos, la colocación de los pronombres clíticos - o pronombres personales átonos, según los manuales de gramática normativa. Ante este fenómeno, esta investigación tiene el objetivo de analizar el comportamiento de los clíticos en datos de la lengua en textos periodísticos del Portugués Pernambucano, a partir de *Cartas del Lectores* y *Editoriales* publicados en el *Diário de Pernambuco* entre los años 1830 y 2020. Para ello, el *corpus* se compone de 80 textos, 40 de cada género elegido, con el fin de verificar la ocurrencia de los clíticos diacrónicamente en la lengua. Se adoptó el método hipotético-deductivo como método de abordaje y, como métodos de procedimiento, el comparativo y el estadístico. Durante el análisis de los datos, se tuvo en cuenta el modelo de Principios y Parámetros (Chomsky, 1981), centrándose en la perspectiva del cambio paramétrico, siguiendo la perspectiva de investigación de Cyrino (2018) y Pagotto (2018). En la primera parte, el trabajo describe el orden de los clíticos pronominales en su conjunto; en la segunda parte, se centra en la desaparición de los clíticos en tercera persona. Como resultado, se constató una mayor ocurrencia de próclisis en relación a ênclisis en ambos géneros textuales analizados entre la primera mitad del siglo XIX hasta el siglo XXI; mayor cuantitativo de próclisis, reducción brusca de clíticos de 3ª persona a partir de la segunda mitad del siglo XIX, principalmente, en las *Cartas del Lector*.

Palabras clave: Clíticos; Diacronía; Textos Periodísticos; Variedades del Portugués.

* Graduando em Letras-Português e Espanhol pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Recife, PE. E-mail: eronildojunior.santos17@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-4675-7585>. DOI: <https://doi.org/10.51359/1984-7408.2024.258213>. O trabalho é fruto de um projeto de pesquisa cujo título é "O comportamento dos clíticos em textos jornalísticos dos séculos XIX ao XXI no Português de Moçambique e no Português de Pernambuco", sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva, desenvolvido nos biênios 2022-2023/2023-2024. A fase da pesquisa que serviu de base para este artigo foi empreendida entre 2022-2023, através do PIC.

1. Introdução

Segundo Joaquim Mattoso Câmara Jr. (2004 [1970], p. 117), os pronomes são caracterizados “pela noção gramatical de pessoa”, sendo subdivididos em formas retas (livres/tônicas) ou oblíquas. As formas oblíquas, também chamadas de pronomes clíticos, são formas “adverbiais”, ou seja, utilizadas “como forma dependente junto a um verbo, para expressar um complemento, que fonologicamente é uma partícula proclítica ou enclítica do verbo” (Câmara Jr., 2004, p. 33). Câmara Jr. (1988 [1977] *apud* Biazolli, 2016, p. 35) afirma haver “uma orientação generalizada ao uso proclítico do pronome e o desfavorecimento da ênclise” no português brasileiro (doravante PB).

Para autores como Maria Carlota Rosa (2000, p. 110, grifo da autora), “o termo *clítico* praticamente tornou-se sinônimo de pronome pessoal, no entanto, a denominação é mais geral que isso”. Essa classe de palavras apresenta posição fixa (próclise ou ênclise) em relação a um outro elemento da oração, ocorrência sem acentuação e colocação similarmente fixa, no que concerne a outros clíticos, especialmente no português europeu (doravante PE), uma vez que, no Brasil, é construção em desuso. Um exemplo dessa posição similarmente fixa a que se refere Rosa (2000, p. 111, grifos nossos) é a posição o clítico dativo que antecede o acusativo: “*lha, mo, ta, to* (mas não **alhe, *ome*)”.

Dentre as diferenças linguísticas apresentadas pelo PB em relação ao PE, encontra-se a variação na colocação pronominal dos clíticos. Para tanto, a presente pesquisa visa apresentar estudos investigativos até então realizados sobre o comportamento dos clíticos no PB, ao longo do tempo, tomando por base autores como Martins (2018), Cyrino (1994, 2018), Castilho (2014), Pagotto (2018) e entre outros.

No que concerne à posição mesoclítica, Líbia Saraiva (2008, p. 95), afirma, com base na análise contrastiva de seu *corpus* oral e escrito, sobre a colocação de pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico, que “as duas modalidades, [...] de um modo geral, em relação à Gramática Tradicional (GT),¹⁴ mostram-se concordantes também no que diz respeito ao uso da mesóclise: em ambos os *corpora*, essa colocação tende à extinção”. Em Martins (2018), encontra-se um total de 26 casos de mesóclise dentre 5.350 dados do projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) retirados de cartas de leitores e redatores, assim como de anúncios. O teórico atesta que “a mesóclise está restrita à escrita do século XIX” (Martins, 2018, p. 164), havendo apenas duas ocorrências fora dessa margem histórica que ocorrem em Cartas de Redatores do século XX.

Para a posição proclítica, trazemos Ataliba de Castilho (2014) que alega a predominância do uso de próclises no PB. O autor ainda propõe uma constituição do uso

¹⁴ A Gramática Tradicional pode ser entendida como o conjunto de regras a respeito da língua, comportando-se como uma espécie de manual para o bem falar, escrever e comunicar-se, segundo Travaglia (2003).

normativo de clíticos no PB para mostrar o fator atrativo para maior uso de posições proclíticas (como mostra o quadro abaixo):

Quadro 1 - Fator atrativo de próclise nas gramáticas normativas

Definição da GT	Colocação dos pronomes
(a) a ênclise é a colocação posição básica dos clíticos;	(1) Maria encontrou- <i>me</i> .
(b) a próclise é de regra quando ocorrem os seguintes elementos atratores: (i) conjunção integrante ou pronome relativo (cf. (2)); (ii) advérbio de negação/tempo/focalização (cf. (3)); (iii) sujeito quantificado (cf. (4));	(2) Disseram que Maria <i>me</i> encontrou. A Maria que <i>me</i> encontrou não é a mesma; (3) Maria não <i>me</i> encontrou. Maria já <i>me</i> encontrou. Maria só <i>me</i> encontrou quando eu bobeei. (4) Muitas Marias <i>me</i> encontraram.
(c) não se começa sentença com um clítico (cf. (5)): (i) nas perífrases de gerúndio e particípio, os pronomes se colocam antes ou depois do verbo auxiliar, seguindo essas mesmas regras (cf. (6) e (7)); (ii) em perífrases de infinitivo, o verbo é sempre enclítico, mesmo que ocorram atratores (cf. (8)).	(5) * <i>Me</i> diga se você aceita isso. (6) Maria está- <i>me</i> encontrando. Maria não/já/só <i>me</i> está encontrando. * <i>Me</i> está encontrando a Maria. (7) Foi- <i>lhe</i> dito que ficasse quieto. Não/já/só <i>lhe</i> foi dito que ficasse quieto. * <i>Lhe</i> foi dito que ficasse. (8) Maria vai encontrar- <i>me</i> . Disseram que Maria vai encontrar- <i>me</i> . A Maria que vai encontrar- <i>me</i> não é a mesma. Maria não vai encontrar- <i>me</i> . Maria já vai encontrar- <i>me</i> . Maria só vai encontrar- <i>me</i> se eu deixar pistas.

Fonte: Adaptado de Castilho (2014, p. 483-484).

Cyrino (2018) observa, a partir de um *corpus* diacrônico constituído por peças brasileiras¹⁵ dos séculos XVIII, XIX e XX, a perda do clítico de 3ª pessoa em decorrência do aumento da ocorrência de objetos nulos, fenômenos que, segundo a autora, aparecem nos fins do século XIX. Para tanto, foram coletadas 2.000 sentenças em que ocorrem pronomes clíticos de 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular e plural, acusativos, dativos e reflexivos, porém, consideraram-se apenas 1.000 sentenças por ser constatada uma desproporcionalidade no número de dados coletados, que foi gerada pelo decréscimo da ocorrência em cada período histórico analisado (Cyrino, 2018).

A variação dos clíticos no PB “abrange dois aspectos: sua posição mudou [...] e houve uma queda na sua ocorrência” (Cyrino, 2018, p. 131). A respeito da próclise, Cyrino (2018) e Martins (2018) observam que os clíticos podiam subir, nos séculos XVIII e XIX, para posições superiores às categorias de negação (cf. (9), (10) e (11)), no entanto, no século XX, em uma locução verbal, encontra-se sempre proclítico ao verbo mais baixo. Seguem exemplos:

(9) “Este ano *me* não foi preciso ir tratar de negocios nem a alfandega nem á mesa das diversas Rendas” (Martins, 2018, p. 163, grifo do autor);

(10) “Como *me* não deixei intimidar, ameaçou-me e retirou-se do ônibus com minha carteira” (Martins, 2018, p. 194, grifo do autor);

(11) “Este ano *me* não foi preciso ir tratar de negocios nem a alfandega nem á mesa das diversas Rendas” (Martins, 2018, p. 163, grifo do autor).

A respeito da ênclise ao longo da história da gramática do PB, Cyrino (2018, p. 132) verifica que

ocorria [no século XVIII] em 100% dos casos nas estruturas com o imperativo afirmativo, sentenças com infinitivo impessoal e sentenças com gerúndio (do tipo “Chegando em casa, ...”). [...] No século XX, a ênclise ficou realmente restrita ao pronome *o*, a quando há um infinitivo.

Os estudos de Rouveret (1989) apontam para a ocorrência de clíticos no PB em posições consideradas agramaticais no PE, como em casos de imperativo afirmativo e início de sentenças (cf. Cyrino, 2018).

Cyrino (1994 *apud* Cyrino, 2018, p. 138) verifica “85% de ocorrência de clíticos contra 17% de falta de clíticos (posições vazias - objetos nulos)” no século XVIII, conforme o exemplo a seguir:

¹⁵ Gênero escolhido por ser mais próximo do vernáculo.

(12) “D. Tibúrcio: Para que manda vossa mercê chamar a minhas primas tão depressa?”

D. Lancerote: Logo vereis _” (Cyrino, 1994, p. 167) ¹⁶

No entanto, na primeira metade do século XX, a frequência dos clíticos decaiu para 58% das sentenças contra 42% sem clítico (e sem pronome lexical) (Cyrino, 2018). A autora menciona o fato de não haver muitos estudos a respeito dos pronomes nas demais pessoas. Desta feita, tais traços foram levados em consideração em sua pesquisa, gerando a distribuição dos resultados na tabela a seguir:

Tabela 1: Distribuição por tipo de preenchimento de clíticos conforme suas ocorrências através do tempo, levando em consideração o traço número-pessoal (% sobre o total de preenchimento)

Período	Clítico 1ª p.	Clítico 2ª p.	Clítico 3ª p.	Clítico “neutro”
XVI / 1	29,0	29,4	34,8	6,8
XVI / 2	30,6	12,6	43,3	13,5
XVII	20,3	16,4	52,3	11,0
XVIII / 1	36,5	19,3	37,8	6,4
XVIII / 2	40,1	15,8	37,0	7,1
1838-44	32,5	10,7	51,2	5,1
1857	23,3	11,4	57,9	2,8
1891	15,9	12,1	48,1	2,8
1940	49,1	22,4	26,7	0
1960	51,1	0	16,3	0
1973	28,0	24,0	4,0** ¹⁷	0

Fonte: Adaptado de Cyrino (2018, p. 140).

Com base nesses resultados, conclui-se que: a) clíticos de 1ª e 2ª pessoa ainda ocorrem no PB, embora que em uma proporção menor; b) a queda do clítico de 3ª pessoa é confirmada e c) o clítico “o” proposicional (clítico “neutro”) foi o primeiro a desaparecer no PB (Cyrino, 2018). A respeito do conceito de clítico neutro, ou “o” proposicional, Cyrino (1994, p. 3, grifo da autora) afirma que esse clítico é responsável por “substituir” uma

¹⁶ Neste relatório, segue-se a maneira como Cyrino (1994; 2018) e Martins (2018) representaram a posição de objetos nulos, ou seja, com um traço (_).

¹⁷ ** = clítico plural.

oração (cf. (13)), e observa também uma ocorrência de elipse do pronome, denominada por ela como sentencial (cf. (14)), um uso que inexistia no século XX:

(13) "O Caso he este; dir-vo-lo-hei";

(14) "- Cuja he?

- E eu que sei _

- Pois quem o sabe?".

No que concerne ao pronome "o" proposicional, seguindo a mesma direção dos resultados obtidos por Cyrino (2018), Pagotto (2018) afirma que as diferenças encontradas quanto à posição dos clíticos entre o PB e o PE podem ser relacionadas ao fenômeno da perda dos clíticos do próprio PB. O estudo de Pagotto (2018, p. 146) estrutura-se sobre um período mais longo que vai da primeira metade do século XVI à segunda metade do século XX e chega à conclusão de que "os clíticos permanecem em próclise de uma forma bastante consistente. O percentual se mantém em torno dos 85% em quase todos os períodos. Por outro lado, a partir do século XIX cresce o percentual de ênclise". Evidenciam-se abaixo algumas ocorrências extraídas de sua pesquisa:

(15) "Entre as demais dívidas meadmirão as da fortaleza da Lagem" (*Governadores do Rio de Janeiro - Correspondência activa e passiva - 1ª metade do século XVIII*);

(16) "[...] chegando ao lugar da fruteira, se divide o Rio da fruteira, para o Norte..." (*Documentos históricos do Espírito Santo - 2ª metade do século XVIII*);

(17) "Sentiose Geralmente esta morte por ser assim apressada." (*Documentos históricos do Espírito Santo - 1ª metade do século XVII*);

(18) "Enquanto aguardo a chegada de sua carta, escrevo-lhe estas linhas." (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2ª metade do século XX)" (Pagotto, 2018, p. 154-155, grifos do autor).

A fim de explicar os métodos analíticos empregados nos dados envolvendo os clíticos pronominais nos estudos dentro do campo da Teoria Gerativa, Pagotto (2018) aborda as proposições teóricas de Rouveret (1989) a respeito dos modos de análise utilizados nessa classe de palavras: o algébrico e o geométrico. No *algébrico*, a morfologia da palavra, seu traço lexical, teria mais importância do que as relações hierárquicas dos constituintes, ao passo que, no *geométrico*, supõe-se "que a diferença entre a próclise e a ênclise decorre exclusiva e diretamente das relações de ordem linear e dominância hierárquica que as categorias têm entre si" (Rouveret, 1989, p. 9).

Durante a sua investigação, Pagotto (2018, p. 147) assume, segundo a análise geométrica, que: (i) os clíticos se movem para núcleos funcionais - AGR ou T;¹⁸ (ii) este movimento se dá conjuntamente com o verbo, ou não; (iii) a próclise é a posição natural do clítico, a ênclise é fruto de um movimento suplementar do verbo.

Em meio às hipóteses testadas pelo autor, as que afirmavam haver mudanças nas regras que produziavam próclise e ênclise no português clássico (PC) e no PB ganharam destaque: “no português clássico, haveria movimento do verbo até T, tendo como consequência uma posição superficial de próclise; no português brasileiro atual, nem o clítico nem o verbo se moveriam, e o resultado superficial seria igualmente de próclise” (Pagotto, 2018, p. 159). Ao fazer uma comparação entre a próclise do português clássico e a do português brasileiro atual, Pagotto (2018, p. 148) propõe ainda que a colocação do PC dava-se através de movimento do *verbo* e movimento do *clítico* (cf. (19)), enquanto o PB atual teria perdido tais movimentos ou os restringiu (cf. (20)), como mostra a esquematização a seguir:

(19) (TP *cl-V-T-AGR* (AGRP *t t* (VP *t*

(20) (TP *T* (AGRP *AGR* (VP *cl-V*

Considerando o que foi exposto acima, este trabalho objetiva analisar o comportamento dos clíticos pronominais na esfera jornalística pernambucana, de modo a observar suas mudanças durante os séculos XIX, XX e XXI e conferir se sua mudança se coaduna ao que foi preconizado pela literatura especializada na área (cf. Cyrino, 2018; Martins, 2018; Pagotto, 2018). Na seção a seguir, discorreremos a respeito da composição do *corpus* de pesquisa e apresentaremos, na seção 3, a metodologia empregada nesta pesquisa, além das variáveis levadas em consideração para fins de análise. Já na seção 4, serão abordados os dados e se estabelecerá um diálogo entre as proposições teóricas que embasam essa investigação e os resultados constatados. E, por último, nossas considerações finais serão díspostas com base nos resultados alcançados pela pesquisa.

¹⁸ Dentre as divisões apresentadas por Mioto (2018), Chomsky (1981), Cyrino (1994) e Pollock (1989) para a distinção dos núcleos sintagmáticos, encontra-se a de núcleos funcionais - que se opõem a de núcleos lexicais. Aqueles são caracterizados pela incapacidade de realizar a seleção semântica (*s-seleção*) de seus argumentos, bem como a obrigatoriedade de posições de especificador (*spec*) e complemento. A flexão verbal finita I encabeça o sintagma flexional IP (*Inflectional Phrase*), de tal maneira que “codifica as propriedades gramaticais que definem uma sequência como sentença” (Mioto, 2018, p. 60). O IP é o centro das sentenças finitas e pode marcá-las como independentes. O I seleciona um sintagma verbal (VP - *Verbal Phrase*) como seu complemento, esses constituintes são normalmente referidos pela gramática tradicional como desinências verbais. Aproveitando-nos do conceito da gramática tradicional, é possível fazer uma ligação entre sua definição e a abordagem de Mioto (2018, p. 61), que, ao falar sobre a flexão verbal, diz-nos que “em muitas línguas é composta de flexão modo e tempo (abreviada por T, do inglês *tense*) e flexão número e pessoa (abreviada por Agr, do inglês *agreement*)”. Desta feita, depreende-se que I é composto por dois núcleos (Agr/T), de tal maneira que AgrP (*Agreement Phrase*) seleciona TP (*Tense Phrase*) como complemento. A relação descrita anteriormente pode ser exemplificada como [AgrP[TP[VP]]].

2. Desenvolvimento

Tomando por base os trabalhos apresentados sobre o comportamento dos clíticos no PB, em que verificou-se um aumento acentuado da próclise e perda dos clíticos, sobretudo, os de terceira pessoa, esta pesquisa, seguindo um viés diacrônico apoiado no modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), centrará a atenção no comportamento dos clíticos no estado de Pernambuco partindo de dois gêneros presentes no jornal *Diário de Pernambuco* desde o século XIX até o século XXI, a saber: a *Carta do Leitor* (CL) e o *Editorial* (ED).

A escolha desses dois gêneros textuais deu-se em virtude de que boa parte das pesquisas realizadas no ramo, em geral, utilizam-se de textos que representam mais de perto o vernáculo da época (como é o caso das peças teatrais). No caso do jornal, que passou por uma revisão final, busca-se descobrir a possibilidade de perceber um processo de mudança no comportamento dos clíticos ao longo do tempo em *Cartas do Leitor*, gênero que, para nós, aponta para uma maior proximidade com a língua falada. Por sua vez, no que se refere às *Cartas do Leitor*, alguns autores verificam que há mais proximidade com a coloquialidade oral (cf. Silva; Gomes, 2016; Cyrino, 2018; Martins, 2018).

Entretanto, há autores que defendem a ideia de que o *Editorial* localiza-se em uma esfera mais distante da coloquialidade oral (cf. Alves Filho, 2006; Vieira, 2009; Köche et al., 2012), ao contrário de Silva (2022) que indica que os textos jornalísticos são majoritariamente orientados pela norma-padrão da língua, apresentando, contudo, variações linguísticas do cotidiano. Um dos fatores elencados para tal fenômeno é justamente o curto período de tempo entre a escritura dos textos e sua publicação. Dessa maneira, o redator tende a não observar estritamente a gramática, o que faz transparecer em sua escrita muitos aspectos da linguagem cotidiana – sua “gramática intuitiva” (Silva, 2022).

Similarmente, teóricos como Camila Pelizari et al. (2019) e Adeilson Silva (2022) argumentam que, seja ou por falta de tempo hábil entre escrita e publicação dos textos nos periódicos ou para atender a finalidade argumentativa inerente a essa Tradição Discursiva (TD), notam-se certas brechas entre a realização efetiva do texto e o que os manuais de gramática preconizam. Com base nisso, uma das hipóteses a ser testada neste trabalho é de que evidências do processo de mudança verificado em outros estudos sobre o comportamento dos clíticos em PB seriam mais perceptíveis nas *Cartas do Leitor* do que nos *Editoriais* em análise.

Vejamos alguns exemplos de clíticos extraídos dos gêneros supracitados, tendo em mente os traços de pessoa, sua posição sintática (próclise, mesóclise e ênclise) e sua função sintática, em específico, para aqueles que atuam como complementos (objeto direto e objeto indireto):

- *Primeira metade do século XIX:*

(21) a. “Custa-me, Srs Redactores, fôrço meu natural acanhamento [...]”. (CL - 1840 / Ed.00004)

b. “[...] não achando auxílio algum, e nem gente que se *lhe* quizesse unir”. (ED - 1850 / 00003)

- *Segunda metade do século XIX:*

(22) a. “[...] e ao avistar-me fez-me aproximar”. (CL - 1890 / Ed. 00017)

b. “[...] e convidou a gente presente a acompanhá-lo ao paço da Bôa-Vista” (ED - 1870 / Ed. 00012).

- *Primeira metade do século XX:*

(23) a. “[...] premeditamos, nos Diários Associados, convida-lo para illuminar o Christo Redemptor”. (CL - 1935 / Ed. 00010)

b. “o problema da energia elétrica não encontrou solução, cabe-me referir muito que já foi feito nesse sentido” (ED - 1950 \ Ed. 00001).

- *Segunda metade do século XX:*

(24) a. “É por isso que não nos furtamos a considerar o futuro em suas bases previsíveis” (ED - 1975 \ Ed. 00001).

b. “[...] a sua contraditória atividade publicitária, na qual dava pequenas paradas nas bodegas que *lhe* ofereciam as costumeiras doses de cachaça” (ED -1990 \ Ed. 00197).

- *Século XXI:*

(25) a. “sem falar no péssimo atendimento que é prestado pelos seus funcionários pois estão sempre de “cara feia” e “mal Humorados” sem falar nas enormes filas que se formam por causa dos poucos caixas disponíveis” (CL - Cartas e emails - 04/12/2014).

b. “Em princípio, o artigo de Sérgio é muito elogioso, faz ótimas referências à novela, mas parece não entender completamente a congregação, por exemplo, o que *me* inquietou muito” (CL - “Carta aos leitores de Colégio de freiras” - 2020).

Ao estudar a historicidade da língua e dos textos, faz-se necessário abordá-la sob a perspectiva da Tradição Discursiva entendida por Kabatek (2006, p. 512) como “a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de um modo particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio”. Portanto, para que se estabeleça o ato da comunicação, o propósito comunicativo “atravessa o filtro da língua e das tradições discursivas” (Brito; Gomes, 2019, p. 4). Essa abordagem foi levada em consideração ao selecionarmos os gêneros *Carta do Leitor* e *Editorial* como fontes do *corpus* desta pesquisa.

Compõem também a TD “os elementos constitutivos de um gênero que se encarregam de marcar a sua natureza ao longo do tempo, passando, evidentemente, pelos processos de mudança e permanência” (Brito; Gomes, 2019, p. 4). Tal visão

apresenta semelhanças aos apontamentos teóricos de Bakhtin (2020) para quem os gêneros são formas relativamente estáveis que mediam as relações sociais através das mais variadas atividades realizadas - sendo estas responsáveis por moldá-los (os gêneros).

Dessa maneira, é possível perceber que se faz necessário estudá-los de maneira a considerar a importância de sua fluidez e dinamicidade, e também revelar certa “instabilidade” de sua rotulação e funcionamento (Pelizari *et al.*, 2019). A essa perspectiva, seguem-se também as análises de Silva e Gomes (2016, p. 57), para os quais “os gêneros estão intrinsecamente articulados com as práticas sociais, aspectos cognitivos, interesses, relações de poder, tecnologias, atividades discursivas e culturais”, e às ideias de Marcuschi (2011, p. 19), para o qual “eles (os gêneros) mudam, fundem-se, misturam-se para manter sua identidade funcional com inovação organizacional”.

Gomes (2007, p. 88) divide a trajetória dos jornais brasileiros em três fases: 1) *político-panfletária*, em que o aspecto subjetivo/opinativo dos leitores tem mais força - neste período dá-se a gênese da *Carta do Leitor*; 2) *literário-independente*, na qual inserem-se textos literários e da imprensa; e 3) *telegráfico-informática*, em que impera o caráter informativo e padroniza-se mais o gênero. Então, se a própria história do jornal apresenta diferentes momentos, os gêneros aqui selecionados podem evidenciar também algumas dessas transformações.

3. Procedimentos metodológicos

Durante a análise dos dados, adotou-se o método hipotético-dedutivo como critério de abordagem e, como métodos de procedimento, o comparativo e o estatístico. A adoção do primeiro método, dá-se em decorrência do fato de que, sob a ótica do inatismo, parte-se de uma assunção geral de que todo ser humano possui uma Faculdade da Linguagem que contém uma Gramática Universal composta por princípios (propriedades comuns a todas as línguas) e parâmetros (*locus* de variação entre as línguas). Partindo do fato de que os clíticos no PB possuem um comportamento distinto dos clíticos no PE (cf. Pagotto, 2018; Cyrino, 2018) por razões relacionadas, por exemplo, ao enfraquecimento da morfologia de flexão verbal no PB que tem ocasionado a perda de sujeitos plenos e o aumento substancial de objetos nulo, esta pesquisa visa compreender como os clíticos no português de Pernambuco (PP) vêm se comportando, seguindo uma perspectiva de análise paramétrica.

Quanto à adoção dos métodos comparativo e estatístico, foi feita uma análise do comportamento dos clíticos a partir da comparação entre os gêneros *Carta do Leitor* e *Editorial*, visando testar a seguinte hipótese: há maior presença de clíticos pronominais no gênero ED do que nas CL, já que aquele se configura por maior formalidade e maior número de próclise do que nas CL, haja vista sua maior proximidade ao vernáculo brasileiro.

Além dessa comparação, foram obtidos resultados quantitativos resultantes da adoção do método estatístico que indica não só o quantitativo geral das ocorrências, mas também a frequência dos clíticos, tomando por base três variáveis, a saber: (a) a posição sintática; (b) a função sintática; e (c) o traço de número-pessoal.

Na organização dos dados obtidos, tomou-se por base a metodologia Sociolinguística Variacionista, conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), uma vez que utilizamo-nos dos conceitos de "variáveis" linguísticas. Dessa maneira, segue-se o quadro com a distribuição dessas variáveis com seus respectivos fatores:

Quadro 2: Inventário das variáveis e variantes

VARIÁVEL	VARIANTE ¹⁹
Posição sintática	Próclise
	Ênclise
Função sintática	Objeto direto
	Objeto indireto
Traço número-pessoal	1.p.sg.
	2.p.sg.
	3.p.sg.
	1.p.pl.
	2.p.pl.
	3.p.pl.
Termo atrativo	Presença de termo atrativo de próclise
	Ausência de termo atrativo de próclise

Fonte: Do autor.

Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, foram selecionados 80 textos jornalísticos retirados das edições do *Diário de Pernambuco* em um período que se estende de 1830 a 2020, disponibilizados no *site* da Biblioteca Nacional Digital e do próprio jornal. Dentre o material coletado, 40 textos pertencem ao gênero textual *Carta do Leitor* e, os demais, ao gênero textual *Editorial*. Na tabela 2, encontra-se o quantitativo de textos selecionados por período com base na seleção desses gêneros.

¹⁹ A ausência da mesóclise na tabela deve-se ao fato de não ser um fenômeno que foi encontrado no *corpus* desta pesquisa, consoante aos estudos de Saraiva (2008), os quais indicam que é um fenômeno que tende à extinção.

Tabela 2: Quantitativo geral de textos selecionados por período de tempo

Século	<i>Carta do Leitor</i>	<i>Editorial</i>
1ª séc. XIX	8	8
2ª séc. XIX	8	8
1ª séc. XX	8	8
2ª séc. XX	8	8
Séc. XXI	8	8
TOTAL GERAL	40	40

Fonte: Do autor.

Estabeleceu-se um número padrão para as análises de *corpus* durante o estudo, 8 exemplares de cada gênero por período, uma vez que se constatou certa redução no número de *Cartas do Leitor* durante as décadas, principalmente na última metade do século XX. Dessa maneira, seria possível tratar os dados com mais equidade e clareza.

Após selecionados os textos, foi feita a constituição do *corpus* que, até este primeiro momento, contém apenas os clíticos complementos que ocupam a posição de objeto direto e objeto indireto. Em geral, foram selecionadas 277 ocorrências no gênero *Carta do Leitor* e 204 no gênero *Editorial*, totalizando, portanto, 481 ocorrências.

Na próxima seção, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos. Para a realização desta análise, os dados foram obtidos a partir dos fatores de cada variável descrita no quadro 2. Vale dizer ainda que, durante a codificação desses dados, verificou-se a inexistência de mesóclise.

4. Enfocando a historicidade da língua: o comportamento dos clíticos

Esta seção centrará sua atenção no comportamento dos clíticos no PP sob um viés diacrônico a partir de sua ocorrências em dois gêneros jornalísticos: a *Carta do Leitor* e o *Editorial*, tendo como base os estudos de Cyrino (2018) e de Pagotto (2018), que apontam para a queda dos clíticos pronominais, especialmente os de 3ª pessoa, e a tendência quase generalizada para a utilização dos pronomes oblíquos átonos em situação de próclise. Isso, em decorrência dessa posição ligar-se ao apagamento desses pronomes em posição objeto – o chamado objeto nulo.

O *corpus* da pesquisa de Cyrino (2018, p. 132) foi extraído de peças teatrais por se entender “que seriam uma melhor representação do vernáculo”, restringindo os dados da

autora a três séculos: XVIII, XIX e XX. Pagotto (2018), por sua vez, analisou 1.436 dados extraídos de cartas pessoais e documentos oficiais. Além disso, de forma geral, “em textos escritos do Brasil no curso dos séculos XVIII, XIX e XX, os padrões de colocação dos pronomes clíticos constituem um quadro bastante complexo, no sentido de que a variação atestada nos textos escritos é significativa” (Martins, 2018, p. 156).

No caso desta pesquisa, a escolha dos gêneros textuais, bem como o período escolhido para a coleta dos dados, visa comparar os resultados obtidos nas *Cartas do Leitor* e nos *Editoriais* com aqueles obtidos nas peças teatrais, cartas pessoais e documentos oficiais analisados em estudos anteriores (cf. Cyrino, 2018; Pagotto, 2018; Martins, 2018).

Busca-se, portanto, perceber se os gêneros jornalísticos aqui abordados apresentam proximidade aos padrões da língua coloquial brasileira do período em questão, mesmo aqueles que passam pelo crivo de uma equipe editorialista que, em tese, prende-se a padrões gramaticais normativos. A hipótese que norteia essa análise é a de que, no *Editorial*, é possível encontrar maior número de ocorrências de clíticos pronominais enquanto que, nas *Cartas do Leitor*, espera-se obter um maior número de próclise.

De início, analisou-se a variável *posição sintática* dos clíticos pronominais (se ênclise ou próclise) nos gêneros *Carta do Leitor* e *Editorial*. Para tanto, observemos os resultados na tabela a seguir:

Tabela 3: Quantitativo geral de clíticos entre 1830 e 2020, tomando por base a variável *posição sintática* em ambos os gêneros textuais

Século	<i>Carta do Leitor</i>			<i>Editorial</i>		
	Próclise	Ênclise	Total geral por período	Próclise	Ênclise	Total geral por período
1ª séc. XIX	60 (70%)	26 (30%)	86	48 (79%)	13 (21%)	61
2ª séc. XIX	35 (46%)	41 (54%)	76	38 (55%)	31 (45%)	69
1ª séc. XX	37 (76%)	12 (24%)	49	17 (61%)	11 (39%)	28
2ª séc. XX	30 (58%)	22 (42%)	52	14 (61%)	09 (39%)	23
Séc. XXI	7 (50%)	7 (50%)	14	14 (61%)	9 (39%)	23
Total Geral	169(100%)	108 (100%)		131(100%)	73(100%)	

Fonte: Do autor.

Em linhas gerais, quanto às ocorrências de próclise e ênclise nas CL, observou-se um total de 169 e 108 contextos, respectivamente. Nos 40 textos de ED, houve 131

ocorrências de próclise e 73 de ênclise. Em ambos os gêneros, notou-se o predomínio da próclise e, conforme já mencionado na seção da metodologia, não houve contextos de mesóclise, um resultado que vai de encontro ao obtido por Martins (2018) que, como já vimos, obtém um total de 26 casos de mesóclise dentre os 5.350 dados do projeto PHPB. Em todo o caso, o índice de mesóclise é pouquíssimo, tal como verificado também por Saraiva (2008), que tem seu foco voltado para a escrita culta do domínio jornalístico atual e em inquéritos do Projeto *Norma Lingüística Urbana Culta* (NURC). Vejamos, a seguir, alguns exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa que evidenciam o uso da próclise (cf. (26) e (27)) e da ênclise (cf. (28) e (29)):

(26) “[...] mas se o não fizer.” (CL - 1830 \ Ed. 00519);

(27) “Eis aqui me tem Vm. Sar. Editor, desembarcado no Trapiche [...]” (CL - 1835 \ Ed. 00028);

(28) “[...] a pesar de alguns, mostravaõ-se muito mais feiçoados [...]” (ED - 1840 \ Ed. 00004);

(29) [...] a respeito da industrialização do País e comércio exterior, apoiando-o [...]” (ED - 1930 \ Ed. 00017).

Passemos, agora, a uma análise pormenorizada dos resultados, tendo em mente cada gênero escolhido. Quanto ao gênero *Carta do Leitor*, desde a primeira metade do século XIX, demonstra-se um claro predomínio da ocorrência de próclises (70%) em relação à ênclise (30%) – que, na segunda metade do século XIX, é atingida por uma virada e diminui sua frequência de próclises (46%) para ênclises (54%). Porém, as ocorrências voltam a ter predominância proclítica tanto no início do século XX quanto em seu fim. Tal comportamento pode ser analisado através das conclusões obtidas nos estudos de Pagotto (1998) e Faraco (2008), que apontam a imposição de uma norma oficial ao PE utilizado pelos autores românticos portugueses. Em suas observações, Pagotto (1998) assinala que as construções no período do Brasil Império eram essencialmente proclíticas, ao passo que, durante a Primeira República, justamente nos fins do século XIX (a partir de 1892), há uma inclinação à ênclise.

A alta produção de ênclise entre os séculos XIX e XX pode estar relacionada ao fato de o texto jornalístico apresentar certa padronização, de maneira a estar preso às normas prescritas pelos manuais gramaticais – visando ao modelo de uso do PE, uma vez que passa, por exemplo, por revisão antes de sua publicação.

Essas particularidades podem fazer com que o comportamento dos clíticos pronominais divirja do apresentado nas peças teatrais que Cyrino (2018) considera como uma representação aproximada do vernáculo. A TD do gênero *Carta do Leitor* pode nos

fornecer aparato para reflexão sobre os dados: a função comunicativa desse gênero atrelada à sua vinculação com o meio jornalístico, como observa Andrade (2008), e o papel de viabilizar relações que não podem se dar "face a face", conforme verifica Pelizari *et al.* (2019), talvez determine que uma maior correção gramatical perpassa a estruturação dos textos. Esses elementos socioculturais necessitam de "elementos linguístico-discursivos específicos" (Silva; Gomes, 2016, p. 57) para sua efetivação, o que pode ser aplicado também aos *editoriais*, visto que sua construção também se orienta por seu propósito comunicativo – critério comum a todos os gêneros.

Nota-se a queda das aparições gerais dos clíticos na segunda metade do século XIX (76 casos) e na primeira metade do século XX (49 casos) - como se observa, principalmente, no que diz respeito aos clíticos de 3ª pessoa, apesar da alta nas ocorrências de clíticos nas *Cartas do Leitor* durante a segunda metade do século XX (52 casos em relação aos 49 da primeira metade do século XX). Esse fenômeno encontra sua explicação nos estudos de Cyrino (2018), em que uma das justificativas para a queda dos clíticos nesse período seria a coocorrência com o objeto nulo. Essa é uma hipótese que será trabalhada nas outras etapas desta pesquisa, assim como será investigada a ideia de que a diminuição dos clíticos de 1ª e 2ª pessoa pode estar relacionada mais fortemente à natureza do gênero analisado.

Em geral, a tendência que se observa é a seguinte: de 1830 a 2020, há uma redução geral de 83,17% de ocorrência dos clíticos. Tal resultado foi obtido através do percentual calculado sobre o número geral de ocorrências entre o primeiro período dos dados coletados (primeira metade do século XIX) e o último (século XXI).

Resultados similares podem ser observados no gênero *Editorial*, em que há uma queda de 66,67% na ocorrência dos clíticos a partir da segunda metade do século XIX, resultado obtido através do cálculo de porcentagem sobre as ocorrências gerais dos clíticos no século XIX e seu número no século XX. No século XIX, a próclise mantém-se mais recorrente com 86 casos no geral. Faz-se menção à mudança expressiva no número de ênclises entre a primeira e a segunda metade do século XIX, levando-as a sair de 13 para 31 ocorrências – reforçando as observações de Pagotto (1998) e Faraco (2008). Quando se compara esse século com os demais, observa-se um grande decréscimo no uso dos clíticos, principalmente os de 3ª pessoa, um resultado que vai na direção dos resultados de Cyrino (2018) (cf. Tabela 1).

Partindo para a análise da variável *função sintática* do clítico como objeto direto/acusativo (OD) e objeto indireto/dativo (OI), é perceptível que as ocorrências de clíticos acusativos são majoritárias em todos os períodos analisados, ao contrário dos clíticos dativos, uma vez que construções acusativas tendem a ser mais frequentes que as dativas:

Tabela 3: Quantitativo geral e percentual de clíticos entre 1930 e 2022, tomando por base sua função sintática na posição de complemento verbal

Período	Editorial		Carta do Leitor	
	OD	OI	OD	OI
1ª séc. XIX	58 (89,2%)	07 (10,8%)	55 (64,7%)	30 (35,3%)
2ª séc. XIX	60 (89,5%)	07 (10,5%)	52 (73,6%)	19 (26,4%)
1ª séc. XX	26 (92,8%)	02 (7,2%)	48 (87,3%)	07 (12,7%)
2ª séc. XX	18 (78,3%)	05 (21,7%)	45 (81,8%)	07 (19,2%)
Séc. XXI	19 (90,5%)	02 (10,5%)	07 (50%)	07 (50%)
TOTAL GERAL	181	23	207	70

Fonte: Do autor.

Esse resultado pode ser entendido como um reflexo das características linguísticas que o gênero tem, como uma TD, que aponta para uma tendência ao uso da 3ª pessoa e das temáticas que guiam sua escrita, como opinar, discutir, argumentar etc., conforme apontam os estudos de Alves Filho (2006), Medianeira de Souza (2006), Marques (2009), Vieira (2009), Köche et al. (2012) e Pelizari et al. (2019).

Vale dizer que, embora clíticos dativos sejam menos frequentes em ambos os gêneros jornalísticos, em todos os períodos pesquisados, a frequência deles é mais expressiva nas *Cartas do Leitor* no século XIX, havendo um decréscimo acentuado a partir da primeira metade do século XX. Situação essa que pode ser explicada em virtude da influência da gramática do PB crescer nesse período, em detrimento da influência do PC, no que concerne a tendência apresentada por clíticos como “me”, “te” e “se”, de apresentarem função dativa (Martins, 2018) – o que pode interferir no número de ocorrências de objetos com função de alvo e/ou benefactivo.

Já os dados de Gomes (2007) apontam para a maior padronização do jornal no início do século XX, na fase *telegráfico-informática*. A respeito desse período, Andrade (2008, p. 7) observou em sua pesquisa com cartas de leitores de jornais paulistas que elas eram apresentadas integralmente e versavam “sobre os mais variados e distintos assuntos: pedidos, reclamações, comentários, busca de contato com parentes ou amigos, entre outros”, e constatou-se no *corpus* desta pesquisa que as cartas inclinaram-se mais às temáticas de reclamação e opinião. Infere-se, portanto, que a progressiva padronização do meio jornalístico e as temáticas mais recorrentes na TD das *Cartas do Leitor* pode ter influenciado o modo como o autor regulava sua escrita para aqueles a quem se destinavam seus textos, “visando a atender vários propósitos comunicativos” (Andrade, 2008, p. 6).

No caso dos pronomes acusativos encontrados nos *Editoriais*, há estabilidade nas ocorrências durante a segunda metade do século XIX em relação ao período anterior.

Observa-se também a diminuição em sua presença da primeira metade do século XX em diante, passando de 26 na primeira metade do século XX para 19, no século XXI. Esse decréscimo dos clíticos acusativos pode estar relacionado ao aumento da frequência de objetos nulos, conforme assinala Cyrino (1994; 2018). Nas *Cartas do Leitor*, por sua vez, o decréscimo das ocorrências de OI é notável desde o começo do século XX, mantendo-se estável até o último período analisado. Menciona-se ainda o fato da queda de clíticos, como OD, ser contínua ao longo dos períodos, apresentando-se bastante acentuada no século XXI.

A seguir, são extraídos exemplos do *corpus* em que os clíticos são acusativos e dativos em diferentes períodos da história:

- *Primeira metade do século XIX:*

(31) a. “então procurou estrangula-la”. (OD - CL - 1835 \ Ed. 00028)

b. “[...] e deixou a todos penhorados pelas lisonjeiras palavras que *lhes* dirigió”. (OI - ED - 1835 \ Ed. 00579)

- *Segunda metade do século XIX:*

(32) a. “[...] e começou a injuriar-me, sob o pretexto de que eu fazia más ausências delle”. (OD - CL - 1875 \ Ed. 00005)

b. “todo o cidadão é livre de trabalhar no que bem *lhe* aprouver”. (OI - ED - 1875 \ Ed. 00028)

- *Primeira metade do século XX:*

(33) a. “Convidou-o, em nome do presidente da república para estar na Terra de Santa Cruz”. (OD - CL - 1935 \ Ed. 00010)

b. “Mas ninguém *me* perguntou e foi melhor: sou um homem de hábitos silolóquios”. (OI - CL - 1940 \ Ed. 00008)

- *Segunda metade do século XX:*

(34) a. “[...] e o incentivando a prosseguir [...]”. (OD - ED - 1970 \ Ed. 00001)

b. “ninguém pode *lhes* negar a vitória nessa campanha” (OI - ED - 1975 \ Ed. 00001).

- *Século XXI:*

(35) a. “Já estamos cansados de ver a toda hora propaganda de remédios nos meios de comunicação e o estímulo em usá-los”. (OD - CL - “Medicação x propaganda” - 06/03/2014)

b. “Mesmo setores masculinamente fechados como as Forças Armadas *lhe* abriram as portas”. (OI - ED - “Assédio Sexual” - 05/09/2017)

Centrando agora a atenção na variável *traço número-pessoal* dos clíticos encontrados em nosso *corpus*, verifiquemos os resultados apresentados nas tabelas 4 e 5 a seguir:

Tabela 4: Quantitativo geral e percentual de clíticos entre 1930 e 2022, tomando por base seu *traço número-pessoal* nas *Cartas do Leitor*

Período	1.p.sg.	2.p.sg.	3.p.sg.	1.p.pl.	2.p.pl.	3.p.pl.
1ª séc. XIX	27 (34%)	04 (57%)	44 (27%)	7 (36%)	0	3 (50%)
2ª séc. XIX	15 (19%)	03 (43%)	50 (30%)	6 (22%)	0	3 (50%)
1ª séc. XX	8 (10%)	0	35 (21%)	6 (22%)	0	0
2ª séc. XX	27 (34%)	0	25 (15%)	0	0	0
Séc. XXI	3 (3%)	0	11(07%)	0	0	0
TOTAL GERAL	80 (100%)	7 (100%)	165(100%)	19 (100%)	0 (100%)	6 (100%)

Fonte: Do autor.

Tabela 5: Quantitativo geral e percentual de clíticos entre 1930 e 2022, tomando por base seu *traço número-pessoal* nos *Editoriais*

Período	1.p.sg.	2.p.sg.	3.p.sg.	1.p.pl.	2.p.pl.	3.p.pl.
1ª séc. XIX	0	0	54 (30%)	3 (23%)	0	4 (45%)
2ª séc. XIX	2 (100%)	0	60 (34%)	5 (38%)	1 (100%)	2 (22%)
1ª séc. XX	0	0	24 (21%)	4 (31%)	0	0
2ª séc. XX	0	0	19 (13%)	1 (8%)	0	2 (22%)
Séc. XXI	0	0	22 (11%)	0	0	1 (11%)
TOTAL GERAL	2 (100%)	0 (100%)	179(100%)	13 (100%)	1 (100%)	9(100%)

Fonte: Do autor.

Os resultados apresentados acima apontam para um desfavorecimento dos clíticos de 1ª e 2ª pessoa, principalmente no que diz respeito aos editoriais. Dessa maneira, optou-se por manter apenas o grupo da 3ª pessoa para uma análise mais aprofundada. É possível notar uma acentuada queda dos clíticos de 3ª pessoa — cerca de 78%, desde a segunda metade do século XIX, nas *CL*. Tal resultado foi obtido por meio do cálculo da porcentagem da ocorrência geral dos clíticos entre a segunda metade do século XIX e o fim da análise, século XXI. A partir da segunda metade do século XX, apenas os clíticos de primeira e terceira pessoas foram detectados. Os resultados apresentados assemelham-se aos dos estudos de Cyrino (2018) e Pagotto (2018), haja vista

que apontam também para o decréscimo dos clíticos pronominais, principalmente os de terceira pessoa.

Vejamos alguns dos dados extraídos de algumas *Cartas do Leitor* em todos os períodos analisados que evidenciam o uso de clíticos de 3ª pessoa no gênero:

- *Primeira metade do século XIX:*

(36) “d’um só Campião dididido *lhes* avultara uma Legião invencível!”. (1850 \ Ed. 00010)

- *Segunda metade do século XIX:*

(37) “[...] destinada a comunicar-*lhe* de novo aquella segurança”. (1890 \ Ed. 00017)

- *Primeira metade do século XX:*

(38) “se debruçam sobre a collectividade para *lhe* sondar as necessidades mediatas”. (1940 \ Ed. 00008)

- *Segunda metade do século XX:*

(39) “A sua presença, pela manhã, nos diversos recantos da cidade, vendendo o produto que *lhe* dera alcunha”. (1970 \ Ed. 00001)

- *Século XXI:*

(40) “É compreensível quando escrevo: ‘O homem sentou-se na grama’; é compreensível por ser claro”. (“Cartas à Redação - 15/04/2017)

Comparando os resultados da tabela 4 com os resultados encontrados na tabela 5, percebe-se que, apesar da redução na ocorrência dos clíticos de 3ª pessoa, sobretudo a partir da primeira metade do século XX, estes possuem um pouco mais de ocorrência nos *Editoriais* do que nas *Cartas do Leitor*.

Outro resultado é que clíticos de 1ª pessoa são pouco recorrentes nos *Editoriais*, ao contrário do que se observa nas *Cartas do Leitor*, tendo em vista a própria natureza de cada gênero²⁰. Nota-se também a baixíssima ocorrência dos pronomes de 2ª pessoa, havendo apenas uma ocorrência na segunda metade do século XIX. Seguem exemplos de clíticos de 3ª pessoa extraídos de alguns *Editoriais*:

- *Primeira metade do século XIX:*

(41) “Se estão resolvidos, digam-*no*” (1850 \ Ed. 00003).

- *Segunda metade do século XIX:*

(42) “Livre- Bem o sabeis, de escolher entre as candidaturas ajuramentadas” (1875 \ Ed. 00028).

²⁰ Alves Filho (2006), Andrade (2008), Marques (2009), Vieira (2009), Köche *et al.* (2012), Silva e Gomes (2016), Brito e Gomes (2019) e Pelizari *et al.* (2019).

- *Primeira metade do século XX:*

(43) “[...] com o objetivo de inaugurar as instalações da “Rádio Borborema”, levei-o até a maternidade” (1935 \ Ed. 00012).

- *Segunda metade do século XX:*

(44) “[...] como se este, para exercer suas prerrogativas, necessitava obter permissão, a fim de desfrutá-las” (1990 \ Ed. 00197).

- *Século XXI:*

(45) “O preconceito por opção sexual, etnia, credo é expressamente vedado pela Constituição. Mas, ainda assim, há os que o defendem” (“Abominável Preconceito” - 12/01/2018).

Com base na comparação entre os dois gêneros, é possível notar que, nas *Cartas do Leitor*, há uma maior presença de clíticos de 1ª pessoa, em comparação aos *Editoriais*, nos quais são mais frequentes os pronomes de 3ª pessoa. Infere-se, portanto, que esse resultado ocorra devido à maior subjetividade nas *Cartas do Leitor*, uma característica verificada por Silva e Gomes (2016), Pelizari *et al.* (2019), Brito e Gomes (2019) e Andrade (2008). Ademais, utilizando-se do *corpus* do PHPB, Martins (2018, p. 159) afirma que “a baixa ocorrência dos pronomes de segunda pessoa pode estar correlacionada aos gêneros considerados que não favorecem um discurso voltado à interlocução direta”. Tais considerações podem explicar, portanto, a maior frequência de pronomes de 3ª pessoa nos *Editoriais*, enquanto as *Cartas de Leitor* inclinam-se mais à utilização da interlocução direta.

Rememorando o ponto de vista de Alves Filho (2006, p. 81) ao focar na dimensão verbal do gênero *Editorial*, percebe-se “a tendência a não aparecerem pronomes de primeira pessoa e, por outro lado, há preferência por recursos de impessoalização”. Assim, pudemos perceber que os *Editoriais*, por possuírem um maior grau de impessoalidade, tendem a se referir a uma 3ª pessoa, seguindo a perspectiva de análise de Alves Filho (2006), Marques (2009), Vieira (2009), Köche *et al.* (2012) e Pelizari *et al.* (2019).

Por outro lado, as *Cartas do Leitor* apontam para uma proximidade maior com os resultados obtidos por pesquisadores a partir de peças teatrais em relação aos *Editoriais*, uma vez que, nas peças, apareciam exemplares de clíticos de todas as pessoas, tendo em vista também a espontaneidade perceptível, a aproximação comunicativa e a intimidade relativa na relação entre o remetente e o destinatário a que se referem Silva e Gomes (2006).

No que diz respeito às variáveis presença e ausência de Termo Atrativo no gênero *Carta do Leitor*, é perceptível que há um predomínio de casos de próclise com ausência de Termos Atrativos, com exceção da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, no qual há, respectivamente, 57, 5% e 68, 57% de ocorrências desse caso (cf. Tabela 6).

Tabela 6: Resumo do percentual geral de próclise entre 1830 e 2022, tomando por base a variável *presença /ausência de termo atrativo no gênero Carta de Leitor*

Período	<i>Presença de Termo Atrativo</i>	<i>Ausência de Termo Atrativo</i>	Porcentagem por período	Período / Ocorrências Gerais
1ª séc. XIX	57,5%	42,5%	100%	60 (34, 65%)
2ª séc. XIX	68,57%	31,43 %	100%	35 (28, 71%)
1ª séc. XX	43, 2%	56, 8%	100%	37(17, 32%)
2ª séc. XX	46, 6%	53, 4%	100%	30 (13, 36%)
Séc. XXI	42, 9%	57, 1%	100%	7 (6%)
Total das Ocorrências Gerais				169 (100%)

Fonte: Do autor.

Conforme apontam as investigações de Andrade (2008), Gomes (2007) e Pelizari *et al.* (2019), a TD das *Cartas do Leitor* prevê, em relação ao *Editorial*, maior grau de informalidade, atestada também por Silva e Gomes (2016, p. 56), os quais assinalam os fatores da espontaneidade que embebem este gênero: “espontaneidade perceptível, havendo aproximação comunicativa, assim como intimidade relativa na relação entre o remetente e o destinatário”. Mencionam-se também as diversas temáticas que estão presentes nessas missivas das cartas, já apresentadas aqui, que servem como fatores que corroboram a aproximação desse gênero à coloquialidade do PB, apontando semelhanças com os resultados obtidos por Pagotto (2018), Cyrino (2018) e os apontamentos de Tarallo (2018b) a respeito das diferenças da gramática do PB em relação a do PE, ou mesmo a do PC.

A seguir, são extraídos exemplos do *corpus* em que os clíticos estão em posição de próclise, com e sem termo atrativo, em diferentes períodos da história:

- *Primeira metade do século XIX:*

(46) a. “[...] livrarem de que os mandem fazer” (C/ T.A.²¹-1830 \ Ed. 00520)

b. “[...] de um só Capitão decidido *lhes* avultam uma Legião invencível” (S/ T.A.²² - 1830 \ Ed. 00520)

- *Segunda metade do século XIX:*

²¹ C/T.A.= Com Termo Atrativo.

²² S/T.A.= Sem Termo Atrativo.

(47) a. “[...] alli se achava o mesmo tenente-coronel” (C/ T.A. - 1880 \ Ed. 00006)

b. “[...] depois de os ter apresentado como conquista” (S/ T.A. - 1880 \ Ed. 00006)

- *Primeira metade do século XX:*

(48) a. “[...] para a industrialização a que se lançou” (C/ T.A. - 1930 \ Ed. 00016)

b. “Era o artigo de sua predileção e *lhe* parecia, portanto, mais do que natural” (S/ T.A. - 1935 \ Ed. 00010)

- *Segunda metade do século XX:*

(49) a. “Dava pequenas paradas nas bodegas que *lhe* ofereceriam as costumeiras doses de cachaça” (C/ T.A. - 1970 \ Ed. 00001)

b. “O convívio humano se impõe como condição imperiosa” (S/ T.A. - 1940 \ Ed. 00008)

- *Século XXI:*

(50) a. “[...] sem falar nas enormes filas que se formam” (C/ T.A. - Cartas e emails - 04/12/2014)

b. “Hospício na Boa Vista, se encontra esquecido pelo governo” (S/ T.A. - Cartas e emails - 04/12/2014)

A respeito da frequência com que os casos de próclise se dão no gênero *Editorial* (cf. Tabela 7), os dados apontam um predomínio dos casos em que o fenômeno ocorre com termos atrativos, à exceção da última metade do século XIX e no século XXI. Esse predomínio de casos de próclise ante a presença de termos atrativos pode ser explicado pelo maior grau de monitoramento a que o jornalista está submetido no momento de escrita e revisão dos textos que irão para as seções do jornal, como atestado por Alves Filho (2006), Vieira (2009), Köche *et al.* (2012) e Pelizari *et al.* (2019), ao investigarem a Tradição Discursiva desse gênero.

No entanto, consoante a Silva (2022), o jornalista se vê em uma situação que o obriga a um processo rápido de edição entre a primeira escrita e a publicação no texto, nesse interstício sua “gramática intuitiva”, permeada de suas experiências linguísticas naturais, tem importante papel nas decisões que serão tomadas, o que pode explicar algumas das escolhas feitas a respeito da colocação pronominal, por exemplo.

Tabela 7: Resumo do percentual geral de próclise entre 1830 e 2022, tomando por base a variável presença / ausência de termo atrativo no gênero *Editorial*

Período	<i>Presença de Termo Atrativo</i>	<i>Ausência de Termo Atrativo</i>	Porcentagem por período	Período / Ocorrências Gerais
1ª séc. XIX	52%	48 %	100%	48 (24, 54%)
2ª séc. XIX	57,9%	42,1 %	100%	38 (36, 36 %)
1ª séc. XX	86,8%	13,2%	100%	17 (14, 54%)
2ª séc. XX	64,26%	35,74%	100%	14 (12, 75%)
Séc. XXI	42,8%	57,2%	100%	14 (11, 81%)
Total das Ocorrências Gerais				131 (100%)

Fonte: Do Autor.

A seguir, são extraídos exemplos do *corpus* em que os clíticos estão em posição de próclise, com e sem termo atrativo, em diferentes períodos da história:

- *Primeira metade do século XIX:*

(51) a. “he preciso pois, que nos limitemos a dirigirlo no declive” (C/ T.A. - 1830 \ Ed. 00544)

b. “indicavam como infallivel se as circunstancias a favorecessem”(S/ T.A. - 1830 \ Ed. 00544)

- *Segunda metade do século XIX:*

(52) a. “delegado de policia que alli se achava, declarou que S. M. não recebia” (C/ T.A. -1880 \ Ed. 00005)

b. “Peça, Sr. Padre Medeiros que lhes desbastem a ignorancia” (S/ T.A. - 1875 \ Ed. 00028)

- *Primeira metade do século XX:*

(53) a. “sem nenhuma idéa central que os distinga” (C/ T.A. - 1940 \ Ed. 00006)

b. “o sertanejo, se vê na privação de elementos indispensáveis á sua defesa” (S/ T.A. - 1950 \ Ed. 00001)

- *Segunda metade do século XX:*

(54) a. “a festa que annualmente se faz á mesma excelsa senhora naquela localidade” (C/ T.A. - 1975 \ Ed. 00001)

b. “ninguém pode lhes negar a vitória nessa campanha” (S/ T.A. - 1978 \ Ed. 00004)

- *Século XXI:*

(55) a. “É claro que respeito muito as igrejas evangélicas, mas não a vulgarização que se estabeleceu no Brasil”(C/ T.A. - Editoriais - 17/05/2020)

b. “ propriedade da qual pode dispor como lhe aprouver, continua vivo como no século 16” (S/ T.A. - “Assédio Sexual” - 05/09/2017)

5. Considerações finais

A partir dos resultados apresentados até o momento, percebe-se que o comportamento dos clíticos extraídos das *Cartas do Leitor* e dos *Editoriais* presentes no *Diário de Pernambuco* ao longo de três séculos (XIX, XX e XXI) vem apresentando um distanciamento em relação ao comportamento dos clíticos no PE, um resultado que vai na direção de outros estudos já realizados no PB com outros *corpora*, a exemplo de contextos extraídos de peças teatrais²³, cartas pessoais e documentos oficiais²⁴.

Os resultados desta pesquisa mostram: (a) maior ocorrência de próclise em relação à ênclise em ambos os gêneros textuais analisados entre a primeira metade do século XIX até o século XXI e (b) redução acentuada de clíticos de 3ª pessoa a partir da segunda metade do século XIX, principalmente, nas *Cartas do Leitor*, fenômeno que será aprofundado em etapas posteriores a fim de observar se a situação relaciona-se ao aumento de objetos nulos, como afirma-se em Cyrino (1994; 2018). No que se refere à função sintática, embora os clíticos sejam mais frequentes na posição de objeto direto em ambos os gêneros textuais, nas *Cartas do Leitor* há mais ocorrências de clítico na posição de OI, um resultado que pode ser explicado via TD desse gênero que, em sua composição, prevê um remetente e um destinatário a quem se dirige a mensagem, conforme discutido por Silva e Gomes (2016), Pelizari *et al.* (2019), Brito e Gomes (2019), Gomes (2007) e Andrade (2008), bem como a tendência de certos clíticos (“me”, “te” e “se”) em desempenhar função dativa, como atesta Martins (2018). Sobre a presença e ausência de Termos Atrativos, observou-se que há maior ocorrência de próclise sem a presença de Termos Atrativos no gênero *Carta de Leitor*, ao passo que, até o final do século XX, a maioria dos casos de próclise nos *Editoriais* possuía a presença de algum termo atrativo. Tal situação mudou no século XXI quando o número de casos com termo atrativo somavam 42, 8% dos registros, ao passo que os casos sem termo atrativo somaram 57, 2%.

Ressalta-se por último que esta pesquisa não encerra a discussão a respeito dos fenômenos destacados, muito menos esgota as possíveis interpretações dos dados ou dá conta de abarcar todo arcabouço teórico que lhe embasa. Espera-se ainda: (a) ampliar a

²³ (cf. Cyrino (2018)).

²⁴ (cf. Pagotto (2018); Martins (2018)).

análise dos dados encontrados na variedade do português em questão, levando em consideração não só as possíveis alterações nas regras que regem a colocação pronominal no PB (por exemplo, os constituintes considerados atratores) e a possível coocorrência de clíticos com os objetos nulos, principalmente a partir da primeira metade do século XX, mas também a constituição sócio-histórica dessa variedade e (b) comparar os resultados encontrados nessa variedade com os resultados a serem obtidos em jornais moçambicanos, visando ao estabelecimento de possíveis semelhanças e/ou diferenças entre essas variedades.

Referências

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *In: Alfa: Revista de Linguística*, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396>. Acesso em: 30 nov. 2024. Acesso em: 23 nov. 2022.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira. Tradições discursivas em cartas de leitores na imprensa paulista: estudo dos papéis sociais e formas de tratamento numa perspectiva diacrônica. *In: Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa - 1º SIMELP*, 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: FFLCH/USP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001723429>. Acesso em: 08 jan. 2023.

BAKHTIN, Mikail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2020.

BIAZOLLI, Caroline Carnielli. *Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma*. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/144643>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRITO, Bianca do Carmo Pereira; GOMES, Valéria Severina. Tradição Discursiva e Historicidade do Gênero Textual: Cartas de Leitor na Sala de Aula. *In: Encontros de Vista*, Recife, v. 24, n. 2, jul./dez., 2019, p. 3-16. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/view/4145>. Acesso em: 24 nov. 2022.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2004[1970].

CASTILHO, Ataliba de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

CHOMSKY, Noam *Lectures on government and binding*. Foris: Dordrecht, 1981.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1994. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581797>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. *In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary Aizawa. Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 129-142.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

GOMES, Valéria Severina. *Traços de mudanças e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=158321. Acesso em: 22 nov. 2022.

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. *In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. (orgs.). Para a História do Português Brasileiro Novos dados, novas análises*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, v. 6, 2006. p. 505-530.

KÖCHE, Vanilda Salton et al. *Leitura e produção textual: gêneros do argumentar e expor*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. *In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karin Siebeneicher (orgs.). Gêneros Textuais: reflexões e ensino*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 17-31.

MARQUES, Mariana S. Editorial: a voz do veículo. *In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (org.). Nos domínios dos gêneros textuais*. 2. ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. p. 8-14.

MARTINS, Marco Antonio. A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do português brasileiro. *In: CASTILHO, Ataliba de; MORAIS, Maria Torres Moraes; CYRINO, Sônia. História do português brasileiro: mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*, São Paulo: Contexto, 2018. p. 150-209.

MEDIANEIRA DE SOUZA, Maria. *Transitividade e construção no gênero editorial*. 2006. Tese (Doutorado Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7609>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. *Novo Manual de Sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2018.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 49-68, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8663583>. Acesso em: 13 abr. 2023.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Clíticos, Mudança e Seleção Natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary Aizawa. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 143-160.

PELIZARI, Camila da Silva *et al.* Editorial ou carta ao leitor/do editor? estamos falando do mesmo gênero textual?. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, v. 41, n. 2, 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307462019016>. Acesso em: 02 mar. 2023.

POLLOCK, Jean-Yves. Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, v. 20, n. 3 (Summer), p. 365-424, 1989. Disponível em: <https://babel.ucsc.edu/~hank/pollock.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

SARAIVA, Líbia Mara da Silva. *A colocação dos pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico e nos inquéritos do projeto NURC: uma análise contrastiva*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.poslin.letras.ufmg.br/diss_defesas_detalhes.php?aluno=1181. Acesso em: 13 mar. 2023.

SILVA, Aldeir Gomes da; GOMES, Valéria Severina. Correspondência entre amigos pernambucanos na primeira metade do século XX: tradição discursiva e ensino. *Revista do GELNE*, v. 18, n. 2, p. 54 - 78, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11201>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, Adeilson Lima da. *A variação linguística na escrita escolar: o uso do objeto direto anafórico em textos com diferentes graus de monitoração*. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Letras, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/749>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

ROUVERET, Alain. Cliticização e tempo no português europeu. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 17, p. 9-37, 1989. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8636799/4520/> Acesso em: 04 fev. 2023.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2003.

VIEIRA, Rosaura Maria Marques. O editorial de jornal. *In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (org.). Nos domínios dos gêneros textuais*. 2 ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG.V, 2009. p. 15-20.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William.; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

Recebido em 15 de abril de 2023

Aceito em 29 de junho de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Queering the Canon: a Queer Reading of *The Great Gatsby* by F. Scott Fitzgerald

Tornando o cânone queer: uma leitura queer de *O Grande Gatsby*, de F. Scott Fitzgerald

Sarah Beatriz de Andrade Bezerra^{*}

Abstract: The present article aims to undertake a queer reading (Sedgwick, 2002) of the novel *The Great Gatsby* by F. Scott Fitzgerald based on queer theory. The main objective consists of verifying the apparent queerness of the protagonist considering the choice of words in the novel, the time it takes place (1920s) and his relationship with other characters. A textual analysis has been carried out taking into consideration the queer elements of the novel, such as the gay and lesbian signs that corroborate with the queer subtext that appears as a result of Nick Carraway's gay sensibility within the narrative (Tyson, 2015). In this sense, excerpts that readers might interpret as queer-coded have been analysed. The results show that it is possible to identify not only the queer subtext of the novel but also why queer readers might relate to it.

Keywords: Queer Theory; Textual Analysis; Queer Reading; F. Scott Fitzgerald; American Literature.

Resumo: O presente artigo visa realizar uma leitura *queer* (Sedgwick, 2002) do romance *O Grande Gatsby*, de F. Scott Fitzgerald, baseada na teoria *queer*. O principal objetivo consiste em verificar a aparente *queerness* da personagem principal, considerando a escolha de palavras no romance, o período em que o livro se passa (década de 1920) e a forma como o protagonista se relaciona com outras pessoas no livro. Uma análise textual foi executada levando em consideração os elementos *queer* do romance, como os sinais gays e lésbicos que corroboram com o subtexto *queer*, os quais aparecem como um resultado da sensibilidade gay de Nick Carraway na narrativa (Tyson, 2015). Dessa forma, trechos que leitores podem interpretar como *queer* foram analisados. Os resultados mostram que é possível a identificação não só do subtexto *queer* do romance, como também da razão pela qual leitores *queer* podem associar-se a ele.

Palavras-chave: Teoria Queer; Análise Textual; Leitura Queer; F. Scott Fitzgerald; Literatura Americana

^{*} The author graduated with a BA in English Language Teaching at the Center for Arts and Communication from the Federal University of Pernambuco, UFPE, Recife, Brazil. E-mail: sarah.beatriz@ufpe.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4654-1529>. DOI: <https://doi.org/10.51359/1984-7408.2024.260062>. The supervisor of this article was Professor Yuri Jivago Amorim Caribé, Professor of British and American Literature, Department of Languages and Literatures, Center for Arts and Communication from the Federal University of Pernambuco. This article was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001. It is the modified version of the final paper submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of BA in English Language Teaching.

1. Introduction

Literature usually follows patterns established by society. Because of that, still today, most canonical literature books largely reinforce cisgender, white, and heteronormative identities (Hazra, 2021). In this sense, socially marginalised people feel excluded and search for alternative ways of representation: either it is by creating their own works of literature or by reappropriating the already existing media into something of their own. For issues regarding gender and sexuality, queer theory is an area born from lesbian and gay studies that was created in the early 1990s as a field to discuss the social and cultural implications of heteronormativity in society and how it ends up marginalising any difference from its norms (Jagose, 1997). Queer literary critics, in turn, have been using queer theory to study and challenge the prejudice found in literature against the LGBTQIA+ community and bring awareness about queer literature and its authors.

Eve Sedgwick (2002), one the most critical figures in queer theory, introduced the term “Queer Reading”. According to this concept, to perform a queer reading of a text means to distance oneself from the heteronormative perspective. By recognizing elements in a literary text that could be interpreted as queer, readers may subvert the canon and discover a new form of interpreting a story connecting it to their own experiences. Thus, no text would be exclusively straight or queer: if textual cues exist and can support a possible queer reading, readers will possibly find and perform it. Analysing a text through the queer gaze then would be a form of cultural criticism (Belsey, 2014) — an understanding of culture in the texts — as well as a response to the struggle of lack of diversity in media and a way of resisting, existing and fighting against the prejudice related to the LGBTQIA+ community.

This article’s main objective, therefore, is to perform a queer reading of the American novel *The Great Gatsby* originally published in 1925 by Scott F. Fitzgerald¹. The research is based on texts related to queer theory, including the paranoid and reparative reading concept by Sedgwick (2002). Besides, it seeks to verify how Fitzgerald’s depiction of the narration used to build the relationship between Nick and Gatsby can be perceived as homosocial and homoerotic.

The Great Gatsby appears when Fitzgerald used most of his early life experiences and opinions about love and money (Berman, 2002) as inspiration for writing. From these sources, readers get to know the majestic, highly descriptive New York and its fictional villages East and West Egg through the eyes of Nick Carraway. Throughout the novel, he is a spectator of the routine and drama of the rich people of New York, especially once he is captivated by the popular yet mysterious figure of Jay Gatsby — his neighbour. Soon, Nick is drawn to an old love spectacle involving Gatsby and Nick’s cousin: Daisy

¹ It was used for this analysis an edition published in 2003 by Amazon Classics (Fitzgerald, 2003).

Buchanan. Amidst his work, joining extravagant social gatherings and helping Gatsby regain Daisy, readers get to know more about other characters from the book (such as Jordan Baker, Nick's love interest). In addition, Gatsby's personality is unveiled before Nick and the readers, and their friendship becomes one of the main issues of the novel. By the end, once the dramatic, chaotic affair of Gatsby and Daisy becomes known, she is faced with the decision of joining Gatsby or remaining with her husband: she chooses the latter. After a series of unfortunate events for Gatsby, he is murdered in the pool of his own mansion; a victim of revenge for a crime he did not commit. The last chapter of the novel reveals that despite Jay Gatsby being popular in life, only Nick and his father Henry C. Gatz attended his funeral, showing that after all, Nick was the only one to ever care about him.

The research method of the article according to Belsey (2013) is textual analysis, in which the text is viewed as the central source, setting the questions that invite readers to possible interpretations. The understanding of a text, in this sense, is seen as never final since it is formed by language. Language, in turn, is plural and can only become meaningful once other people understand it using their relations with the world and their perception of culture. Thus, the analysis of the excerpts taken from the novel focus primarily on the possible implications of queer elements and moments (Doty, 1992 apud Sullivan, 2007) inferred by the language used by Fitzgerald through his narrator Nick Carraway while describing the events, actions and relationships built with other characters in the novel. Hence, the intention of this article is not to modify the canon, but to offer a new perspective based on a literary analysis from a queer reading point of view. Therefore, focusing on these aspects — as well as the analysis of other theorists — makes a queer reading of this classic of American literature a possible form of textual analysis.

2.1 Reading Queerly: Queer Theory and the “Paranoid and Reparative Readings”

Queer theory, as a field of study, was founded in the 90s and studies gender and sexual practices that defy the notion of heteronormativity. It includes diverse identities in every aspect of life — historical, social, political, racial, religious, economical, etc — and seeks to debate possible definitions of the terms “gay”, “trans”, or “queer” and how they define the thoughts and experiences of humans as individuals and as a society. In a world where being straight and cisgender is the norm, everything that steps out of this pattern becomes weird, therefore, queer. These studies explain how heteronormativity works as an enclosed, suppressing space, labelling as “wrong” everything that comes out of “the norm”. Within Literary Studies, queer theorists may focus on the different interpretations of a text, studying queer characters, exploring the sexuality of authors once seen exclusively as straight, and — as is the main focus of this article — performing readings of texts previously seen as heteronormative from a queer point of view.

Thus, queer theory worries about researching how texts and media construct the understanding of gender, sexuality and subjectivity (Sullivan, 2007). Queer readings — or queering —, in turn, work with what can and cannot be seen in the surface and depth of a literary text, what can be read through subtexts. Some literary texts, although primarily heteronormative, may contain elements that, when read by a specific community, can be re-interpreted and change how a story is understood.

Sedgwick (2002) calls this search for “secrets” within the subtext of a story “paranoid reading”: it is assumed that a text is hiding something, that there is something amiss and not said by the characters and the duty of the audience as queer readers is to discover the hidden truth. Now, it is possible to see a similarity between Sedgwick’s (2002) and Barthes’ (1977) works: the focus given on the research done about the text — what other critics have to say —, the supposition or the “reading too much” into one single aspect of the literary text means to be paranoid or to limit your perspectives as a reader, and by consequence, the text as well. Here, both theorists believe that for the reader to understand something, this something needs to be implied in the text in the first place. Reading and interpreting have nothing to do with what the text can say to the reader specifically, but with what exists in it and what a reader, as a singular entity — or community — with unique cultural experiences can take from it.

Sedgwick (2002) also introduces the antithesis of paranoid reading: reparative reading. In this, a text would not be read to discover something, but it would be seen as a form of getting joy and nourishment to navigate a world full of prejudice. To answer questions is not what is important, but what a piece of text meant to you as a queer reader, how and why. Reparative readers are realistic and allow themselves to be surprised by the narrative, not reading a text specifically to pursue queer elements; texts in which a reparative reading is possible are not restrictive of characters’ sexuality and are often ambiguous. Both strategies are possible and not necessarily good and/or bad, as Sedgwick (2002, p. 150-151) states: “What we can best learn from such practices are, perhaps, the many ways selves and communities succeed in extracting sustenance from the objects of a culture — whose avowed desire has often been not to sustain them”.

Readers can find “a resource for survival” (Stockton, 2023, p. 45) in works of literature recognising that not everything is inherently straight or queer, but what creates different interpretations of it is their experiences and perception of things. Since meaning is given according to social conventions, queer readers do not read a text like cisgender, straight readers do. Because the queer community is big — encompassing different genders, races and sexualities — even though they all step out of the heteronormative pattern, their reading will not be the same as well. To this, Alexander Doty (1992, p. 2 *apud* Sullivan, 2007, p. 190) argues that queerness is “a mass culture reception practice that is shared by all sorts of people in varying degrees of consistency and intensity”.

In *The Great Gatsby* the textual analysis presented in this paper takes into consideration, then, both concepts of paranoid and reparative reading. Likewise, it works with concepts used by other queer theorists, such as “queer moments”. As explained by Doty (1992 *apud* Sullivan, 2007), a queer moment happens when readers find within the text elements that they recognize as strange, that destabilise a heteronormative logic. In addition to this, since it is impossible not to use one’s background when interpreting cultural texts (as it was argued throughout this section), even if a text is approached with no queer thoughts in mind, when readers encounter elements in it that evoke a queer moment, by consequence a queer reading will start involuntarily by inferences and connecting the reader’s previous knowledge with what is presented in the text. In other words, queer elements can also be named “gay signs” as explained by Tyson (2015, p. 325). For her, there are two types: the first one relates more to the stereotypes associated with queer people by the heteronormative community, stereotypes that are not always true when recognising a queer person (for example, that every gay man is flamboyant, or every lesbian woman has short hair), whereas the second one is coded signs created by the queer community itself — like the usage of specific slangs or accessories inside the community[†].

Other important terms presented by Tyson (2015) — all derived from Sedgwick’s own ideas (1985) — are the ones of “homosocial bonding” and “transgressive sexuality”: the former describes a strong emotional relationship between same-sex characters that can — or cannot — be interpreted as homoerotic; it could also be only a strong friendship between two men, for instance. In literature, homosocial bonding puts an emotional tie in the centre of the narrative, showing how it can be created and affected by a homophobic and heterosexist civilization. Besides, characters that share this bonding can sometimes be viewed as same-sex doubles: they mirror each other in the sense of looking alike, acting similarly or having convergent experiences. “Transgressive sexuality”, in turn, is used to describe the focus of a text on what is considered “natural” and “unnatural” sexual behaviour according to social rules. This focus does not only bring to light questions about queerness, but also what could be seen as transgressive inside heteronormativity (e.g. extramarital sex). When studying how a text deals with sexual experimentation, with boundaries, the existence of multiple partners and the feeling of shame or living a double life due to one’s sexual desire, the interpretation of a queer subtext is possible.

Hence, this article consists of queering the American modernist novel *The Great Gatsby*. Here, it is believed that after reading the novel through the queer gaze and

[†] The queer Brazilian dialect “Pajubá” is an example of queer sign recurrent in the Brazilian queer community, specially amongst trans women and gay men. The usage of “coconut rings” is also considered a lesbian sign amongst the sapphic Brazilian community. These sorts of cultural characteristics are only recognised inside the community itself and are meant to be hidden from the straight community.

analysing the nuances of the language used, gay signs could be found to assist the interpretation of queer moments within the novel. Besides, the existence of queer moments supports the idea of the possible implications of Nick Carraway's sexuality and how it helped to construct his relationship with other characters such as Jay Gatsby, Mr. McKee and Jordan Baker. Consequently, a queer reading of *The Great Gatsby* becomes acceptable and expected.

3. Nick Carraway: a Queer Character?

In the very first chapter of the novel, Nick Carraway establishes what readers must think of him: "I'm inclined to reserve all judgments" (Fitzgerald, 2003, p. 1). As the story continues, Nick affirms himself as "[...] one of the few honest people that I have ever known" (Fitzgerald, 2003, p. 58). In fact, most of his characterisation confirms this. Nick seems to be a mere spectator of the events unfolding before him, a reliable person whom other characters run to confide secrets or ask for help — as Gatsby does when asking him to help him talk and start an affair with Daisy. At first glance, Nick is the least interesting part of the novel: nothing ever happens to him, and nothing affects him as much as other characters. In short, he is there to tell people about the drama starring the rich folk of West and East Egg in New York.

Since most things in the novel do not involve Nick directly, maybe readers get used to seeing him just as a narrator and an honest, trustworthy one as well, for Nick never does or says anything that causes people to make a bad judgement of his personality. However, this position as the reliable narrator may crumble after a few considerations, leading to a new interpretation. The first hint of it is the statement itself: Nick knows a lot about everything; he describes things with an, oftentimes, impartial look. Yet, people do not know about him. Nick is intrinsically inserted inside the narrative, knowing everyone's secrets, yet nobody knows any of his. By the end of the novel, we could say that readers did not connect with Nick the same way they might have with Gatsby, Daisy, or even Jordan. Why? Because Nick does not allow them to do it. In the novel, Nick plays not only the part of the narrator but also a character. That means he is what is called an *I*, as a *witness* narrator (Friedman, 1967); he describes scenes without knowing exactly what is going on inside other characters' minds and can make inferences and suppositions about what is happening, but we will never know the entire truth, for he is also a participant in the events. Because of that, Nick narrates according to his own conventions, desires and understanding of the world.

He does not share much about himself and when he does, it is always a small detail that readers might not pay a lot of attention to. He talks about how Gatsby is mysterious, but he makes a lot of effort to not let readers — or anyone else in the novel — connect with him, being mysterious and evasive. Keith Fraser (1979, p. 68) in his reading of *The*

Great Gatsby, affirms: “It is not unreasonable to suppose that Nick’s readiness to declare his cardinal virtue to be honesty is deliberately intended to mislead us”. This can be seen as the first gay sign of the novel if we consider the time it was written and the period it displayed: still today, many gay men are used to hiding who they truly are by not allowing people to know much about them. Besides, at the beginning of the 20th century, being gay was illegal in the U.S.A., which led the queer community to live secret lives, hiding and trying to blend with the heteronormative society[§].

After it is identified in Nick a pattern to evade a closer understanding of his inner self, it gets easier to recognise those moments and reflect upon them. Of course, hiding things is not enough proof that he is queer; it is *what* he hides and *how* he does it (Herman, 2017). For most queer people, it is impossible to not let their desires and the divergence from heterosexuality be completely concealed. Moreover, Nick, although trying very hard, lets glimpses of his queerness escape through his language while describing events, characters, and his relationship with them while reflecting on them as well.

The Great Gatsby seems to be fairly heterosexual with the main plot centred around Jay Gatsby’s love for Daisy Buchanan and their extramarital affair — as well as the affair between Tom Buchanan and Myrtle Wilson: already signs of transgressive sexuality (Tyson, 2015). However, one of the novel’s main ideas is to show that things are not always what they seem to be. After it is established that Nick does not let the reader know him completely, the second gay sign appears every time he describes the characters of the novel: there is a clear distinction in the adjectives and descriptions used to illustrate male and female characters.

Whereas the cited men receive highly detailed descriptions, the women receive only a few words about their physique and/or personality. Nick does not seem to give women a closer look; he does not bother to linger more than he has to. In chapter one, when he meets Tom Buchanan for the first time, two entire paragraphs are separated to introduce the man. He makes sure that the reader understands that Tom is a strong, arrogant man, that his body holds an “enormous power” and “It was a body capable of enormous leverage — a cruel body” (Fitzgerald, 2003, p. 7). Tom Buchanan is the representation of old money, a conservative, violent and oftentimes racist man, and during the novel, although despising him, Nick continues to paint Tom as dominant and powerful.

[§] In the 1920s the U.S. had the Sodomy Laws that, although not exclusively criminalising homosexuality, often targeted sexual relationships between people of the same sex. The time of imprisonment for sodomy charges at the period was up to twenty years. In New York — where the novel is placed — the decriminalisation of same-sex sexual intercourse only happened in 1980.

The same level of descriptiveness is not given to Myrtle Wilson, Tom's mistress. When Tom introduces the two of them, Nick first notices that she is slightly overweight. Although he recognises some sensuality in the woman, he says her face "contained no facet or gleam of beauty" (Fitzgerald, 2003, p. 25). Another odd contrast in chapter two, however, is the description of Mr. and Mrs. McKee, a couple of friends, together with Tom and Myrtle. When the latter takes Nick to their apartment in the West Hundreds, Myrtle invites the couple so all of them can drink and have a party. Nick describes Mr. McKee as "a pale, feminine man" who was "in the artistic game" (Fitzgerald, 2003, p. 29) and had just shaved — a detail cunningly noticed by Nick because the man had a spot of lather on his cheekbones — and he says that he is very respectful towards everybody. Mrs. McKee, on the other hand, is just "shrill, languid, handsome, and horrible" (Fitzgerald, 2003, p. 30).

Generally, besides his more detailed description, Nick also views men in a much more positive light — or at least their physical features. The women, in turn, are poorly described and have always something bad said about their faces, bodies or personalities. It is interesting and curious to read Nick calling Mrs. McKee "horrible" having known her for only a few minutes especially after he started the novel saying that he refrained from being judgmental. This can only mean two things: either he lied to the reader — which implies he is not an honest narrator — or he found Mrs. McKee was horrible for who she was and/or whom she had. Also, it is important to point out that Nick describing women in a derogatory manner relates to how he views the opposite gender. Although that can be read as a gay sign, it can also be viewed as a strong trace of misogyny. Being gay does not exclude the possibility of one being sexist, thus, Nick's description might as well be more related here to prejudiced notions regarding gender than sexuality itself.

Nonetheless, both possibilities can be probably seen as a gay sign and lead to the creation of a queer reading. It is also in chapter two that what could be seen as a major queer moment of the novel appears involving Nick and Mr. McKee. After an afternoon of partying and drinking, McKee falls asleep in a chair and Nick sees this as an opportunity to approach him and use a handkerchief to clean "the remains of the spot of dried lather that had worried me all the afternoon" (Fitzgerald, 2003, p. 36). Shortly after, McKee awakes and stumbles to leave the apartment; Nick promptly follows him:

"Come to lunch some day," he suggested, as we groaned down in the elevator.

"Where?"

"Anywhere."

"Keep your hands off the lever," snapped the elevator boy.

"I beg your pardon," said Mr. McKee with dignity. "I didn't know I was touching it."

"All right," I agreed, "I'll be glad to."

... I was beside his bed and he was sitting up between the sheets, clad in his underwear, with a great portfolio in hands (Fitzgerald, 2003, p. 37).

Every queer reading of *The Great Gatsby* analyses this scene as a clear representation and confirmation of Nick's queerness — see Fraser (1979), Wasiolek (1992), Tyson (2015) and Herman (2017). Here is why: first, Nick describes Mr. McKee with an adjective not much used to describe men of his period, *feminine*. He is also attentive to McKee's manners and physique, so attentive that he notices the lather on his cheekbones, gets worried about it the entire afternoon, cleans it when he gets the chance and leaves the party the moment he leaves as well. Then, there is the elevator scene; they *groan* into it, which is also a word not used to describe the action of entering an elevator (Herman, 2017). The elevator boy snaps as he tells McKee to keep his hands off the *lever*. This entire scene works as sexual innuendo, representing the action of transgressive sexuality which Nick and McKee are possibly about to get into.

Finally, the ellipsis. After that, Nick is observing McKee — who is in his underwear, between the sheets of his bed. Nick goes back home at four a.m. and the chapter ends. The ellipsis is the greatest sign that confirms the previous statement that Nick wants to hide something, and the fact that it was used between the suggestive elevator scene and being with McKee in his bed leads the reader to believe that what Nick is actually trying to conceal is his sexuality. What could have happened during the time occulted by the ellipsis? Well, through the queer gaze, taking into consideration the sexual and phallic innuendo of the elevator scene, Nick's sudden obsession for McKee and both of them being together in bed afterwards, it is possible to affirm that they had a homoerotic attraction followed by a most likely sexual relation.

3.1. Gay and Lesbian Signs in *The Great Gatsby*: Nick Carraway, Jay Gatsby and Jordan Baker

The encounter with Mr. McKee is only in the second chapter and he is never mentioned again after that. Although it is an important queer moment in the novel, throughout the story, there are more queer elements from other characters as well as Nick, especially once he gets to know Gatsby and is involved in the drama he brings alongside him as the plot of the novel evolves.

Gatsby is, definitely, the most interesting part of the novel. Mysterious from the beginning, he is handsome, polite, rich, and throws extravagant, luscious parties. For queer theorists though, he remains a mystery. The only consensus among queer readings is about Nick's homosexuality and his romantic interest in Gatsby; the main reason for that is since Nick narrates the novel, readers only get his considerations of things. Not everything is as it seems, and actions or lines from Gatsby that could be seen as queer elements might have arrived to the readers through Nick's *I*, as a *witness* (Friedman, 1967)

narration and gay sensibility, that is, as a projection of his feelings for Gatsby. However, to confirm Gatsby's sexuality as gay or bisexual, or that he corresponds to Nick's feelings is not possible. The ambiguity of his character and personality is what makes him interesting from a reparative perspective: it leaves room for imagination.

On the other hand — from a paranoid point of view — many gay signs can be noticed in Jay Gatsby, signs that Nick would not be able to modify to fit into his narrative: the first sign is that, just like Nick, he hides his true self from the world. It is revealed by the end of the novel that Gatsby is of poor lineage and all his money comes from the illegal bootlegging business. However, before the exposure, Gatsby showed the world an idealised version of himself: affluent, educated, cordial and generous. He is obsessed with recreating the past and realising his dream: having the perfect life. To achieve perfection he believes that he needs prestige, richness and above all, he needs Daisy. Through a queer reading, he is performing how a successful white, straight man of his time was expected to be.

According to Tyson (2015), other signs come from the stereotypes associated with gay men by the heteronormative community: Gatsby is flamboyant and enjoys being perfectly groomed on all occasions. His clothes are usually of light colours and Tom Buchanan (who is the clear representation of a racist, homophobic man) cites Gatsby's suit in the novel in a derogatory manner: "An Oxford man! He was incredulous. 'Like hell he is! He wears a pink suit'" (Fitzgerald, 2003, p. 121). Furthermore, the way Gatsby possesses things can also be seen as a gay sign: his mansion is theatrically decorated with paintings and jewels collected by him in "Restoration salons [...] period bedrooms swathed in rose and lavender silk and vivid with new flowers" (Fitzgerald, 2003, p. 90). Finally, apart from Daisy, he is not interested in other women at all: at one of Gatsby's parties, Nick notices that the man never danced with any woman and "no French bob touched Gatsby's shoulder [...]" (Fitzgerald, 2003, p. 50). In addition, a close friend of Gatsby says that he is very careful about women and he "would never so much as look at a friend's wife" (Fitzgerald, 2003, p. 72).

Now, it must be observed that all of these characteristics are stereotypes and assuming someone's sexuality from them is not advisable nor correct. Tyson (2015) defines these as reductive gay signs that are given to the community by heteronormativity, for their way of viewing the queer community is prejudiced and shallow. Taking into consideration the novel's historical context, however, it makes sense that Gatsby could be interpreted as a gay character. In the 1920s queerness and the distinction between gender and sexuality were still not well developed and discussed, thus these stereotypes were often used as a form of assuming someone's sexuality.

Another character that also does not escape the queer narrative is Jordan Baker, Nick's *love interest*. Although they do have a romantic relationship, Nick's interest in Jordan comes across as odd. From all the characters, Fitzgerald chose Jordan Baker — whose name is unisex — to be Nick's affair (Tyson, 2015). Also, the character is a golf player: a profession at the time and still today predominantly masculine. Besides, the issue with the language reappears: when Nick describes how Jordan is attractive, he says her posture reminded him of "a young cadet" (Fitzgerald, 2003, p. 11). Her "hard, jaunty body" (Fitzgerald, 2003, p. 57) and how she wears all her attires "like sports clothes — there was a jauntiness about her movements [...]" (Fitzgerald, 2003, p. 50) is something he often points out. The fact that Jordan is bold, cynical, deceitful and dishonest does not faze him — perhaps because, again, he deals with her duplicity. In conclusion: all the characteristics that make Jordan appealing to Nick are usually associated with men and masculinity. Thus, it can be assumed that Nick was never truly romantically interested in Jordan, but in what she represented. As Tyson (2015, p. 332) explains: "Nick's attachment to Jordan seems as much the product of homoerotic as heterosexual attraction because he sees her primarily as a young boy".

Therefore, the object of Nick's most true interest becomes Gatsby: it is him whom he talks about in the most expressive, poetic way. If the level of Nick's attentiveness to details when describing someone was a contest, the one he has for Gatsby would surely win; on the very first time they meet, Nick saves up an entire paragraph just to describe the impact of Gatsby's smile on him:

He smiled understandingly, much more than understandingly. It was one of those rare smiles with a quality of eternal reassurance in it, that you may come across four or five times in life. It faced — or seemed to face — the whole external world for an instant, and then concentrated on *you* with an irresistible prejudice in your favor. It understood you just so far as you wanted to be understood, believed in you as you would like to believe in yourself, and assured you that it had precisely the impression of you that, at your best, you hoped to convey (Fitzgerald, 2003, p. 48).

He continues on the next page by pointing out that while observing Gatsby all the music in the room "eluded me, because just as it began my eyes fell on Gatsby [...]" His tanned skin was drawn *attractively* tight on his face and his short hair looked as though it were trimmed every day. I could see nothing sinister about him" (Fitzgerald, 2003, p. 49, emphasis added). Despite the strong impression Gatsby caused, though, in chapter four Nick narrates that he was not so convinced of Gatsby's perfection, feeling a bit overwhelmed and disconcerted. Even so, after a quick conversation, he seems to believe him and affirms that his "incredulity was submerged in fascination now" (Fitzgerald, 2003, p. 66). What is interesting to point out in this scene, is that Nick — a character that can be

read essentially as queer — seems to be the first person to see the fact that Gatsby was hiding something. In other words, he recognized in him a queer behaviour.

Those signs could explain why the two of them acquire a strong homosocial bond (Tyson, 2015) so quickly. This bonding could be homosocial in the sense of pure masculine friendship, or homosocial and homoerotic if Nick's queerness and expression of feelings are put into the equation. The interest Nick has in Gatsby makes him the most loyal of friends: he becomes his confidant, his helper and his defendant when Gatsby has none. When the truth about Gatsby's shady business is uncovered by Tom, and Myrtle Wilson is murdered, Nick still stays by Gatsby's side. It is important to mention that, at the time, Gatsby was the main suspect in the murder, for Myrtle had been hit by his car — the true murderer though is revealed to be Daisy. However, Nick does not seem suspicious or flabbergasted when he finds Gatsby hidden in the bushes of Tom and Daisy's yard; and he recognizes that: "I must have felt pretty weird by that time, because I could think of nothing except the luminosity of his pink suit under the moon" (Fitzgerald, 2003, p. 142). That comes as a peculiar, even tender thought to have about someone he had just discovered to be a fake, a liar and a potential murderer.

Yet, that is just how Nick sees Gatsby: even with the imperfections, he is still better than everyone else in the novel, "worth the whole damn bunch put together" (Fitzgerald, 2003, p. 154) as he says before saying goodbye to Gatsby for the last time. Wasiolek (1992, p. 18) argues that "at the end of the novel, it is Gatsby and Nick against the world [...] Nick favors Gatsby because he favors what Gatsby is, feels so intensely for Gatsby because he feels what Gatsby feels". That refers not only to their homosocial bonding but also sees them as same-sex doubles (Tyson, 2015): they are very similar in physical appearance, social and queer behaviour. Realising that makes it not surprising that when Gatsby has nothing more to do with Daisy, Nick decides to end his relationship with Jordan; he is mimicking what is happening in Gatsby's life.

The end of the novel is enlightening for queer reading because it is when Nick seems the most honest about how he feels about Gatsby: after a sleepless night, he gets up in a rush as he hears Gatsby arriving home. In Nick's words, "I felt that I had something to tell him, something to warn him about, and morning would be too late" (Fitzgerald, 2003, p. 146). Now, what Nick desires to say to Gatsby is a mystery, for he finds himself not able to say it. Instead, he spends the entire morning with him, listening to him tell the true story of his life and love for Daisy. It is in that moment as well that readers might notice the true reason why Gatsby wanted her so badly in the first place: "It excited him, too, that many men had already loved Daisy — it increased her *value* in his eyes" (Fitzgerald, 2003, p. 148, emphasis added). In the end, Gatsby's love is materialistic and Daisy is only a way of getting the perfect life. Just as Jordan is a symbol of normality to Nick, Daisy is one to Gatsby as well.

By the end of Gatsby's story, it is time for Nick to leave for work, but he cannot go because he sees himself trapped: "I didn't want to leave Gatsby. I missed that train, and then another before I could get myself away" (Fitzgerald, 2003, p. 153). From work, he tries to call Gatsby, but he does not pick up. He comes back to find Gatsby dead in his pool, murdered by Myrtle's husband in vengeance. Nick sees himself "on Gatsby's side, and alone" (Fitzgerald, 2003, p. 164) and, indirectly, blames people like Tom and Daisy for his death and imagines that, in his last moments, Gatsby must have realised the mistake of putting Daisy as the sole dream and goal of his life. This can again be seen more as a projection of Nick's feelings than Gatsby's. The last chapter of the novel shows that, in essence, Gatsby and Nick are exceptional to each other: to Nick, Gatsby is the only good person amongst the rich folk, and to Gatsby, Nick is the only one who truly cares about him, even after his death.

4. Conclusion

In this queer reading of *The Great Gatsby* was discussed, initially, the issue of Nick's wish to be perceived as an honest and reliable narrator as the first gay sign of the novel; his actions and description of characters during the story show that Nick is hiding his true self. Later, how he relates to other characters is another sign of the initial assertion and adds to the queer reading: his possible affair with McKee is a key queer moment of the story. Also, he does not seem to care for women and only dates Jordan because she is a woman who reminds him of a man by performing masculinity through her personality and actions. Finally, the most honest display of his thoughts and feelings is given through his strong homosocial bonding and admiration for Jay Gatsby. This, in addition to the previous factors, enhances the statement of Nick Carraway's homosexuality and romantic feelings for Gatsby.

Taking into consideration the concept of queer reading as presented by Sedgwick (2002), a paranoid reading of the novel was shown through the analysis of the gay signs and moments displayed in *The Great Gatsby*; by acknowledging Nick Carraway's possible queerness, it was recognised a pattern in his behaviour, narration and in the way he relates to other characters — male and female. To perform a reparative reading of the novel, on the other hand, was not as simple since this position does not seek answers, but allows interpretations to come freely based on what the text has to offer. In this sense, to read *The Great Gatsby* reparatively is to accept the novel's ambiguity and subjectivity between lines (as in the elevator scene, for example). In this sense, Nick Carraway's sexuality remains unclear: he is not straight, but he is not gay either. This uncertainty also resides in Gatsby and Jordan's characters. Thus, instead of imposing concepts and beliefs on the characters — as done in the paranoid reading — readers can allow the novel to impose its concepts on them, to surprise them positively or negatively.

Through the presented analysis of Nick Carraway's gay sensibility, it could be seen why queer readers might identify with *The Great Gatsby*. Queering this novel means that readers get to see themselves in it and use it as a way of understanding more about themselves, their community and history. Nick Carraway resembles in many ways a closeted gay man, and in the period the novel was written and published (1920s), in order to survive, suppressing and hiding was the only safe option for queer people. Much of the queer reading is born from the desire the LGBTQIA+ community has for self-representation and finding traces of their culture in art (Stockton, 2023). Thus, queer reading as a form of queer criticism is not only a different and valid interpretation but also a form of enriching especially the reading of canonical literary works, bringing up and revealing new ideas about texts readers and critics thought they knew everything about.

References

BARTHES, Roland. *The Death of the Author*. London: Fontana, 1977.

BELSEY, Catherine. Textual Analysis as a Research Method. In: GRIFFIN, Gabriele. *Research Methods for English Studies*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013. p. 160-178.

BERMAN, Ronald. The Great Gatsby and the twenties. In: PRIGOZY, Ruth. et al. *The Cambridge Companion to F. Scott Fitzgerald*. New York: Cambridge University Press, 2002. p. 79-94.

FITZGERALD, F. Scott. *The Great Gatsby*. New York: Scribner, 2003.

FRIEDMAN, Norman. Point of View in Fiction: the development of a critical concept. In: STEVICK, Philip. *The Theory of the Novel*. New York: The Free Press, 1967. p. 166-182.

FRASER, Keath. Another Reading of The Great Gatsby. *ESC: English Studies in Canada*, v. 1, n. 3, p. 330-343, 1979. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/692822>. Acesso em: 13 ago. 2023.

HAZRA, Neha. Queerer than Canon: Fix-it Fanfiction and Queer Readings. *SUURJ: Seattle University Undergraduate Research Journal*, Seattle, v. 5, n. 16, p. 116-124, jun. 2021. Disponível em: <https://scholarworks.seattleu.edu/suurj/vol5/iss1/16>. Acesso em: 15 jul. 2023.

HERMAN, Daniel. The Great Gatsby's Nick Carraway: His Narration and His Sexuality. *ANQ: A Quarterly Journal of Short Articles, Notes and Reviews*, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 247-250, jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0895769X.2017.1343656>. Acesso em: 10 jul. 2023.

JAGOSE, Annamarie. *Queer Theory: An Introduction*. New York: New York University Press, 1997.

SCHILB, John; CLIFFORD, John. *A Brief Guide to Arguing about Literature*. Boston: Bedford/St. Martin's, 2017.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*. New York: Columbia University Press, 1985.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Paranoid Reading and Reparative Reading, or, You're so Paranoid, You Probably Think this Essay is About You. In: *Touching Feeling*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 123-151. Disponível em: <https://www.ias.edu/sites/default/files/sss/pdfs/Critique/sedgwick-paranoid-reading.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

STOCKTON, Will. *An Introduction to Queer Literary Studies: Reading Queerly*. New York: Routledge, 2023.

SULLIVAN, Nikki. *A Critical Introduction to Queer Theory*. New York: New York University Press, 2007.

TYSON, Lois. *Critical Theory Today: A user-friendly guide*. New York: Routledge, 2015.

WASIOLEK, Edward. The Sexual Drama of Nick and Gatsby. *The International Fiction Review*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 14-22, jan. 1992. Disponível em: <https://journals.lib.unb.ca/index.php/IFR/article/view/14120>. Acesso em: 13 ago. 2023.

Recebido em 14 de outubro de 2023

Aceito em 13 de julho de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O temor da inexistência a partir de Ivan Ilitch

The fear of nonexistence from Ivan Ilitch

Amanda da Silva Madeira*

Resumo: Este artigo aborda a percepção da morte em relação à consciência, destacando a temporalidade e o sofrimento inerente à existência humana, e demonstrando a interdisciplinaridade entre literatura e filosofia, evidente na análise da obra *A Morte de Ivan Ilitch* (1886), de Liev Tolstói. O objetivo geral é investigar o significado da morte para as personagens, especialmente na negação da finitude, no distanciamento do moribundo como símbolo do medo e na religiosidade como resposta à angústia existencial. Por meio de pesquisa bibliográfica, o estudo revela como as reações das personagens frente à morte de Ivan refletem a objetificação da vida e da morte na sociedade capitalista, influenciada pela ascensão burguesa e pelo formalismo vazio do ambiente jurídico. Aproximando-se da morte, Ivan busca o verdadeiro significado da vida, confrontando suas escolhas e a influência da sociedade. Conclui-se que a obra denota a alienação e objetificação do indivíduo e a busca por respostas diante do paradoxo existencial da vida e da morte.

Palavras-chave: Morte; Literatura Russa; Tolstói.

Abstract: This article addresses the perception of death in relation to consciousness, highlighting the temporality and inherent suffering of human existence, and demonstrating the interdisciplinarity between literature and philosophy, evident in the analysis of Leo Tolstoy's work *The Death of Ivan Ilyich* (1886). The general objective is to investigate the meaning of death for the characters, especially in the denial of finitude, in the distancing of the dying as a symbol of fear, and in religiosity as a response to existential anguish. Through bibliographic research, the study reveals how the characters' reactions to Ivan's death reflect the objectification of life and death in society, influenced by bourgeois ascension and the empty formalism of the legal environment. Approaching death, Ivan seeks the true meaning of life, confronting his choices and the influence of society. It is concluded that the work denotes the alienation and objectification of the individual and the search for answers to the existential paradox of life and death.

Keywords: Death; Russian literature; Tolstoy.

*Graduanda em Letras - Português/Inglês pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE, Campus Tianguá, CE, Brasil. E-mail: amanda18sm@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-8995-0849>. DOI: <https://doi.org/10.51359/1984-7408.2024.257752>. Este artigo é resultado da pesquisa elaborada por meio de Iniciação Científica, orientada pela Profa. Esp. Rayanne Diogenes Alves.

1. Introdução

A percepção da morte em relação à consciência é amplamente estudada nos campos filosófico, espiritual e biológico. Entende-se, segundo Giacomín, Santos e Firmo (2013), que a justificativa para esse interesse se fundamenta na percepção da morte como elemento fundante da humanidade, tendo, em cada cultura, um universo de símbolos e significados que permite aos indivíduos interpretar suas experiências e guiar suas ações.

No campo filosófico, Martin Heidegger (1889-1976)¹ transmitiu a ideia de que o ser humano é definido por sua temporalidade, caminhando inevitavelmente para a morte. Mediante o autor, a relação do indivíduo com o mundo desenvolve-se por meio de preocupações, angústias e culpas. Arthur Schopenhauer (1788-1860)², por sua vez, via a existência como inerentemente ligada ao sofrimento, caracterizando-a como uma experiência miserável. Assim, a existência e a morte, como conceitos interligados, demonstram uma profunda interdisciplinaridade entre saúde e filosofia. As diversas correntes sociais contemporâneas revelam a instabilidade do significado de existir e morrer, abrindo possibilidades para novas investigações.

Não obstante, a ritualização da morte em diversas culturas evidencia o misticismo associado ao sofrimento pela finitude humana, conforme discutido por Giacomín, Santos e Firmo (2013). Contudo, na sociedade hodierna, há uma hiperindividualização desse fenômeno, resultando na perda de sistemas simbólicos tradicionais que, perante os autores, impõem aos indivíduos a responsabilidade de atribuir significados à morte. Essa lacuna cultural gera a necessidade de cada pessoa encontrar seu próprio modo de lidar com a morte e a espiritualidade.

Enquanto isso, aqueles que estão morrendo enfrentam o silêncio e a rejeição, muitas vezes devido à falta de preparo de familiares e equipes de saúde. Logo, a ausência de uma estrutura simbólica compartilhada agrava a experiência da morte, tornando-a solitária e dolorosa para os moribundos e seus entes queridos, observável através da experiência de Ivan Ilitch (Giacomín; Santos; Firmo, 2013).

Desse modo, esta pesquisa pretende investigar a morte de Ivan e sua significação para as demais personagens. O estudo aprofunda-se especificamente na interpretação da morte como negação da finitude, na distanciação do moribundo como símbolo do medo e na religiosidade como resposta à angústia da mortalidade da personagem principal. Dessa forma, considerando o contexto da doença e as relações líquidas cada vez mais influentes na sociedade pós-moderna, destaca-se a importância do tema abordado neste artigo.

1 Conforme explicitado por Werle (2003).

2 Para Gimenes (2014), Schopenhauer encarava a morte como libertação para o sofrimento.

Por meio de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e crítico-reflexivo, buscou-se atender aos objetivos supracitados. Estruturalmente, o trabalho divide-se em três partes: a significação da morte na novela de Liev Tolstói; o temor à finitude expresso pelas personagens Ivan, sua esposa e seus conhecidos; e, por último, uma síntese de questionamentos que explora a religiosidade da personagem principal como forma de suprimir a angústia existencial de estar completamente só.

2. A significação da morte

A significação da morte pode ser abordada de várias maneiras, dependendo do contexto cultural, histórico e filosófico. A morte não é apenas um evento biológico, mas também um fenômeno profundamente simbólico e existencial. Ao que se percebe, o ser humano — quando reconhecido como indivíduo que entende o tempo: passado, presente e futuro — teme o final da temporalidade devido às questões instintivas e racionais, ocasionando, portanto, na ansiedade do que está por vir, e suscitando o medo do desconhecido, principal motor da angústia do pós-morte. Nesse sentido, ao investigar a origem da palavra, proveniente do latim *mors* e *morti*, percebe-se que o termo significa a interrupção de um organismo, ou seja, a morte é vista como um fim, porém, algo que inerentemente vem de interesse ao ser humano.

Gimenes (2014) percebe a morte como um dos temas mais complexos e universais, tanto na literatura quanto na filosofia ao longo dos séculos, sendo a única certeza do indivíduo, independentemente de religião, cultura ou época. Nesse âmbito, não é de se admirar que Combinato e Queiroz (2006) destaquem a tanatologia³ como uma área de estudo intensificada após o período da Segunda Guerra Mundial. Logo, os estudos sobre morte e morrer desenvolvem maior interesse e caráter científico. Vale ressaltar, primeiramente, que há múltiplos tipos de morte, tal como observado segundo a terminologia no dicionário, e dentre elas, a biológica, metafórica e espiritual são as mais influentes e relevantes para o campo da tanatologia.

Em seu sentido primário, o morrer reflete o cessar completo da vida, de uma existência; ou seja, o óbito⁴. A partir disso, Costa (2022) afirma que a morte é uma temática tão antiga quanto a própria existência humana, apesar de ser uma parte natural do ciclo da vida. A autora destaca que o reconhecimento da finitude revela a vulnerabilidade e a fragilidade da vida humana, desencadeando a incerteza filosófica relacionada ao fim de um momento, de uma vida ou, até mesmo, de uma ideia.

A Morte de Ivan Ilitch não apenas retrata uma morte lenta e dolorosa, assim como expõe as reações dos familiares e como a mortalidade é recebida no ambiente doméstico.

³ Investigação científica que analisa morte e morrer da espécie humana (Combinato; Queiroz, 2006).

⁴ Definição de morte segundo o Dicionário Online de Português (Dicio).

A personagem Ivan não somente é destruída biologicamente, como socialmente também, o que se observa através de seus colegas que refletem sobre promoções em cadeia alavancadas pela ausência da personagem: “[...] o primeiro pensamento de cada um dos que estavam reunidos no gabinete teve por objeto a influência que essa morte poderia ter sobre as transferências ou promoções tanto dos próprios juízes como dos seus conhecidos” (Tolstói, 2022, p. 8). Seguindo o tema da finitude, Liev Tolstói apresenta que a esposa pensa no máximo de dinheiro que pode arrancar com a morte do marido:

Ela fingiu pedir a Piotr Ivânovitch um conselho sobre a pensão a receber; mas ele via que a mulher já estava a par, até as menores minúcias, mesmo daquilo que ele não conhecia: ela sabia tudo o que era possível abocanhar no Tesouro, em virtude daquela morte, mas queria saber se não era possível de algum modo abocanhar ainda mais. (Tolstói, 2022, p. 15).

Denota, assim, que as reações das personagens diante da morte são condicionadas a ignorar a mortalidade do corpo e a perceber o evento com um sentimento de alívio⁵. Dessa forma, cada personagem segue seus próprios objetivos, ignorando completamente a morte de alguém próximo, em um processo de negação da mortalidade em defesa de seu Ego, passível de ansiedades (Volpi, 2008).

Nesse sentido, nota-se que, a partir de uma perspectiva crítica da realidade econômica, a sociedade capitalista, regida pelo acúmulo da propriedade privada e, por conseguinte, por relações líquidas⁶, demonstra uma objetificação do indivíduo. Na ficção, para a esposa, a morte de Ivan se torna um meio de extorsão; para os amigos, uma oportunidade de promoção. Dessa maneira, acentua-se o reflexo das diversas dinâmicas sociais construídas através da exploração como finalidade a conquista, de maneira abstrata, da ascensão social, negando, em última análise, a morte material de um indivíduo próximo.

Gimenes (2014) afirma que, em um contexto burguês, não é surpreendente que a ideia da morte seja cada vez mais afastada da consciência das pessoas. A morte, embora certa para todos, parece se aplicar apenas a um homem abstrato, não a um indivíduo concreto. Dessa maneira, o autor reflete a alienação moderna da morte, percebida como algo distante e irrelevante na vida cotidiana.

Em concordância, Silva (2019, p. 2) argumenta que a obra incorpora “os impasses de uma cultura na qual os sujeitos negam a própria finitude”. Assim, as ações da esposa e dos colegas de Ivan Ilitch representam um movimento de defesa, repressão ou recalque (Volpi, 2008), manifestado como uma repulsa não apenas ao cadáver, mas também ao significado filosófico da morte abordado por Ivan e sua doença. De acordo com Volpi

⁵ “[...] o próprio fato da morte de um conhecido tão próximo despertou como de costume, em cada um que teve dela conhecimento, um sentimento de *alegria* pelo fato de que morrera um outro e não ele” (Tolstói, 2022, p. 22, grifo nosso).

⁶ Termo cunhado por Bauman para delimitar a falta de solidez e constância das relações modernas.

(2008), essa repressão é um movimento de defesa da integridade do Ego ao afastar uma ideia ou percepção do consciente, em virtude da possibilidade de despertar ansiedades.

Logo, essa defesa é um mecanismo psicológico que protege os indivíduos do confronto direto com a realidade da mortalidade, promovendo a negação da morte como uma maneira de lidar com o medo existencial. Destaca-se, então, como Tolstói, por sua vez, produziu ao longo de décadas obras literárias que tentam discutir o sentido da existência, problematizando as relações sociais, como evidenciado na obra analisada (Silva, 2019).

Por certo, o verdadeiro veneno é a indiferença das pessoas, refletida em suas relações, não apenas na doença de Ivan Ilitch (Oliveira, 2015). Conforme a autora, Tolstói, seguindo a visão de Marx e Engels, retrata o personagem em todas as suas angústias, revelando o caráter desumano de sua vida e a essência do homem. Além disso, Oliveira (2015) destaca que, por intermédio de um realismo crítico, Tolstói mostra a inutilidade da vida de Ivan diante da certeza da morte; por conseguinte, a personagem não entende a morte e questiona sua própria existência e finalidade.

A proximidade com a morte, segundo não somente a obra de Tolstói, como também as reflexões de Oliveira (2015), suscita dúvidas sobre o que é a existência. Em meio ao ápice da angústia em sua vida, Ivan reavalia suas relações, percebendo a crescente indiferença gerada pelo modo de vida que levava. O retrato desse homem exemplifica muitos outros que adotaram os mesmos hábitos: deixaram a família de lado, focaram no que a sociedade esperava e no que deveria ser feito. O ápice da infelicidade de Ivan resulta, em sua maioria, de não seguir seus próprios desejos, mas sim de atender às expectativas impostas pela sociedade.

3. Temor da finitude

Conforme a narrativa progride, Ivan se torna o desconhecido, o leproso, a personificação da finitude da vida e a morte tão próxima de cada um. Assim, tal como supracitado, o movimento de defesa realizado pelas personagens captura suas emoções de temor e ansiedade. Baptista, Carvalho e Lory (2005) afirmam que, do ponto de vista das teorias das emoções, o medo é considerado como uma emoção básica, presente universalmente, enquanto a ansiedade é uma combinação de emoções, na qual o medo é predominante.

Desse modo, o que o autor argumenta está em consonância com o que se concebe sobre o medo como uma emoção básica, presente em todas as idades, culturas, raças e espécies, enquanto a ansiedade é um misto de emoções, em que o medo prevalece. Segundo Costa (2022), quando o ser humano é confrontado com a possibilidade de sua própria morte ou da morte de alguém próximo, o tema torna-se altamente sensível. Logo,

a consciência da morte traz a angústia da finitude e pode provocar sensações de medo e ansiedade.

Entende-se, dessa forma, o medo como uma reação primordial, uma resposta à possibilidade de ferimento ou fim, algo que o inconsciente reconhece como perigoso para si. Costa (2022) concorda com essa ideia, acrescentando uma noção de sensibilidade e intimidade ao reconhecer que a consciência da morte traz a angústia da finitude e pode gerar sensações de medo e ansiedade, pois, quando confrontado com a possibilidade de morte própria ou de alguém próximo, o ser humano enfrenta uma grande sensibilidade. Sendo assim, a consciência da morte traz angústia, medo e ansiedade.

Portanto, a proximidade das outras personagens com Ivan, um moribundo, evidencia o contraste entre a existência ilusoriamente infinita e a verdade crua da finitude, tornando-se uma tarefa árdua que elas evitam, consciente ou inconscientemente. A doença mortal de Ivan, sobre a qual todos evitam falar a verdade, reflete a disposição descrita por Bousso *et al.* (2011), que afirmam que a doença causa sofrimento e desencadeia a busca por significados na tentativa de compreender uma experiência tão avassaladora. Esses significados são moldados, segundo os autores, pelas crenças e estão inseridos em histórias de fé e compreensão do sagrado. Isso leva Ivan a se aproximar de um teor religioso à medida que se sente mais angustiado e próximo da morte.

Todavia, retornando ao temor, Bellato e Carvalho (2005) ressaltam que o terror sobre a morte, presente desde sempre na humanidade, reflete-se na dor do funeral, no medo da decomposição do cadáver e na obsessão pela morte, todos derivados do que os autores pontuam sobre a perda da individualidade⁷. Dessa maneira, as personagens, incrustadas em suas próprias vidas, preferem rejeitar Ivan como um movimento de evasão da possível dor, deixando-o sozinho.

Seguindo um parâmetro cronológico, percebe-se que, no século XII, o homem reconhece sua própria morte, enquanto, no século XVIII, a morte é percebida principalmente como a do outro (Souza, 2009). Esse evento, segundo o autor, é visto como uma violação da vida cotidiana, uma ruptura e um interdito, reafirmando a ameaça à prosperidade coletiva. Incapazes de impedi-la, os indivíduos optam por silenciá-la (Souza, 2009). Isto posto, demonstra-se como o afastamento provocado pelo temor à morte se liga com a centralidade de cada indivíduo; a evasão de qualquer mudança que afete o ciclo social estabelecido. Bezerra (2010) investiga que, na obra russa de Tolstói, há uma

⁷ O que se entende de complexo da perda da individualidade, de acordo com Volpi (2008), é um complexo traumático que leva ao 'traumatismo da morte'. A violência desse trauma, que nega a individualidade, resulta em uma afirmação intensa da individualidade, seja diante da própria morte ou da morte de um ente querido. À vista disso, a individualidade que se revolta contra a morte afirma sua própria imortalidade (Bellato; Carvalho, 2005).

alienação causada pelo excesso burocrático do movimento da morte em cada uma das personagens: aos colegas, um movimento em um jogo social⁸; à esposa, dinheiro.

Conforme Bezerra (2010), o corpo do marido está sendo velado enquanto a esposa tenta extorquir dinheiro na sala ao lado. Tolstói coloca, assim, a família de Ivan Ilitch no mesmo sistema de valores que seus colegas burocratas. Ainda nas palavras de Bezerra (2010), família e burocracia compartilham um ciclo de valores e de morte, no qual Ivan Ilitch se sacrificou em vida, refletindo o que o autor investigou como proveniente da relação com a morte enquanto indicador do caráter de uma civilização.

A partir das palavras de Oliveira (2015), podemos compreender que os escritores, ao expressarem suas visões de mundo, revelam implicitamente sua ideologia, que está intrinsecamente ligada ao contexto histórico, singular e pessoal. Eles transmutam a realidade por meio da palavra, seja em prosa ou verso, concretizando suas abstrações e, conseqüentemente, refletindo as nuances e complexidades de sua época. Supõe-se, ainda, que, na natureza humana, o que há além seja um nada crescente, a inexistência da consciência. Por essa razão, a busca ávida por uma resposta, um reconforto, torna-se uma constante. Qualquer tipo de segurança, até mesmo ilusória, satisfaz Ivan em seus últimos momentos.

4. A resolução

A negação da existência divina impõe aos seres, segundo o Existencialismo de Sartre, a responsabilidade por suas vidas. Tendo “matado” Deus⁹, o humano fica sozinho, relegado à vastidão da existência. Bellato e Carvalho (2005) afirmam que, confrontados com a temporalidade da vida, os humanos resistem à noção de sua finitude, buscando alívio para o paradoxo existencial entre vida e morte.

Como Primo Levi (1988) reflete, a natureza humana vai contra qualquer tipo de infinito¹⁰. Nesse sentido, inspirado pela interpretação de Bellato e Carvalho (2005) da frase de Levi, supõe-se que o alívio paradoxal para Ivan venha no instante em que ele tem um contato direto com o que percebe como uma divindade nos momentos finais de sua existência.

O fim é, de fato, doloroso. Contudo,

A vida, uma série de tormentos em crescendo, voa cada vez mais veloz para o fim, para o mais terrível dos sofrimentos [...] Estremecia, mexia-se, queria opor-se; mas já sabia que não se podia opor resistência, e novamente, com olhos cansados de fitar, mas impossibilitados de não olhar

⁸ “[...] a morte de um burocrata é mero deslocamento de uma peça no mórbido xadrez da burocracia” (Bezerra, 2010, p. 138).

⁹ Termo proveniente de Nietzsche e sua ideia de Super-Homem.

¹⁰ Levi (1988, p. 15).

aquilo que estava diante deles, fitava as costas do divã e esperava: esperava essa terrível queda, empurrão e aniquilamento (Tolstói, 2022, p. 70).

A aproximação da morte torna Ivan melancólico e temeroso. Simultaneamente ao seu ato de recapitulação do passado, ele adquire arrependimento por suas escolhas, pois nelas percebeu uma influência maior da sociedade em comparação com sua real vontade. Tanto que a infância é seu lugar de maior apreço pela liberdade a que estava sujeito. Seu sofrimento, mais do que físico, é moral¹¹. Dessa maneira, a aceitação transposta no trecho supracitado denota o que Bellato e Carvalho (2005) descrevem como uma das escolhas que o ser humano contemporâneo escolhe em meio ao paradoxo do consumo sobre sua própria morte: em vez de fingir que não existe e assumir a atitude do interdito, como sua esposa e colegas, ele a reduz a uma insignificância necessária para o ciclo da vida e, de fato, foi com a proximidade da finitude que mais se sentiu vivo.

Bouso *et al.* (2011) observam que as crenças religiosas e/ou espirituais oferecem possibilidades para dar significado e responder às perguntas existenciais que surgem diante da doença e da iminência da morte. O protagonista da obra, após um acidente doméstico, é levado a refletir sobre a proximidade com a morte e a fragilidade da vida: a queda foi suficiente para levá-lo ao estado em que se encontra. Ao revisitar sua existência, Ivan percebe quão superficial foi consigo mesmo ao seguir as expectativas que a sociedade impunha.

Por conseguinte, sua fuga, similar àquela de sua esposa e colegas diante da marca da morte, é uma fuga de seu próprio passado. Seu encontro com o fim o desperta para uma busca pelo verdadeiro significado da vida, encontrado apenas em sua infância (Bezerra, 2010). Naquele tempo, ainda alheio à hierarquia social, Ivan mergulhava no conforto familiar da inocência. Todavia, à medida que se envolvia mais com a burocracia, sua alma parecia perder a vitalidade que alimentava sua essência original, sendo gradualmente dominada pelo formalismo vazio e desumano do ambiente jurídico, sufocando sua capacidade de expressar afetividade (Bezerra, 2010) e evidenciando a alienação do indivíduo.

Sodré e Silva (2020) argumentam que Ivan Ilitch não era religioso e, portanto, não usava argumentos religiosos para lidar com a angústia da finitude. Nas observações dos autores, Ivan enfrenta a morte como algo externo que lhe rouba a vida, semelhante a um ladrão, percebendo sua vida como se fosse infinita. Assim, apesar dessa alienação e do despertar para a busca do verdadeiro significado da vida, que o leva a confrontar angústias sobre sua própria existência, Ivan parece negar a morte ao exteriorizá-la. Esse movimento de fuga, amplamente observado pelos indivíduos ao seu redor, é

¹¹ Tolstói (2022, p. 71).

caracterizado, conforme exposto, como uma forma de morte covarde. No entanto, nos momentos finais, Ivan Ilitch encontra paz na divindade e na percepção do impacto de sua morte sobre seu filho mais novo, que está atormentado pela iminente perda do pai.

5. Considerações finais

A obra *A Morte de Ivan Ilitch*, de Liev Tolstói, é uma reflexão contundente sobre a alienação e a objetificação do ser humano na sociedade burguesa e burocrática. Tolstói utiliza a trajetória de Ivan Ilitch para expor as profundezas do medo da finitude e da inexistência, mostrando como a negação da morte se manifesta nas relações sociais e pessoais. O afastamento das personagens do moribundo não é apenas um reflexo do medo da morte, mas uma defesa psicológica contra a confrontação com a própria mortalidade. A indiferença dos colegas e da família de Ivan Ilitch exemplifica a desumanização e a alienação que permeiam a sociedade, na qual a morte de um indivíduo é vista como uma oportunidade de ascensão e ganho material.

O percurso de Ivan Ilitch, desde a negação até a aceitação de sua morte, destaca a busca por um significado mais profundo da vida diante da inevitabilidade da morte. A aproximação da morte força Ivan a reavaliar suas escolhas e a reconhecer a superficialidade de sua existência, influenciada pelas expectativas sociais e pela busca incessante por posição e aprovação. Sua busca final por consolo na religiosidade e na reflexão espiritual representa uma tentativa de encontrar paz e significado em meio ao sofrimento e à incerteza.

Portanto, a narrativa de Tolstói não apenas critica a sociedade de sua época, mas também levanta questões universais sobre o sentido da vida e a inevitabilidade da morte. A alienação do indivíduo, a negação da morte e a busca por respostas existenciais são temas que ressoam profundamente até na sociedade contemporânea. A obra de Tolstói permanece relevante, incitando uma reflexão crítica sobre as escolhas de vida, a desumanização nas relações sociais e a necessidade de encontrar um propósito mais profundo em face da mortalidade. Em última análise, *A Morte de Ivan Ilitch* nos lembra que a verdadeira compreensão e aceitação da morte podem levar a uma vida mais autêntica e significativa.

Referências

BAPTISTA, Américo; CARVALHO, Marina; LORY, Fátima. O medo, a ansiedade e as suas perturbações. *PSICOLOGIA*, Lisboa, v. 19, n. 1/2, p. 267-277, 2005. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/psi/v19n1-2/v19n1-2a13.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

BELLATO, Rosenehy; CARVALHO, Emília Campos de. O jogo existencial e a ritualização da morte. *Revista latino-americana de enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 99-104, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/Kvkkykz3YyhKMdKKN7ssv8S/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BEZERRA, Paulo. Alienação a auto-imolação em *A morte de Ivan Ilitch. Fragmentos*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-149, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/download/30465/25288>. Acesso em: 24 dez. 2022.

BOUSSO, Regina Szylyt et al. Crenças religiosas, doença e morte: perspectiva da família na experiência de doença. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, [S.l.], v. 45, n. 2, p. 397-403, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/psw7FnrNF3wPMbw5cZ5Fv7h/?lang=pt>. Acesso em: 24 dez. 2022.

COMBINATO, Denise Stefanoni; QUEIROZ, Marcos de Souza. Morte: uma visão psicossocial. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 11, n. 2, p. 209-216, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/PfSWjx6JP7NQBWhcMBXmnyq/?lang=pt>. Acesso em: 24 dez. 2022.

COSTA, Cláudia Sofia Teixeira da. *Medo do Fim: A intolerância à incerteza como mediadora entre a Ansiedade face à morte e a Compra por pânico*. 2022. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia das Organizações, Social e do Trabalho) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, S/C, 2022. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/141605/2/566684.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

GIACOMIN, Karla Cristina; SANTOS, Wagner Jorge dos; FIRMO, Josélia Oliveira Araújo. O luto antecipado diante da consciência da finitude: a vida entre os medos de não dar conta, de dar trabalho e de morrer. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 18, n. 9, p. 2487-2496, 2013. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2013.v18n9/2487-2496/pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GIMENES, Max Luiz. Iminência da morte e busca pelo sentido da vida em *A morte de Ivan Ilitch. Humanidades em diálogo*, [S.l.], v. 6, n. N/A, p. 73-87, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106260>. Acesso em: 7 out. 2022.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução por Luigi Del Re. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1988.

OLIVEIRA, Vanderléia da Silva. A representação das relações humanas em *A morte de Ivan Ilitch*, de Liev Tolstói. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, [S.l.], v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/1199>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, Rafael Lucas Santos da. Entre a finitude e a autenticidade: o ser-para-a-morte como indicativo de uma existência autêntica em “A morte de Ivan Ilitch”, de Liev Tolstói. *Scriptorium*, [S.l.], v. 5, n. 2, p. e33203-e33203, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/scriptorium/article/view/33203>. Acesso em: 26 dez. 2022.

SODRÉ, Ícaro Ryad Andrade; SILVA, Larissa Felix da. *A morte de Ivan Ilitch, uma ótica fenomenológico-existencial sobre a finitude*. 2020. Monografia (Graduação - Bacharelado em Psicologia) - Centro Universitário AGES, Paripiranga, 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16004>. Acesso em: 24 dez. 2022.

SOUZA, Christiane Pereira. A morte interdita: o discurso da morte na História e no documentário. *Doc On-line: Revista Digital de Cinema Documentário*, Campinas, v. N/A, n. 7, p. 17-28, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4007085.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

TOLSTÓI, Liev. *A Morte de Ivan Ilitch*. Tradução por Boris Schnaiderman. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2022.

VOLPI, José Henrique. *Mecanismos de defesa*. Artigo do curso de Especialização em Psicologia Corporal. Curitiba: Centro Reichiano, 2008. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/artigos/Artigos/Mecanismos%20de%20Defesa.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

WERLE, Marco Aurélio. A angústia, o nada e a morte em Heidegger. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 97-113, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/JLXMqcxLdXLsBdmwKwFbTHg/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

Recebido em 08 de março de 2023
Aceito em 13 de julho de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Afasia e Demência: complicações no acesso lexical de pacientes com Alzheimer

Aphasia and Dementia: Lexical Access Complications among Patients with Alzheimer's Disease

Bárbara Maria da Silva Alves*

Resumo: O presente trabalho busca discutir como a Doença de Alzheimer (DA) afeta linguisticamente seus pacientes no que se relaciona ao acesso lexical. Para isso, inicialmente, através de uma pesquisa bibliográfica e por meio do método hipotético-dedutivo (Köche, 2011), faz-se um breve relato acerca da história dos estudos linguísticos em pacientes com DA. Em seguida, compara-se duas teorias, uma pertencente à Neurociência da Linguagem, o Localizacionismo, e a segunda, à Psicologia, sendo esta a relação Pensamento/Linguagem elucidada por Vygotsky (1991, 2000). Ademais, tem-se como objetivo apontar como o acesso às classes gramaticais é afetado durante o desenvolvimento da patologia. Dessa forma, após a realização da pesquisa, constata-se que a DA, por ser relativamente nova, descoberta no início do século passado, não tem suas causas identificadas. Todavia, é apresentada uma sintomatologia – como a anomia – relacionada aos déficits linguísticos, os quais, além de não serem vistos com importância para os estudos associados à doença, mesmo sendo presentes desde o início da mesma, muitas vezes, são analisados de maneira destacada da patologia, com o uso da teoria Localizacionista, não se estudando as relações intrínsecas existentes entre a Linguagem e os processos cognitivos. Outrossim, identifica-se, com o auxílio dos estudos de Alegria (2013), as diferenças simbólicas entre os processamentos das diferentes classes gramaticais. Além disso, conclui-se a falta de referências bibliográficas nacionais sobre o assunto, uma vez que são escassas as pesquisas sobre a problemática com o uso do Português Brasileiro.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer; Afasia Lexical; Processamento de Léxico; Neurociência da Linguagem.

Abstract: The following article discusses how Alzheimer's Disease can affect the linguistic capabilities of those living with the illness and the effects related to lexical access. Firstly, through the use of the hypothetico-deductive model (Köche, 2011) and with bibliographic research this work conducts a brief historical account of the linguistic studies done with patients suffering from Alzheimer's. Next, a comparison between two theories is made, one belonging to the Neuroscience of Language, Localizationism, and the second comes from Psychology, mainly the relationship connecting Thought and Language described by Vygotsky (1991, 2000). Furthermore, the main objective is to indicate how the access to the word classes is altered during the development of the pathology. After the completion of this research, it's evident that AD, which is relatively new and discovered at the beginning of the previous century, doesn't have its causes identified. However, it's observable that the symptoms are strictly connected to linguistic deficit — such as anomia — which, in addition to not being seen as relevant for the studies related to the disease, despite being part of the investigation since the beginning, many times those cases are analyzed in a manner that alienates them from the pathology, using the Localization Theory, without studying the intrinsic relationships between Language and the cognitive processes. Moreover, with the help of studies by Alegria (2013), it's possible to identify symbolic differences between the processes of distinct word classes. What's more, it has been concluded that there is a lack of national bibliographical references on the subject, since research on this issue with the use of Brazilian Portuguese sources is very scarce.

Keywords: Alzheimer's Disease; Lexical Aphasia; Lexical Processing; Language Neuroscience.

* Graduada em Letras - Português/Literaturas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Instituto Multidisciplinar, UFRRJ-IM, Nova Iguaçu, RJ, Brasil. E-mail: balves.ufrrj@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9266-4271>. DOI: <https://doi.org/10.51359/1984-7408.2024.258326>. O presente trabalho é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof^a. Dr^a. Milena Uzeda Garrão.

1. Introdução

Com o aumento da expectativa de vida nas próximas décadas, tornam-se necessários estudos sobre as patologias cujas manifestações ocorrem, principalmente, em idosos. Dentre estas, encontra-se a Doença de Alzheimer (DA), demência caracterizada por alterações neurais (Alegria, 2013) e, conseqüentemente, por pelo menos dois déficits cognitivos relacionados à memória, à afasia¹ (supressão da linguagem), à agnosia (dificuldade em reconhecer e nomear objetos) ou às alterações da função executiva do cérebro responsável pelo pensamento abstrato (Araújo *et al.*, 2015).

Apesar de a DA possuir variados sintomas em suas diferentes etapas, geralmente são observadas dificuldades em diferentes níveis linguísticos causadas pela doença, sendo estas, inclusive, um dos sinais iniciais da patologia. Sendo assim, o presente artigo busca analisar como o acesso lexical² de pacientes com Alzheimer é comprometido pela doença, observando a ocorrência da afasia lexical nesses indivíduos a fim de identificar a perda ou o comprometimento do acesso ao léxico, devido às alterações cognitivas desencadeadas pela doença, e como tal afasia afeta às classes gramaticais durante o desenvolvimento do Alzheimer.

Para isso, observamos: i) a relação entre a DA e a linguagem; ii) o modo como o acesso lexical do paciente com Alzheimer é comprometido pela doença, com base na Teoria Localizacionista e pela relação Pensamento/Linguagem estipulada por Vygotsky e iii) se as classes gramaticais são diferentemente atingidas pela enfermidade, utilizando os escritos de Alegria (2013) e Kwong (2015).

Para apoiar esta pesquisa, foram utilizadas duas teorias, a primeira pertencente à Neurociência da Linguagem ou Localizacionismo, área que pesquisa as relações estruturais e funcionais entre cérebro e linguagem (Caetano, 2023), e a segunda relativa à Psicologia, sendo a teoria Pensamento/Linguagem do psicólogo russo Lev Vygotsky. O presente trabalho é uma pesquisa do tipo bibliográfica e faz uso do método hipotético-dedutivo para comparação das duas teorias que dão suporte ao trabalho na busca de suas relações causais (Köche, 2011).

Inicialmente, tomou-se como base as pesquisas de Lima e Cury (2006) e Pinker (1999) acerca da existência da localização cerebral da atividade linguística. Em seguida, os estudos de Vygotsky (1991, 2000)³, Luria (1981) e Noguchi (2012 [1997], 1997), teóricos que assumem a linguagem como um ponto central do funcionamento psíquico superior

¹ Toma-se como afasia as alterações de linguagem causadas por lesões cerebrais, como AVCs ou tumores, as quais comprometem a linguagem em todas as suas modalidades (fala ou escrita). Além disso, as afasias podem se relacionar com alterações cognitivas, como a memória e a atenção (Pinto, 2012).

² Neste trabalho, parte-se do conceito de léxico como os elementos que adquirimos durante os enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal (Bakhtin, 1997 [1929], *apud* Pinto; Cruz, 2012).

³ Utilizam-se, neste trabalho, versões revisadas. Ambos originais foram lançados em 1939, após o falecimento do autor em 1934.

(encarregado pela memória, pela percepção visual e pelos processos de significação, por exemplo), tendo a língua a capacidade de interferir e modificar os diferentes processos cognitivos, ao mesmo tempo em que é atingida devido às alterações destes.

Isso posto, neste estudo, busca-se a ampliação do conhecimento linguístico, mais precisamente, sobre o domínio lexical envolvendo a DA e, conseqüentemente, o auxílio para o tratamento adequado aos pacientes, uma vez que tal faculdade mostra-se como um ponto agudamente afetado durante o desenvolvimento da patologia desde o seu início. Logo, faz-se necessária a realização de mais pesquisas sobre o assunto na tentativa de contribuir no reconhecimento de tais sintomas, assim, podendo-se realizar intervenções capazes de auxiliar, ou até mesmo retardar, o avanço do Alzheimer.

2. A DA e as alterações de linguagem

Segundo McKhan *et al.* (2011 *apud* Souza; Teixeira, 2014), denomina-se por demência a síndrome cuja principal característica manifesta-se através de, ao menos, dois declínios de funções mentais, como a memória, linguagem e percepção espaço-visual, que prejudica, de forma progressiva e irreversível, a autonomia do paciente em seu dia a dia.

Entre as demências, encontra-se a DA, que corresponde a cerca de 50 a 75% dos casos de demência diagnosticados em idosos (Araújo *et al.*, 2015). As causas da DA são desconhecidas e seu diagnóstico clínico pode ser definido apenas como provável ou possível, sendo o diagnóstico final realizado somente por meio de exames *post-mortem*. Apesar disso, de acordo com Alegria (2013), muitos especialistas concordam que há a presença de variados fatores para a causa da doença, entre eles: a) alteração no processo de formação celular, b) fatores genéticos, c) hipertensão, d) alcoolismo, e) baixa escolaridade e f) características de estilo de vida – como falta de atividades físicas e de estímulos intelectuais. Ademais, observa-se uma diminuição encefálica, devido à degeneração gradual causada pela patologia, ocasionando lesões em áreas cujos circuitos cerebrais são responsáveis não só pelas memórias semântica, operacional e episódica, mas pela linguagem, interferindo na interação do indivíduo com outros (Alegria, 2013).

Além disso, os pacientes com DA também apresentam alterações neurais, como atrofia, perda de conexão sináptica e morte neuronal que, inicialmente, atingem as áreas temporais mediais do cérebro (córtex entorrinal e formação hipocampal), seguindo para o neocórtex, nas áreas temporal, parietal e frontal (Hyman, 2011 *apud* Souza; Teixeira, 2014). Conforme avança, a doença compromete diferentes funções cognitivas centrais, como a atenção, a memória, a linguagem, a percepção e o aprendizado.

De modo geral, consoante Souza e Teixeira (2014) e Araújo *et al.* (2015), os pacientes com Alzheimer apresentam, em sua fase inicial, amnésia, com progressão na

perda de memória a curto prazo, anomia – fazendo com que o sujeito substitua vocábulos ou opte pelo uso de hiperônimos, por exemplo – e o uso de pleonasmos. No estágio moderado, iniciam-se os danos na memória de longo prazo, além do declínio na habilidade visuoespacial e na compreensão de mensagens comprometendo a autonomia do indivíduo. Já em estado avançado, a DA afeta todas as funções cognitivas, podendo haver rigidez generalizada dos membros, afasia, apraxia, alexia, agnosia e mutismo. Além disso, de acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V (2014), da Associação Americana de Psiquiatria (APA), 80% dos indivíduos com Alzheimer apresentam alterações comportamentais e psicológicas, tornando-se apáticos, depressivos e até mesmo violentos durante o curso da doença.

O tempo de sobrevivência, após o diagnóstico, encontra-se por volta dos 10 anos, tendo algumas exceções com duração de 20 anos (APA, 2014). O falecimento pela patologia, frequentemente, tem como explicação as complicações adquiridas com o seu avanço. Além da sintomatologia supracitada, há uma notória relação entre a DA e a linguagem, devido às alterações do domínio linguístico serem um dos primeiros sintomas apresentados pela doença. Com isso, tal vínculo tornou-se objeto de estudo para vários pesquisadores ao longo das décadas, oferecendo diferentes contribuições para o entendimento do assunto.

2.1. DA e um pouco de história

Em 1907, Alois Alzheimer, neurologista alemão identificador da doença que leva o seu nome, já considerava algumas dificuldades linguísticas (de leitura, escrita e nomeação) como sinais do quadro da DA. Durante muito tempo, a linguagem não teve um papel primordial relacionado à patologia, pois os estudos da época focavam apenas no déficit cognitivo global e nas mudanças mnêmicas dos indivíduos com a DA, não relacionando-os à linguagem. Tal mudança ocorreu, de modo mais profundo, apenas em 1980 com a terceira edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM III (Pinto; Beilke, 2008).

Irigaray *et al.* (1991) apontou que há diferenças entre como os aspectos semânticos e sintáticos são impactados pela DA, para ele, os primeiros são mais comprometidos que os segundos nos estágios iniciais da doença. Conforme Constantinidis e Richards (1985, *apud* Noguchi, 1997, p. 21), na fase inicial da DA a linguagem do paciente é pleonástica e apresenta um empobrecimento vocabular, além de parafasias, ou seja, substituições de palavras ou sons que se quer enunciar por outras palavras e sons até mesmo não existentes, o que mostra o acometimento semântico do indivíduo.

Já para Ducrot e Todorov (1988), há uma dislogia — isto é, uma dificuldade de expressar ideias — na fala do sujeito com DA e isso se dá pela utilização de palavras sem ligações lógicas entre si, que produzem um discurso incoerente. Os pesquisadores então

afirmam que há alterações no estoque lexical, além de dificuldades na compreensão de falas (Ducrot; Todorov, 1988). Nas fases mais avançadas da doença, são observadas alterações sintáticas e fonológicas, as quais corroboram as complicações semânticas já existentes (Murdoch *et al.*, 1987). Por fim, no estágio severo da DA, surgem problemas mecânicos de produção de fala, ecolalia (repetição de palavras e frases ouvidas por outrem), palilalia (repetição de suas próprias palavras) e logoclonia (repetição de sílabas) (Cummings *et al.*, 1985 *apud* Noguchi, 1997).

Devido à importância da linguagem na evolução da DA, ela também é observada nos exames realizados para o diagnóstico da doença, entre eles, o Miniexame de Estado Mental (MEEM), principal instrumento utilizado para a avaliação dos pacientes (Souza; Texeira, 2014, p. 323). Neste, faz-se a aferição, separadamente, das funções cognitivas mais atingidas pela DA — memória, percepção visual e linguagem — sobretudo no que tange à compreensão e à nomeação. A partir disso, é estabelecida uma determinada pontuação para o indivíduo, indicando o seu nível de funcionamento cognitivo.

Assim sendo, observa-se que, no que se relaciona estreitamente à linguagem, são encontradas mudanças em diferentes níveis linguísticos que compõem os discursos dos pacientes — sejam esses níveis fonéticos, sintáticos, lexicais ou semânticos —, afetando de forma progressiva e irreversível suas habilidades comunicativas. Igualmente perceptível, é a importância dada às alterações dos aspectos semânticos afetados logo no início da doença.

Contudo, apesar da contribuição desses estudos para a DA, eles não consideram a relação entre as diferentes funções cognitivas, além de que grande parte dos trabalhos apresentam uma lista sintomática da patologia sem sua organização ou explicação sistemática, mas sim, em alguns casos, com a identificação da localização desses sintomas. A exemplo disso, temos a forma sobre como os autores em geral lidam com a evidência do comprometimento do acesso lexical. Muitos deles apenas listam este assunto como mais um fator sintomático da doença, sem se debruçarem sobre a explicação da dificuldade relacionada ao léxico.

3. Diferentes visões sobre a afasia lexical

3.1. Localizacionismo e acesso de léxico

Segundo Noguchi (1997), as pesquisas realizadas sobre a relação Alzheimer/Linguagem são, predominantemente, Localizacionistas. Nestas, busca-se localizar os déficits causados pela doença de forma isolada, em vez de compreender as explicações e as possíveis relações existentes entre os processos cognitivos atingidos. Tradicionalmente, quando se trata de afasias, como a lexical, assunto do presente trabalho, tal questão torna-se ainda mais perceptível, uma vez que, para cada local de lesão, é classificado um determinado aspecto afásico.

Sobre isso, há mais de um século, realizam-se estudos acerca da relação entre a linguagem e os hemisférios cerebrais. Alegria (2013) afirma que as habilidades linguísticas são majoritariamente realizadas no hemisfério esquerdo (HE) do cérebro, que é tipicamente mais vocacionado para atividades fonéticas, como o ritmo, se comparado ao direito. Além disso, ele é dominante em determinar se sequências de letras são palavras e organizar sintaticamente a compreensão e produção das expressões. Já o hemisfério direito (HD) fica responsável pela compreensão da prosódia e da entonação da fala.

Entre os precursores da Teoria Localizacionista, talvez o mais famoso seja o neurologista francês Pierre Paul Broca. Em 1861, estudando a desorganização linguística de alguns de seus pacientes, ele observou uma área do lobo frontal que é crucial para a realização dos atos motores da fala (Lima; Cury, 2006). Tal área, o terceiro giro frontal inferior do córtex cerebral, ficou conhecida como área de Broca. Nele, há um conjunto de células nervosas responsáveis pela habilidade de ordenação dos fatores encarregados pela fala e para ser diagnosticado com afasia de Broca, o indivíduo deve apresentar:

Produção não-fluente, com articulação pobre; usar fala “telegráfica”, com dificuldade de organização dos constituintes sintáticos da frase (agramatismo); manifestar capacidade de compreensão relativamente preservada, e alterações na capacidade de nomeação e na linguagem escrita (Lima; Cury, 2006, p. 169).

Em 1874, o médico alemão Carl Wernicke identificou uma segunda área responsável pela linguagem; no primeiro giro temporal ascendente do hemisfério esquerdo há um grupo de células cuja função é distinguir os sons da fala. Diferentemente dos pacientes de Broca, os afásicos de Wernicke não tinham dificuldades para produzir e compreender sons, pelo contrário, apresentavam fala fluente, mas sem conteúdo semântico (Lima; Cury, 2006), bem similar às fases iniciais dos pacientes com DA.

Tanto Wernicke quanto Broca, além de serem alguns dos pioneiros no estudo da arquitetura cerebral, foram também responsáveis pela predominância dos estudos localizacionistas até os dias atuais.

Dentro do arcabouço teórico localizacionista nos estudos da relação DA/linguagem, tem-se os estudos de Pinker (1999) como contribuição. Em seu trabalho, o autor compara os aspectos linguísticos causados pela DA e pela doença de Parkinson, em que os pacientes com DA apresentam uma fala gramatical e relativamente fluente, mas com dificuldades de recuperar léxico, o que seria causado pela degeneração das áreas médio-temporal e temporais-posteriores do cérebro, além da preservação das regiões frontais (Pinker, 1999). Em contrapartida, os pacientes com Parkinson, por apresentarem degeneração dos gânglios formadores do córtex frontal, têm como sintoma o agramatismo e menor dificuldade na recuperação de palavras.

Entretanto, apesar das contribuições dos estudos acima, pesquisas mais recentes apontam problemas em relação a eles. Entre elas, está a de Fedorenko (2020 *apud* Cardoso, 2020), cujo mapeamento das atividades cerebrais, com utilização de registros intracranianos, revelou que os processamentos sintáticos não ocorrem apenas na área de Broca, mas também no córtex posterior central. As mesmas áreas são ativadas no processamento de palavras, indicando que a região cerebral responsável pelo processamento sintático é a mesma responsável pelo processamento semântico (Fedorenko, 2020 *apud* Cardoso, 2020). Tal fato demonstra os limites da teoria localizacionista, quando esta é relacionada à linguagem, deixando exposta a cooperação mútua existente entre as diferentes regiões cerebrais, além de desmistificar a ideia de que cada uma destas são responsáveis por processos cognitivos específicos.

3.2. Pensamento e léxico

Em contrapartida ao Localizacionismo, Lev Vygotsky (2000), no início do século XX, elaborou uma teoria de desenvolvimento humano que relaciona o pensamento à linguagem, o autor considera como um equívoco conceber tais funções como independentes e paralelas, colocando as duas como autônomas e isoladas, ou como apenas alguns cruzamentos em determinados momentos de suas trajetórias. Para ele, desde os primeiros estágios de desenvolvimento, a fala introduz uma série de mudanças significativas, “não apenas na sua forma, mas na sua relação com as outras funções mentais” (Vygotsky, 1991, p. 24).

Tal fato é exemplificado pelo próprio autor que disserta acerca de como linguagem e percepção, por exemplo, são interligadas nos estágios mais precoces do desenvolvimento. Com a aquisição de léxico, a criança pode controlar sua atenção, criando centros estruturais dentro da situação vivenciada, reorganizando seu campo visuoespacial e criando um campo temporal, sendo assim capaz de direcionar sua atenção de maneira dinâmica. Por meio dessas construções, o infante consegue combinar elementos visuais com o passado e o futuro, reconstruindo, dessa maneira, a função da memória em seu desenvolvimento, podendo relacionar experiências passadas com o presente segundo seus objetivos. Segundo Vygotsky (2000, p. 28):

Como no caso da memória e da atenção, a inclusão de signos na percepção temporal não leva a um simples alongamento da operação do tempo, mais do que isso, cria as condições para o desenvolvimento de um sistema único que inclui elementos efetivos do passado, presente e futuro.

Dessa forma, pode-se perceber que, para o autor supracitado, a linguagem desempenha um papel fundamental iniciando mudanças qualitativas nas relações entre as funções e sendo um instrumento no desenvolvimento humano, auxiliando, inclusive, na organização do pensamento. Isto posto, a relação pensamento/linguagem é, antes de

tudo, um processo, caracterizado pelo movimento de mão dupla existente entre tais funções e com a introdução da linguagem e da palavra, o pensamento se reestrutura, realizando-se por meio destas variáveis e tornando-se, dessa forma, unitário (Vygotsky, 2000).

Por sua vez, Luria (1981) apresenta um modelo de organização cerebral, intitulado Sistema Funcional Complexo. A partir deste estudo, é afirmado que os processos cognitivos não podem ser considerados como faculdades isoladas com funcionamento próprio, tal qual também assinalam Pinto e Santana (2009). Ademais, Luria (1981) compreende que o sistema cerebral seria baseado em cinco grandes regiões — subcorticais, frontais, parietais, occipitais e temporais — divididas em três grandes blocos (I, II e III), os quais trabalhariam juntos em prol do funcionamento mental. As funções superiores, como a linguagem, percepção e memória, não estariam diretamente “localizadas” em uma determinada área no cérebro, mas sim a partir da união de um grupo de estruturas cerebrais, que trabalham em conjunto, cada uma dando sua contribuição para o funcionamento dessa função superior (Luria, 1981).

Dessa forma, ainda de acordo com Luria (1981), o Bloco I é formado pelas estruturas do subcórtex e tronco cerebral, responsáveis pela seleção de estímulos, estado de vigília e regulação do tônus cortical, auxiliando no trabalho cerebral e mental. No Bloco II, encontram-se os lóbulos occipital, temporal e parietal, regiões laterais do neocórtex, e sua função reside na recepção, síntese e registro de informações. Por último, o Bloco III consiste nos lóbulos frontais, localizados nas laterais do neocórtex, sendo responsável por aspectos como programação e verificação das atividades cerebrais (Pinto, 2012).

No que toca diretamente à afasia lexical, Luria (1981) defende que o léxico é um elemento importante da fala expressiva — codificação do esquema de fala que será executado por meio da fala interna⁴. De acordo com o autor, há algumas condições para que haja a nomeação adequada dos seres, sendo estas: um nível suficiente de percepção visual (atividade localizada nas zonas têmporo-occipitais do HE), ao perder a precisão da visão, por exemplo, o sujeito perderia a exatidão de sua função óptica, a qual o auxilia a nomear seres; a integridade da estrutura acústica precisa da fala (região temporal esquerda), como um distúrbio de organização fonêmica; a descoberta do significado apropriado (zonas corticais terciárias do HE), em meio a todas as alternativas de significados da mesma palavra, ou até mesmo de outras; e a mobilidade dos processos nervosos (zonas inferiores da área pré-motora, área de Broca), responsável pelo não “congelamento” do nome encontrado pelo indivíduo e para que este não o esqueça, passando com facilidade para outro nome.

⁴ A fala interna tem apenas a função de organizadora de ações, não tendo função comunicativa (Bernardes, 2008).

Depreende-se, portanto, que o teórico relaciona alguns processos mentais ao acesso lexical. Segundo Luria (1981), para acessar o léxico e conseguir nomear adequadamente os seres, é necessário a visão, a audição, o pensamento (na questão do significado) e os nervos. Parte dessa relação é relatada por Noguchi (1997). Ao verificar se idosos com processamento neuronal típico, sujeitos afásicos e pacientes com DA conseguiam interpretar corretamente algumas figuras apresentadas a eles, o autor concluiu que a relação entre os processos cognitivos e a significação fica deturpada nos pacientes com DA.

Tal conclusão se deu a partir do fato de que os dois primeiros grupos conseguiram interpretar a figura devido à relação entre linguagem e percepção visual não estar afetada, apesar do avanço da idade dos indivíduos. Todavia, o mesmo não ocorreu com os pacientes de Alzheimer. Nestes, não há apenas um somatório de sintomas, como é relatado na maioria das pesquisas, mas também alteração da relação entre os processos cognitivos descritos por Luria.

4. Doença de Alzheimer, afasia lexical e classes gramaticais

Alegria (2013) constata que, do ponto de vista quantitativo, o léxico apresenta mudanças significativas durante o desenvolvimento da DA. A pesquisadora, ao comparar idosos não demenciais com pacientes nas fases leve e moderada, chegou à conclusão de que todos os participantes possuíam cerca de 51% de seu léxico total resguardado, o que indica que, ao menos, o léxico básico é algo comum a todos os pesquisados. Todavia, quando se contrasta apenas os pacientes de Alzheimer nas fases supracitadas, verifica-se que os pacientes que apresentam quadro moderado possuem menor número de léxico total quando comparados aos pacientes com quadro leve. Ainda, segundo a autora, há uma diferença observável sobre como as classes gramaticais são afetadas pelas alterações cognitivas da DA.

Aqueles com quadro moderado, por exemplo, não apresentaram menor uso de substantivos comuns, próprios, abstratos, concretos, mas foi perceptível a dificuldade do grupo em utilizar substantivos vivos (nomeando seres vivos) e não-vivos (nomeando seres inanimados), quando comparado aos idosos não diagnosticados com a demência e com os pacientes com quadro leve. Isso ocorre devido às diferentes exigências do sistema linguístico que, durante as fases da doença, apresenta certa dificuldade na nomeação de animais e na preservação de nomes de seres inanimados, enquanto afeta consideravelmente os nomes próprios (Chan *et al.*, 2001; Cornil; Pillon, 2003; Drucks *et al.*, 2006; Gonnermann *et al.*, 2003; Joubert *et al.*, 2010 *apud* Alegria, 2013).

Além disso, pacientes com quadro moderado fazem mais uso de verbos lexicais e auxiliares do que aqueles com quadro leve. Para Alegria (2013), esse fenômeno acontece devido à preservação da memória de longo prazo, ainda não atingida pela doença nas

fases iniciais. Já de acordo com Grossman (2008), os verbos na DA ficam mais difíceis de serem acessados por expressarem ações, o que dificulta o significado imagético da palavra, além de serem localizados na parte frontal do encéfalo, área comprometida pela doença.

Em relação às outras classes gramaticais, Alegria (2013) chega às seguintes conclusões: Não foi observada diferença no número da porcentagem de adjetivos usados pelos diferentes grupos pesquisados. Na análise dos *corpora* (cada um pertencente a um grupo estudado), os idosos não demenciais indicaram uma média de 10% de uso de adjetivos, enquanto os grupos de quadro leve e moderado de Alzheimer apresentaram cerca de 9% e 10%, respectivamente. Dentre os exemplos de adjetivos utilizados pelos pesquisados, podemos citar as frases “eu nunca precisei viver *doente*.”, falada por um idoso sem a patologia, “minha saúde está *equilibrada*.” usada por um paciente com quadro leve e “estou ficando *velha*.”, colocada por um paciente de quadro moderado.

Já a classe de advérbios, estatisticamente, foi mais utilizada pelos pacientes com quadro moderado do que pelo grupo de idosos sem DA. Estes apresentaram uma média de cerca de 6% de uso de advérbios. Já os pacientes com DA em fase leve, 7% e moderada, 8%. Como exemplos, temos as frases “eu *sempre* pego ônibus.”, de um idoso controle; “estamos juntos até *hoje*.”, de um paciente com quadro de Alzheimer leve e “me falou *não coma mais*”, de um paciente com quadro moderado.

No caso dos pronomes, foi verificado um maior uso pelo grupo de pacientes com quadro moderado. No léxico analisado, tal grupo expressou 9% de pronomes, em comparação aos 7,5% dos pacientes com quadro leve e os 6,5% dos idosos com DA. Como exemplos de pronomes citados pode-se pôr: “*eu* nunca precisei viver doente.” do grupo controle de idosos, “*eu* tava lá e encontrei *ela*.”, do grupo de pacientes com quadro leve e “ainda *me* deu vontade” do grupo com DA moderada. Segundo Almor *et al.*, (2009), o aumento do uso de pronomes ocorre em função da memória operacional deficitária. Porém, semanticamente, os pronomes transmitem uma ideia mais genérica quando colocados no discurso.

Dessa forma, far-se-ia maior uso dessa classe gramatical por ela ser a vicária da Língua Portuguesa e ter a capacidade de substituir substantivos (Peixoto Filho, 2021), classe gramatical substancialmente prejudicada pela doença de Alzheimer e adjetivos.

As preposições, por sua vez, são mais utilizadas por parte dos pacientes com quadro moderado. Tal grupo apresentou em seu *corpus* 7% de uso das preposições; enquanto o grupo com quadro leve teve uma porcentagem de 4% e os idosos controle, de 2%. Como exemplos, tem-se: “eu comprei *pra* ela”, de um idoso sem DA; “aí ficamos *para* lá.”, de um paciente com DA em fase leve e “vi passagem dele *por* aqui”, de um paciente

com DA moderada. De acordo com a autora, o aumento se dá, provavelmente, pelo fato de os pacientes se apoiarem nas proposições para construir frases.

As interjeições são mais utilizadas por pacientes moderados. Enquanto o grupo de controle tem sua porcentagem em 0,75%, os pacientes com quadros leve e moderado apresentam respectivamente 1,5% e 1,7%. Tem-se como exemplo de interjeições citadas, as colocadas nas seguintes frases: “*nossa!* fiquei bom.” de um idoso do grupo de controle; “*ah!* não meu avô.” de um paciente com DA leve e “*eh!* por lá” de um paciente com DA moderada. Segundo Alegria (2013), o aumento da utilização de interjeições ocorre pela não preservação das outras classes gramaticais.

As conjunções não sofreram diferenças com o avanço da doença, justamente por serem pouco usadas no Português Brasileiro. Tanto os grupos de idosos sem Alzheimer, como o grupo de idosos com a patologia em fase leve apresentaram uma porcentagem de 1% de conjunções em suas falas. Já o grupo de pacientes em estado moderado, 1,2%. Tem-se como exemplos as conjunções presentes nas frases: “eu vou *porque* eu quero”, de um idoso controle, “*então quando* ele chegou”, de um paciente com DA leve e “*quando* era moço”, de um paciente com DA moderada.

Sobre a classe dos numerais, há uma queda drástica do uso destes em pacientes com DA em fase moderada. A porcentagem de tal grupo se encontra em cerca de 2%, em comparação ao grupo de idosos não demenciais, 3%, e pacientes com quadro leve de Alzheimer, 4%. Para exemplificar, temos as frases: “ela já com o *terceiro* filho”, de um idoso sem a patologia; “tenho *cinco* filhos”, de um idoso com quadro leve da doença e “eu saí do *terceiro* ano do grupo”, do grupo com DA moderada.

Por último, a porcentagem de artigos usados pelos diferentes grupos sofre uma pequena variação. Os grupos controles de idosos com quadro leve de Alzheimer têm a mesma porcentagem, 3%, enquanto o grupo com quadro moderado, 4%. Para exemplificar, tem-se as frases “passar *a* outra fase”, do grupo controle de idosos, “tem *um* neto e *uma* neta”, do grupo com DA leve e “o meu marido faleceu”, do grupo com DA moderado.

Tais diferenças de processamento já foram percebidas por alguns pesquisadores em diferentes línguas, mesmo com indivíduos sem DA. Kauschke e Stenneken (2008 *apud* Kwong, 2015), estudando a língua alemã, concluíram que há um tempo de resposta mais rápido para verbos intransitivos do que para os transitivos, uma vez que estes necessitam de complementação. Além desse ponto, eles perceberam que há uma vantagem no substantivo flexionado que utiliza, de maneira idêntica, seu sufixo para formar outros substantivos e verbos no alemão. Foi observado também que substantivos os quais nomeiam seres vivos e não-vivos, como gato e mesa, não exibiram diferença em seus

processamentos. Assim, vê-se, no estudo dos autores, que houve um foco na influência dos fatores sintáticos, semânticos e morfológicos no acesso ao léxico.

Colombo e Burani (2002 *apud* Kwong, 2015), analisando o italiano, discorrem sobre como os verbos são mais complicados de processar por sofrerem mais flexões que os substantivos, por terem seus sentidos mais abstratos e serem adquiridos mais tardiamente. Ademais, verificou-se que o contexto, a idade da aquisição e frequência do radical são elementos decisivos para o processamento das palavras. Nesse estudo, vê-se que há um enfoque maior nos aspectos morfossintáticos, morfológicos, semânticos e extralinguísticos na análise.

Kwong (2015), utilizando a Língua Chinesa, que não tem morfologia flexional, e considerando estudos anteriores os quais verificaram os variados fatores relacionados ao acesso lexical - dentre eles a frequência da palavra, a familiaridade do sujeito com esta, a imageabilidade do sentido expreso, a polissemia, o contexto, a complexidade visual e a idade de aquisição - verificou que há um diferencial no processamento psicológico de substantivos e verbos, sendo aqueles mais fáceis de serem processados do que estes. O experimento consistiu em separar um grupo de jovens da Universidade de Hong Kong e analisar isoladamente como aspectos morfossintáticos e semânticos (questões de imageabilidade) influenciam na decisão lexical de substantivos e verbos quando comparados com adjetivos.

O autor concluiu que o substantivo tem uma grande vantagem em relação ao processamento das classes gramaticais citadas. Isso ocorre porque eles são mais frequentes na fala dos indivíduos, o que influencia no tempo de resposta cerebral (TR), tornando-os mais rápidos de serem processados se comparados aos verbos e aos adjetivos. Tal vantagem se torna tão nítida ao ponto de os substantivos menos frequentes terem o TR equivalente aos verbos de alta frequência. Até mesmo quando organizados em pares, verbos e substantivos derivados desses verbos, como no caso das palavras ouvir-ouvinte, os últimos apresentaram mais facilidade de processamento que os primeiros.

Com o objetivo de complementar sua pesquisa, Kwong (2015) adicionou os adjetivos para auxiliar na análise dos aspectos semânticos no processamento lexical. Para o autor, as palavras pertencentes a tal classe gramatical têm seus sentidos muito mais imagéticos e menos padronizados do que os verbos por serem baseados em julgamentos pessoais e significarem características. Por exemplo, existe uma certa padronização no significado de “comer”, enquanto não há um padrão de significação para considerarmos algo “agradável”. Dessa forma, com a comparação entre as classes, foi verificado que os adjetivos apresentam o mesmo tempo de resposta dos verbos, indicando que fatores semânticos não intervêm diretamente no processamento de léxico.

Sendo assim, unindo os estudos supracitados com o de Alegria (2013), pode-se ver que, mesmo em sujeitos sem DA, há diferenças simbólicas no que se relaciona ao processamento lexical das classes gramaticais. Entretanto, nos pacientes com Alzheimer, por exemplo, apesar de os substantivos serem acessados mais rapidamente por indivíduos saudáveis, há uma notável dificuldade no acesso do léxico responsável pela nomeação de seres vivos e inanimados. Já no que tange aos verbos e adjetivos, observa-se que mesmo os jovens têm mais dificuldade em processar tais classes, o que é acentuado com o avanço da idade e com o desenvolvimento da DA. Após a pesquisa bibliográfica realizada, percebeu-se que há a necessidade de que mais estudos sobre o assunto sejam realizados para maiores esclarecimentos.

5. Considerações Finais

A DA é uma patologia relativamente nova, descoberta no início do século XX. Devido a isso, suas causas ainda não foram identificadas, e para o seu diagnóstico são utilizados, além de exames de imagem, uma sintomatologia, como a anomia — dificuldade de nomeação —, que, em vários momentos, destaca como característica da DA os déficits causados na linguagem presentes desde as fases iniciais da doença e contribuidores na sua identificação. Desse modo, tornam-se necessários estudos que relacionem mais intrinsecamente a linguagem ao Alzheimer, não só para auxiliar no diagnóstico, mas também para a compreensão clínica e científica.

Utilizar uma teoria, como a Localizacionista, que, apesar de contribuir para o entendimento da doença, apresenta algumas lacunas (como a não observação de que há uma relação entre os diferentes déficits cognitivos desencadeados pela DA e a busca apenas da localização de cada sintoma, não explicando e organizando sistematicamente a sintomatologia da doença), significa limitar o conhecimento que se poderia ter acerca do Alzheimer. Seguir tal fundamentação teórica é não relacionar os diferentes processos cognitivos, como a visão e a linguagem, os quais são atingidos em conjunto durante o avanço do Alzheimer e que, de acordo com estudos mais recentes, como o de Luria (1981) e Noguchi (1997), estão relacionados à capacidade de nomeação e acesso lexical.

Além disso, majoritariamente, não se dá à linguagem a importância que ela tem no processamento psíquico humano, conforme mostrado por Vygotsky (1991, 2000). A linguagem é tratada apenas como mais um “sintoma” da DA, não correlacionando a evolução dos déficits cognitivos da doença com os déficits da linguagem.

No que tange às classes gramaticais e o Alzheimer, durante a pesquisa bibliográfica deste trabalho, ficou perceptível a dificuldade de se encontrar referências bibliográficas nacionais sobre o acesso e o processamento lexical. Tal fato decorre novamente da não importância dada à linguagem quando relacionada à patologia. Entretanto, estudos, como o de Alegria (2013), contribuem enormemente para o entendimento do avanço da doença

e de como os itens lexicais são por ela afetados. Assim, futuros trabalhos sobre a temática devem ser realizados em território nacional, com o uso do Português Brasileiro para auxiliar na compreensão do tema.

Referências

ALEGRIA, Renné Panduro. *Análise de itens lexicais do discurso oral do paciente com doença de Alzheimer*. 2013. Tese (Doutorado em Neurociências e Comportamento) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/T.47.2013.tde-24052013-145828. Acesso em: 04 abr. 2022.

ALMOR, Amit *et al.* A Common Mechanism in Verb and Noun Naming Deficits in Alzheimer's Patients. *Brain and Language*, [S. l.], v. 3, n.1, p. 8-19, out. 2009.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, Aline Menezes Guedes Dias de *et al.* Linguagem em idosos com doença de Alzheimer: uma revisão sistemática. *Revista CEFAC*, v. 17, n. 5, p. 1657-1663, 2015.

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. Transformação do pensamento e da linguagem na aprendizagem de conceitos. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 26, p. 67-85, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jul. 2022.

CAETANO, Allan Felipe Rodrigues. *Neurônios espelho e seus reflexos sobre a neurociência da linguagem*. 2023. Tese (Doutorado em Neurociências e Comportamento) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47135/tde-12092023-160140/en.php>. Acesso em: 10 set. 2024.

CARDOSO, Paloma Batista. O sistema da linguagem na mente e no cérebro humano. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1419>. Acesso em: 27 jun. 2020.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1988.

GROSSMAN, Murray. Language in Dementia. In: STEMMER, Brigitte; WHITAKER, Harry. *Handbook of the Neuroscience of Language*. San Diego: Academic Press, 2008. p. 279-287.

IRIGARAY, Luce *et al.* Langage et Démences. In: HABIB, Michel; JOANETTE, Yves; PUEL, Michèle. *Démences et Syndromes Démentiels: Approche Neuropsychologique*. Paris: Elsevier Masson, 1991. n.p.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KWONG, Ola Yee. There is Something About Grammatical Category in Chinese Visual Word Recognition. *Journal of Psycholinguistic Research*, [S. l.], v. 45, n. 5, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282036501_There_is_Something_About_Grammatical_Category_in_Chinese_Visual_Word_Recognition. Acesso em: 01 jul. 2022.

LIMA, Solange Iglesias de; CURY, Elisabeth Maia Garrão. Cérebro, Linguagem e Afasia. *Jornadas de Estudos da Linguagem*, v. 3, p. 164-171, 2006. Disponível em: https://www.pglettras.uerj.br/linguistica/textos/livro03/LTAA03_013.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

LURIA, Aleksandr Romanovich. *Fundamentos da Neuropsicologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MURDOCH, Bruce *et al.* Language disorders in dementia of the Alzheimer type. *Brain and Language*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 122-137, 1987.

NOGUCHI, Milica Satake. A linguagem na doença de Alzheimer: considerações sobre a função cognitiva da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 32, p. 93-105, jan./jun. 2012 [1997]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636952>. Acesso em: 16 abr. 2022.

NOGUCHI, Milica Satake. *A linguagem na Doença de Alzheimer: considerações sobre um modelo de funcionamento linguístico-cognitivo*. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PEIXOTO FILHO, Fernando Vieira. *Morfossintaxe do Português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2021.

PINTO, Rosana do Carmo Novaes; BEILKE, Hudson Marcel Bracher. Avaliação de linguagem na demência de Alzheimer (Language Evaluation in the Alzheimer Dementia). *Estudos da Língua(gem)*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 97-126, 2008. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1068>. Acesso em: 25 set. 2024.

PINTO, Rosana do Carmo Novaes; SANTANA, Ana Paula. Semiologia das Afasia: Uma Discussão Crítica. *Psicologia: Revisão Crítica*, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 413-421, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/hXTt5XzJ3ZKtZcyQpbFLFsB/?lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PINTO, Rosana do Carmo Novaes. Cérebro, linguagem e funcionamento cognitivo na perspectiva sócio-histórico-cultural: inferências a partir do estudo das afasia. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 55-64, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/9858>. Acesso em: 25 set. 2024.

PINTO, Rosana do Carmo Novaes; CRUZ, Thalita Cristina Souza. Funcionamento semântico-lexical: discussão crítica com base em dados de situações dialógicas com sujeitos afásicos. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 708-722, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1191>. Acesso em: 25 set. 2024.

PINKER, Steven. *Words and rules: the ingredients of language*. Nova Iorque: Basic books, 1999.

SOUZA, Leonardo Cruz; TEIXEIRA, Antonio Lucio. Neuropsicologia das demências. In: FUENTES, Daniel et al.. *Neuropsicologia teoria e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 321-332.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A Formação Social da Mente*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Recebido em 25 de abril de 2023
Aceito em 10 de setembro de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Os aspectos parodísticos e metaficcioneis na obra *O evangelho segundo Jesus Cristo*, de José Saramago

Los aspectos paródicos y metaficcioneis en la obra *El evangelio según Jesus Cristo*, de José Saramago

Débora Vitória Pereira dos Santos*

Resumo: No presente trabalho será analisada a obra *O evangelho segundo Jesus Cristo* (2005), de José Saramago, levando em consideração os aspectos da paródia e da metaficção historiográfica a partir da sua relação com o Romance Português Contemporâneo, na esteira de autores como Bakhtin (1988), Hutcheon (1991) e Dantas (2012). Assim, o objetivo do artigo aqui construído é demonstrar como na obra de Saramago relaciona história e ficção no romance citado acima. Portanto, é necessário compreender os conceitos que serão analisados ao longo da pesquisa, além de relacionar a Literatura e História sob o ponto de vista de Linda Hutcheon (1991), que aborda uma forma de retorno ao passado de maneira não nostálgica, partindo, assim, de um pressuposto de uma releitura social de forma crítica.

Palavras-chave: Paródia; José Saramago; Intertextualidade; Metaficção historiográfica.

Resumen: En el presente trabajo se analizará la obra *El Evangelio según Jesucristo* (2005), de José Saramago, teniendo en cuenta los aspectos de la parodia y la metaficción historiográfica desde su relación con la novela portuguesa contemporánea, en la estela de autores como Bajtín (1988), Hutcheon (1991) y Dantas (2012). Así, el objetivo del artículo aquí construido es demostrar cómo Saramago relaciona la historia y la ficción en la novela antes citada. Por lo tanto, es necesario comprender los conceptos que se analizarán a lo largo de la investigación, además de relacionar Literatura e Historia desde el punto de vista de Linda Hutcheon (1991), quien aborda una forma de retorno al pasado de manera no nostálgica, partiendo así de un presupuesto de una relectura social de manera crítica.

Palabras clave: Parodia; José Saramago; Intertextualidad; Metaficción historiográfica.

* Graduada do curso de Letras - Português e Espanhol da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, Nazaré da Mata, PE, Brasil. E-mail: deborasantosuniversidade@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4638-6079>. DOI: <https://doi.org/10.51359/1984-7408.2024.259425>. Este trabalho resultou da disciplina de Literatura Portuguesa II, sob a supervisão da Professora Doutora Rafaela Teotônio.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar os aspectos parodísticos na obra *O evangelho segundo Jesus Cristo* (2005) e sua relação com o romance português contemporâneo, visando a explorar novas perspectivas de uma narrativa milenar, sendo esta a Bíblia Sagrada Cristã. Através da revisão bibliográfica, o trabalho propõe a exposição de diversos trechos do romance português contemporâneo de José Saramago, analisados sob a luz de os conceitos de paródia (Bakhtin, 1983) e da metaficção historiográfica (Hutcheon, 1991).

Em relação à estruturação do artigo, sua divisão segue primeiramente a contextualização e conceituação da fundamentação teórica, logo em seguida tem-se a investigação crítica da obra apresentada. Por conseguinte, serão apresentadas as considerações finais onde estão presentes os resultados da pesquisa.

2. O contexto histórico e a literatura portuguesa contemporânea

As revoluções no meio artístico, literário, social ou político têm como característica a capacidade de promover transformações e, muitas vezes, progressos, ao questionar e alterar a ordem estabelecida. Essa "ordem" refere-se às estruturas dominantes de pensamento, visão de mundo ou organização social que moldam o funcionamento da sociedade e da cultura. Nesse sentido, a literatura, ao causar um impacto nesse contexto, busca não apenas questionar, mas também reestruturar essas normas, convidando o leitor a refletir sobre a necessidade de mudanças nas convenções e perspectivas previamente aceitas.

Assim, a Revolução dos Cravos de 1974 não foi distinta, pois causou desdobramentos e caminhos que perduram atualmente, ela ocorreu em um contexto conturbado e multifacetado. Esse evento foi marcado por três aspectos principais: a descolonização, o desenvolvimento e a democracia. Segundo Martinho (2017), tratou-se de um golpe de Estado que derrubou uma das ditaduras mais longas da história do Ocidente. Isto é, a Revolução teve um forte impacto nas relações diplomáticas e na administração europeia, especialmente em Portugal. Basicamente, era uma tentativa de acabar com o império e resgatar a legitimidade das forças armadas. Assim, esse evento parece ter exercido um impacto significativo nas relações diplomáticas e na administração europeia, especialmente em Portugal. Além disso, é possível que tenha transformado a vida dos portugueses, provocando mudanças nas instituições sociais e influenciando a produção artística e literária da época.

O romance português contemporâneo iniciou em meados do século XX após a Revolução dos Cravos que, rompendo com a anulação das "amarras" postas pelo antigo

regime, pôde se perceber em uma nova organização editorial, apoiado das entidades públicas as produções artísticas e, além disso, sendo uma manifestação livre dos autores. Entretanto, essa nova iniciativa literária não segue os padrões tradicionais, como pontua Álvaro Cardoso Gomes (1933): a prosa portuguesa contemporânea terá como algumas de suas características a crítica aos fatos históricos, o tom irônico e a projeção do imaginário (Gomes, 1933 *apud* Dantas, 2012), trazendo uma nova perspectiva romanesca, o que seria um reflexo das transformações ocasionadas pela Revolução:

O olhar que hoje podemos lançar sobre a ficção portuguesa posterior a 1974 há-de ter em conta necessariamente a projecção sobre essa ficção de tudo o que uma brusca mutação política implica e, no seu contexto, as conseqüências arrastadas pela supressão dos mecanismos repressivos que impediam sobre a criação literária (Reis, 1994. p. 169).

Entretanto, é importante destacar que a Literatura Portuguesa contemporânea não é resultado apenas das mudanças da época. Essas transformações, no entanto, parecem ter se intensificado após o fim da repressão imposta pelo regime anterior a 1974. Além disso, havia uma censura imaginária, que os próprios autores carregavam de forma intrínseca. Esse autocontrole limitava sua criatividade, motivado pelo receio do que poderia ocorrer quando suas obras fossem submetidas ao obrigatório julgamento prévio.

Dito isso, pode-se compreender o motivo pelo qual o Romance português contemporâneo foi um momento de produção romanesca relevante para a Literatura Portuguesa. Conforme Bakhtin (1988, p. 400), o gênero romanesco encontra-se sempre em formação através de um processo evolutivo, pois acompanha o momento histórico atual, nasce e se compõe pela história, luta por seu reconhecimento ante aos outros gêneros.

Assim, em comparação com outros gêneros, o romance tem seus desdobramentos e caminhos vastos, utilizando da intertextualidade, da paródia e da metaficção historiográfica (Hutcheon, 1991), para criar novas possibilidades de escrita:

O romance parodia os outros gêneros (justamente como gêneros), revela o convencionalismo das suas formas e da linguagem, elimina alguns gêneros, e integra outros à sua construção particular, reinterpretando-os e dando-lhes um outro tom (Bakhtin, 1988, p. 399).

Isto é, o gênero romanesco é percebido em sua pluralidade linguística, com aspectos heterogêneos, mutáveis e instáveis. E tais características podem ser observadas dentro das obras romanescas contemporâneas, assim como no presente texto que será abordado adiante, *O evangelho Segundo Jesus Cristo*, de autoria de José Saramago.

3. José Saramago e os aspectos parodísticos

3.1. A dessacralização de Cristo e de sua família

O termo “intertextualidade” apareceu no ano de 1969 através de Julia Kristeva para explicar o que Mikhail Bakhtin (1999), na década de 20, entendia por dialogismo. O dialogismo, seguindo a proposição de Kristeva, foi compreendido como uma noção de que um texto não subsiste sem o outro, seja este como uma forma de aproximação ou afastamento. De maneira mais sucinta, seria uma referência ou uma incorporação de um elemento discursivo a outro.

Como tal, a intertextualidade também seriam essas consciências ou esses entre-discursos em diálogo dentro do texto, como uma multiplicidade que se relaciona sem o intuito de anulação, mas sim, de compartilhamento para algo além. Por fim, pode-se dizer que o dialogismo e a intertextualidade são termos diferentes que visam um mesmo conceito.

Desse modo, entende-se que a obra analisada a seguir não se limita a ser uma simples “releitura” das escrituras sagradas (a Bíblia), mas estabelece um diálogo com esses textos. *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* pode ser interpretado como uma reconfiguração, ou melhor, uma reconstrução da figura de Jesus por meio da paródia no gênero romance. De acordo com Bakhtin (1983), a paródia é um tipo de discurso no qual ocorre um confronto de vozes: a primeira representa “o texto original” e a segunda introduz uma fala que se opõe à primeira. No entanto, essas vozes não se anulam; elas são empregadas para fins diretamente opostos, funcionando, essencialmente, como uma inversão de sentidos:

O uso da palavra parodística é análogo ao uso irônico ou a qualquer uso ambivalente das palavras de um outro emissor, uma vez que também nesses casos as palavras da outra pessoa são empregadas de modo a transmitir projetos antagônicos (Bakhtin, 1983, p. 473).

Segundo Mikhail Bakhtin (1983), essa forma de discurso se caracteriza pela reinterpretação e imitação crítica de um texto ou estilo original. Para Bakhtin, trata-se de um fenômeno social e cultural que reflete a multiplicidade de vozes e a dialogicidade da linguagem. Ele afirma que não se limita a uma imitação humorística, mas funciona como uma estratégia de contestação e subversão, permitindo ao autor expressar sua própria visão de mundo. Nesse contexto, esse tipo de discurso dialoga com o texto original, expondo suas contradições e limitações, enquanto constrói novos significados.

Além disso, Bakhtin (1983) destaca que a paródia está inserida em um contexto histórico e social, e sua eficácia depende da relação entre o texto parodiado e o contexto em que a paródia é produzida. Essa relação de intertextualidade é fundamental para entender como a paródia opera na construção de significados e na crítica cultural. Dessa forma, é claro observar dentro do romance de Saramago a presença incessante dos elementos parodísticos no que se refere ao desenvolvimento da narrativa e sua

manutenção de alguns elementos canônicos de maneira ressignificada, seja através de uma total reconfiguração ou dessacralização da história e das personagens envolvidas.

Seguindo as proposições de Bakhtin (1996), compreende-se que esse sentido paródico pode ocorrer simplesmente com o objetivo de desestruturar uma convenção, sem necessariamente precisar apresentar uma nova perspectiva sobre. Portanto, ao analisar especificamente a obra *O evangelho segundo Jesus Cristo* (2005), nota-se nela o desenvolvimento dessa ótica transgressora da paródia, sem muita cautela em relação às bases originais de sua produção ou, melhor formulando, ao “significado” do texto-base.

Outro fator de destaque concentra-se no que tange, ao longo das décadas, à distinção entre a Literatura e a História, algo que tem sido objeto de debates, suscitando diferentes compreensões entre os estudiosos. De acordo com a *Poética*, de Aristóteles, por exemplo, o que diferencia a atividade do historiador e a do ficcionista é o fato de que o primeiro narra o que aconteceu, enquanto o segundo representa o que poderia acontecer. Entretanto, Linda Hutcheon (1991, p. 21) aborda uma diferente perspectiva ao introduzir o conceito de metaficção historiográfica no campo literário:

[...] com esse termo [metaficção historiográfica], refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente auto-reflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos.

Hutcheon (1991) define a metaficção historiográfica como uma narrativa que questiona e reinterpreta a história. Ela destaca que, ao explorar a relação entre ficção e história, essa forma de ficção não apenas representa eventos passados, mas também reflete sobre o próprio processo de narrá-los. Para Hutcheon, a metaficção historiográfica desafia a ideia de uma história objetiva e imparcial, ao ressaltar a subjetividade da narrativa histórica e a diversidade de vozes e perspectivas envolvidas na construção dos relatos. Por conseguinte, Hutcheon (1991) discute como a metaficção historiográfica utiliza técnicas narrativas que desafiam as convenções tradicionais da narrativa histórica, como a fragmentação, a ironia e a auto-referencialidade. Isso permite que os autores explorem a complexidade da experiência histórica e a construção da memória coletiva, questionando as verdades absolutas e as narrativas dominantes.

Ou seja, para Hutcheon (1991) a narrativa histórica na ficção olha através de um ângulo crítico os problemas da sociedade, ressaltando a necessidade de reavaliação dos fatos do passado, assim, desafiando e contradizendo as convenções impostas sob a forma de escrever o romance. Logo, de acordo com Hutcheon (1991), a metaficção historiográfica busca retratar o passado (e não apenas representá-lo), através do meio da ficcionalização paródica, irônica e, por vezes, satírica, das personalidades e dos acontecimentos históricos.

Ainda sobre as características de escrita de Saramago, ao lê-lo pela primeira vez, o leitor pode sentir-se confuso ou incomodado com o seu estilo de produção, isto porque Saramago utiliza de longos períodos e parágrafos, uma escassa pontuação, com poucas ou nenhuma marca de discurso direto. Porém, um de seus traços mais marcantes seria a narração, justamente por ser desenvolvida através do fluxo de pensamento, como se o próprio narrador estivesse ao lado do leitor lhe confidenciando uma situação, ou seja, é frequente o narrador interagir diretamente com o narratário.

A obra *O evangelho segundo Jesus Cristo* está dividida em 24 capítulos não demarcados, apresentados em extensos períodos, tanto que o primeiro capítulo é escrito inteiramente através de um único parágrafo. A demais, todo o texto está sempre unindo o discurso direto e indireto, sendo a única diferenciação a presença de uma letra maiúscula inicial — nas falas das personagens. A primeira parte — após o capítulo 1 — tem seu foco na personagem José, esposo de Maria; na segunda, seu foco é em Jesus Cristo, de sua infância até o início do seu ministério e os capítulos finais tratam de seu julgamento e crucificação.

A narrativa tem início com uma descrição detalhada de uma cena que corresponde a uma interpretação cuidadosa da obra "A Crucificação de Cristo", de Albrecht Dürer, criada em 1495. A pintura, marcada pela precisão nos detalhes e pela expressividade de suas figuras, atua como um suporte visual que amplia a profundidade da história narrada na obra literária. Esse diálogo entre o texto literário e a obra artística transforma a representação da crucificação em um eixo central para refletir sobre temas como a condição humana, o sofrimento e uma crítica às narrativas religiosas tradicionais.

Entretanto, logo nessa introdução, pode-se perceber o motivo da obra, pelo seu teor, ter recebido inúmeras críticas, sendo a crítica central a livre interpretação dos escritos sagrados, pois o personagem José agrega um tom irônico, humanista, pecador, indo em desencontro com Evangelhos Canônicos com sua "Cristologia deformada", ou seja, características parodísticas conforme o conceito bakhtiniano. A descrição da crucificação, inspirada na pintura de Dürer, não é então apenas uma referência visual, mas uma oportunidade para se explorar a humanidade de Cristo, suas dúvidas e conflitos internos.

Em seguida, percebe-se também uma figura de Jesus Cristo diferente do que se conhece: tem-se um Jesus de carne e osso, um homem como todos os outros, que falha, que tem medo, se entrega aos prazeres da carne e é muito mais a imagem e semelhança de um homem comum. Seria a reconfiguração do Jesus Cristo inalcançável, intocável, que agora se transforma em um pecador e se descobre humano através de sua origem, atormentado por incertezas e que está passível ao erro. Ao observar os aspectos citados, nota-se uma despreocupação da narrativa em reproduzir inteiramente as bases

originárias, uma vez que faz uso de uma característica da paródia: a transgressão parodística.

Por conseguinte, na primeira parte após o capítulo da crucificação, o foco retornará a José, esposo de Maria, com o ato em que José e Maria, através do gozo das intimidades conjugais, geram Jesus. Nesse momento, nota-se a humanização do concebimento, pois nos escritos sagrados Maria ficou grávida por obra do Espírito Santo, como está escrito em Mateus, capítulo 1:

Foi assim o nascimento de Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava prometida em casamento a José, mas, antes que se unissem, achou-se grávida pelo Espírito Santo. (Bíblia Sagrada Cristã, Mateus, cap. 1).

Enquanto na obra de Saramago, Jesus é concebido de maneira natural e humana, como todos os outros. Pode-se tomar esta e outras construções de cenas como exemplificação da face transgressora abordada anteriormente, ou seja, à capacidade da paródia de subverter e desafiar normas, valores e verdades estabelecidas em uma obra original ou em um contexto cultural, pois através de recursos como a ironia, o humor e a exageração, a paródia questiona a seriedade e a sacralidade do texto original, criando um espaço de diálogo entre diferentes vozes e perspectivas.

Seguindo a narrativa, Maria — apresentada de forma também humanizada através da paródia, saindo da perspectiva santa que se tem na Bíblia — vê o suposto mendigo à sua porta para dar-lhe a notícia de sua gravidez que, mais a frente, será revelada que essa escolha e anunciação foi um simples acaso.

Pobrezinha de mim, que cheguei a imaginar, ouvindo-te, que o Senhor me havia escolhido para ser sua esposa naquela madrugada, e afinal foi tudo obra de um acaso (Saramago, 2005, p. 212).

José têm dúvidas quanto à fidelidade de Maria (o que não é contado dessa forma na Bíblia, mas que fica subentendido algo parecido acontecendo) e leva seu caso aos anciãos de Nazaré — mostrando que a “palavra da mulher” não é válida — que dão evidências de absolvição por se tratarem a situação de maneira anedótica e lidam de maneira quase que indiferente a situação:

Não tinha precisado Maria de pedir licença ao marido de viva voz, ele quem lho permitiu ou ordenou com um aceno de cabeça, que já se sabem serem supérfluas as palavras nestes tempos em que um simples gesto basta para matar ou deixar viver, como nos jogos do circo se move o polegar dos césaes, apontando para baixo ou para cima (Saramago, 2005, p. 16).

Por várias vezes, as atitudes de José para com Maria ou quaisquer outros são justificadas através de regras religiosas que a personagem era simpatizante, trazendo esse tom irônico à religião.

Além da narrativa, José e Maria (agora grávida) necessitam ir a Belém por causa do recenseamento e, devido às circunstâncias de a cidade estar recebendo muitos viajantes, os personagens imploram por abrigo, conseguindo somente uma cova para deitar-se. Ali, Maria dá à luz a Jesus, mas contando com a ajuda de uma escrava, Zelomi. Ademais, Jesus nasce como todas as outras crianças – sem sinal, sem reis magos –, trazendo a dessacralização do Cristo:

O filho de José e de Maria nasceu como todos os filhos dos homens, sujo do sangue de sua mãe, viscoso das suas mucosidades e sofrendo em silêncio. Chorou porque o fizeram chorar, e chorará por esse mesmo e único motivo. (Saramago, 2005, p. 53).

Encontra-se, então, uma reconfiguração das narrativas tradicionais em torno do nascimento de Jesus, que se aproxima do conceito de metaficção historiográfica conforme delineado por Hutcheon (1991). Nesse caso, a obra aqui analisada revisita um dos eventos mais sagrados da tradição cristã, o nascimento de Cristo, ao afirmar que ele "nasceu como todos os filhos dos homens", o autor sugere que o nascimento de Cristo não difere dos outros nascimentos, utilizando uma linguagem que desmistifica a divindade e a idealização tradicional atribuída a este evento e traz à tona a humanidade de Jesus.

Essa abordagem propõe uma nova narrativa para a tradicional ao questionar a verdade histórica por meio da ficção, destacando o caráter construído e interpretativo das narrativas que nos foram legadas. A obra, assim, reflete a busca por um novo olhar sobre a história, em que o sagrado é tratado de forma secular e humanizada, questionando o papel das narrativas oficiais e sua autoridade.

Compreende, então, que o conceito de paródia proposto por Bakhtin é evidenciado nesse trecho: ao narrar o nascimento de Jesus com elementos concretos e terrenos — como o sangue e a dor de sua mãe —, a narrativa ironiza e subverte o discurso religioso tradicional, que exalta a pureza e a transcendência deste nascimento. A paródia aqui não está na ridicularização, mas no uso de um tom desmistificador que desafia o discurso hegemônico, provocando o leitor a refletir sobre o distanciamento entre o “mito” e a realidade humana.

Dessa forma, tanto a metaficção historiográfica quanto a paródia estão presentes ao sugerirem que as narrativas que construímos sobre eventos históricos ou religiosos são tão ficcionais quanto as próprias obras literárias. A narrativa, ao entrelaçar história e ficção, e ao parodiar a narrativa cristã, questiona os fundamentos dos discursos estabelecidos, abrindo espaço para interpretações alternativas da história e dos “mitos culturais”.

Em seguida, José e Maria passam o período de “purificação” da mulher ali, enquanto o pai da família trabalhava em algumas construções para prover o alimento e o

necessário para sobreviver. Porém, em uma tarde, José ouviu providencialmente a trama que alguns soldados faziam para matar crianças belemitas, a mando de Heródes. Voltando para casa, não anuncia a ninguém o que acabara de ouvir e simplesmente tenta sair da cidade com Maria a tempo, antes de o assassinato começasse. E, embora seja compreensível humanamente esse instinto de sobrevivência dos seus, a voz da narrativa não aceita tal atitude e esta é tomada como um ponto crucial para o enredo da história. Sem sucesso em sua fuga, os três (mãe, pai e filho) escondem-se na escuridão da cova à espera do pior; por fim, sobrevivem.

Na cena citada acima nota-se também o conceito de metaficção historiográfica quando, e em contraposição à versão bíblica, na qual a fuga para o Egito é conduzida por uma intervenção divina (o anjo do Senhor avisando a José), aqui temos uma versão mais humanizada, em que José age por instinto de sobrevivência e falha em salvar as outras crianças de Belém. Isso reconfigura a visão sagrada e imutável da história religiosa, destacando a subjetividade e as escolhas humanas por trás dos eventos. Ao inserir uma perspectiva mais crítica e terrena, o texto evidencia como as narrativas históricas, mesmo as mais sagradas, podem ser reconstruídas e reinterpretadas pela ficção.

Dando continuidade à narrativa, ao retornar para Belém, José é atormentado pelo “pecado” que cometeu — um peso que, de certa forma, recairá sobre Jesus, transformando-se em culpa e tormento para o filho. Sem consciência disso, José tem vários filhos, como uma maneira de suprir as vidas dos meninos de Belém que foram tiradas. A paródia também está fortemente presente, seguindo a concepção de Bakhtin (1988), que a define como um discurso que dialoga criticamente com outro, subvertendo-o sem necessariamente ridicularizá-lo. No caso desta passagem, *O evangelho segundo Jesus Cristo* (2005) utiliza-se a estrutura narrativa bíblica, mas inverte seus elementos tradicionais. A fuga de José e sua angústia por não ter salvo as crianças de Belém é uma transgressão da narrativa canônica, em que José é geralmente representado como um protetor inspirado por Deus.

Outrossim, a culpa que recai sobre Jesus pelos pecados de seu pai também reconfigura a crença cristã tradicional de que Jesus é a figura pura e divina destinada a salvar a humanidade. Assim, a narrativa parodística de Saramago, ao romper com a santidade e heroísmo de José, provoca o leitor a refletir sobre a complexidade das personagens bíblicas, humanizando-as e tornando-as falíveis.

Ademais, a menção aos irmãos de Jesus também evidencia a paródia, já que a obra subverte o silêncio da Bíblia sobre esse tema. A narrativa propõe que José, atormentado por sua culpa, teve outros filhos para compensar a morte das crianças de Belém, estabelecendo um elo direto entre a culpa de José e a multiplicação de sua prole. Isso questiona interpretações teológicas tradicionais que debatem a existência ou não de

irmãos de Jesus. *O evangelho segundo Jesus Cristo*, ao brincar com essa ambiguidade e ao inserir uma explicação emocional e narrativa para os supostos irmãos de Jesus, transforma os discursos teológicos e as tradições bíblicas, estabelecendo um diálogo irônico e provocador com a própria base histórica da religião.

3.2. O Deus de ira

Nesta segunda parte, o livro volta-se à vida de Jesus, desde sua adolescência até sua madurez, e em seguida, morte. Após a morte de José, crucificado, em Belém, pelos romanos, Jesus torna-se o “homem da família”, com 13 anos, e ainda sem saber sobre sua identidade divina. A morte de José pode ser percebida como um exemplo de metaficcionalidade, uma vez que esse evento não é abordado na Bíblia. Ao introduzir essa cena, não necessariamente se questiona a ausência de José na narrativa bíblica, mas sim propõe uma reflexão sobre a construção e os limites da história sagrada. Ao criar um evento que não consta nos textos originais, o autor sugere que as histórias religiosas podem ser parcializadas, repletas de lacunas ou sujeitas a diferentes interpretações. Essa abordagem instiga o leitor a questionar a natureza da verdade histórica e a explorar a possibilidade de que as narrativas sagradas, assim como qualquer outro relato histórico, são produtos de uma construção humana e, portanto, sujeitas a distorções e reinterpretações.

Ainda na narrativa, confuso e agora assombrado pelo pecado do pai que lhe atormenta em sonho, Jesus busca respostas partindo para Belém e, ao chegar, encontra-se com a verdade através da boca de Zelomi, escrava que auxiliou Maria a parir. Neste momento, Cristo compreende quem seria o homem no olhar de Deus:

[...] um simples brinquedo nas mãos de Deus, eternamente sujeito a só fazer o que a Deus aprovar, quer quando julga obedecer-lhe em tudo, quer quando em tudo supõe contrariá-lo (Saramago, 2005, p. 148).

Ou seja, o conceito de paródia bakhtiniano é evidente na maneira como a obra literária em questão consegue transformar as narrativas bíblicas em um diálogo crítico e subversivo. Ao apresentar Jesus como um jovem confuso, sem consciência de sua identidade divina e atormentado pelos pecados de seu pai, o autor rompe com a visão tradicional de Jesus como uma figura que desde o início tinha plena consciência de seu papel divino. Essa humanização de Jesus, retratado como um “brinquedo nas mãos de Deus”, inverte a narrativa sagrada em que ele é visto como o salvador consciente e predestinado. A paródia aqui não é cômica, mas crítica, ao subverter as estruturas tradicionais da narrativa cristã e revelar a tensão entre o livre-arbítrio e a predestinação divina.

A paródia também está presente na figura de Zelomi, a escrava que auxiliou Maria no parto e agora revela a verdade a Jesus, ou seja, a verdade vem por meio de uma figura

marginalizada, reforçando o caráter transgressor da paródia ao deslocar o centro do poder e da revelação para fora das figuras canônicas e para as margens da história.

Ao analisar a obra, pode-se levantar a hipótese de que o Deus retratado não corresponde ao "Deus de amor" frequentemente associado pela Igreja, mas sim a uma figura mais próxima do Deus de ira, vingança e posse. Essa interpretação sugere uma possível subversão das características tradicionais atribuídas a Deus, levando o leitor a questionar as diferentes visões sobre o divino.

Disse Jesus, Estou à espera, De quê, perguntou Deus, como se estivesse distraído, De que me digas quanto de morte e de sofrimento vai custar a tua vitória sobre os outros deuses, com quanto de sofrimento e de morte se pagarão as lutas que, em teu nome e no meu, os homens que em nós vão crer travarão uns contra os outros (Saramago, 2005, p. 259).

Vale salientar que, mais à frente na narrativa, o próprio Jesus chega a essa conclusão: que o Deus que ele encontra na coluna de fumo não é aquele que ele esperava que fosse, esse é um Deus que pede por morte e por uma adoração tóxica e não o Deus justo, bom e amoroso que tanto falavam.

Seguindo a narrativa, Jesus encontra um Pastor — ainda em Belém — e decide auxiliá-lo, permanecendo assim por 4 anos, entretanto, esse Pastor não era um homem de Deus (não orava, não era piedoso e tinha ações consideradas pecadoras), então, Jesus decide se distanciar — sem sucesso, pois termina voltando ao encontro do Pastor de ovelhas. Porém, mais adiante, esse Pastor revela-se como sendo o Diabo e Jesus (mesmo tendo ciência de tal) fala a Maria que também é possível aprender com o Diabo.

Nesse momento, Jesus, cheio de incertezas — o que é comum para um jovem em busca de respostas para suas questões — parte em direção ao deserto, desejando encontrar um sentido tanto para os costumes religiosos quanto para os questionamentos pessoais. Ao caminhar por tanto tempo e vagar perdido, seus pés ficam calejados e sua pele ferida. Depois de muito tempo, decide retornar a Nazaré, mas, durante o caminho, chega a Magdala. Já em sua adultez, ao chegar em Magdala, Jesus conhece Maria (de Magdala), uma mulher que, sendo uma meretriz, cuida de suas feridas. Ele encontra-se completa e inteiramente apaixonado por aquela que antes apenas era procurada para saciar os prazeres carnavais de outros homens, mas agora ela é transfigurada a uma mulher que cura suas feridas e o satisfaz sexualmente, um amor que cura a alma, o corpo e a mente. Pois, depois de conhecer Maria de Magdala, os pesadelos de Jesus desapareceram e seu tormento se tornou suportável. Então, abandonando a prostituição Maria passa a seguir a Jesus - como sua mulher. Isto é, reescreve-se a história ao apresentar Jesus como apaixonado por Maria, uma figura historicamente associada à prostituição, mas cuja relação amorosa e sexual com Jesus não existe nos Evangelhos canônicos.

Essa subversão evidencia a construção ficcional das histórias religiosas, problematizando a fronteira entre o que é considerado sagrado e o que é reconstruído ou omitido ao longo do tempo. Ao apresentar Maria Madalena como uma mulher que cura Jesus, tanto física quanto emocionalmente, e não apenas como uma pecadora arrependida, subverte-se a narrativa cristã tradicional. Tradicionalmente, Maria Madalena é retratada como uma figura marginal e submissa ao poder divino de Cristo. No entanto, ao abandoná-la para seguir Jesus, *O evangelho segundo Jesus Cristo* (2005) sugere uma relação de poder mais complexa, onde Maria não é apenas submissa, mas também ativa na transformação de Jesus, propondo uma dinâmica em que ambos, de alguma forma, se curam mutuamente. Isso pode ser visto como uma reinterpretação do papel da mulher na tradição cristã, que vai além da simples aceitação da autoridade divina, propondo uma troca de forças e uma redefinição das relações de poder. Pode-se dizer que a relação sexual e amorosa entre Jesus e Maria também parodia a imagem tradicional do Cristo como uma figura totalmente espiritual e transcendente, desconstruindo a ideia de um messias distante dos prazeres e sofrimentos terrenos.

Por fim, o livro *O evangelho segundo Jesus Cristo* chega a um ponto crítico: o encontro do Diabo, de Jesus e Deus. Em uma barca no mar da Galileia, em meio a um nevoeiro, Jesus, confuso, escuta um diálogo entre Deus e o Diabo, percebendo, então, grandes semelhanças entre eles (Deus e Diabo). Ali, Deus mostra qual será o fim de Jesus, a crucificação, afirmando que seria uma estratégia para espalhar e fortalecer a fé:

Se cumprires bem o seu papel, isto é, o papel que te reservei no meu plano, estou certíssimo de que em pouco mais de meia dúzia de séculos, embora tendo de lutar, eu e tu, com muitas contrariedades, passarei de deus dos hebreus a deus dos que chamaremos católicos, à grega, e qual foi o papel que me destinaste no teu plano, O de mártir, meu filho, o de vítima, que é o que de melhor há para fazer para espalhar uma crença e afervorar uma fé. (Saramago, 2005, p. 251).

O diálogo revela um Deus manipulador, estratégico e cruel tal como o Diabo, que define a crucificação de Jesus não como um sacrifício voluntário pelo bem da humanidade distorcendo a noção tradicional de sacrifício redentor. Concomitantemente, a narrativa, ao sugerir que Deus e o Diabo são mais semelhantes, propõe a linha tênue do maniqueísmo, a narrativa bíblica tradicional, na qual ambos ocupam lados opostos no conflito cósmico. Por fim, a narrativa se encerra com a crucificação de Jesus falando: "*Homens, perdoai-lhe, porque ele não sabe o que fez*" (Saramago, 2005, p. 306, grifos do autor). Esse enunciado é uma clara intertextualidade com as palavras de Jesus na cruz, segundo o Evangelho de Lucas (23: 34-46): "Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que fazem", no entanto, no romance, modifica-se o contexto e o sujeito da fala, criando uma inversão paródica. Em vez de pedir perdão para os homens, Jesus agora apela para o perdão a Deus, revelando o quanto Deus, na narrativa de Saramago, é o verdadeiro

responsável por seu sacrifício e sofrimento. Essa inversão crítica subverte a teologia tradicional, ao mesmo tempo que oferece uma reflexão profunda sobre o papel de Deus na narrativa da crucificação.

4. Considerações finais

Portanto, pode-se observar que a narrativa de Saramago reconfigura detalhadamente cenas e mitos, destacando-se pela presença de uma série de características que a inserem no contexto do romance português contemporâneo pós-moderno. Essas características incluem a forte presença da paródia, o tom irônico, a construção das personagens de maneira não ortodoxa e a adoção de um ponto de vista narrativo, mesmo que implícito. Nos romances de Saramago, especialmente *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, a relação entre ficção e história não é tratada da maneira convencional. Em vez disso, o autor recorre aos acontecimentos registrados na Bíblia não apenas para reproduzi-los, mas para problematizá-los e questioná-los, utilizando-os como uma ferramenta para suscitar reflexões sobre as condições sociais e religiosas de seu próprio tempo histórico. Através dessa paródia, há um convite ao leitor a reconsiderar as narrativas sagradas e a refletir criticamente sobre os impactos que essas histórias continuam a ter na sociedade contemporânea.

Referências

ARISTÓTELES. *Poética*. Porto Alegre: Globo, 1966

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora F. Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (org.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1999.

DANTAS, Gregório F. A “segunda história”: considerações sobre romance português contemporâneo. *Revista Investigações*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 137-162, jan. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1533>. Acesso em: 09 de dezembro de 2024.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A Revolução dos Cravos e a historiografia portuguesa*. Scielo Brazil, Rio de Janeiro, v. 61, n. 30, maio, 2017.

REIS, Carlos. Romance e história depois da revolução – José Saramago e a ficção portuguesa contemporânea. In: ENCONTRO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA, 16, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 169. Disponível em: . Acesso em: 09 de dezembro de 2024.

SARAMAGO, José. *O evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo. História, teoria e ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

Recebido em 08 de agosto de 2023

Aceito em 27 de agosto de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

apl_

periodicos.ufpe.br/revistas/peda letra